

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS  
CIÊNCIAS E DA SAÚDE



Casa de  
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

**ADROALDO LIRA FREIRE**

**GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO**

**Rio de Janeiro**

**2018**

**ADROALDO LIRA FREIRE**

**GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) - FIOCRUZ como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Patrimônio Cultural- História, Memória e Sociedade.

**Orientadora: Profa. Dra. Aline Lopes de Lacerda.**

**Rio de Janeiro**

**2018**

Ficha Catalográfica

---

F866g Freire, Adroaldo Lira.

Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República : arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro / Adroaldo Lira Freire. – Rio de Janeiro : s.n., 2018.

[233] f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 62-68f.

1. Manuais e Guias para a Gestão da Pesquisa. 2. Arquivos. 3. Saúde Pública. 4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 027

**ADROALDO LIRA FREIRE**

**GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) - FIOCRUZ como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Patrimônio Cultural- História, Memória e Sociedade.

Aprovado em 12 de setembro de 2018.

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

---

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC)

Prof. Vitor Manoel Marques da Fonseca

---

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF)

Profa. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

---

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC)

Prof. Dr. Eliezer Pires, da Silva

---

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO)

Profa. Aline Lopes de Lacerda

---

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC)

Dedico este trabalho à minha esposa  
Diana Praia Borges Freire.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, orientação, conhecimento e sabedoria, de fundamental importância na minha caminhada acadêmica e profissional.

À orientadora Dra. Aline Lopes de Lacerda, pela confiança, zelo e tranquilidade que procurou transmitir durante as aulas, o processo de escrita e revisão deste trabalho.

À banca de arguição da defesa: Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos e Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca e aos suplentes, Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello e Dr. Eliezer Pires da Silva.

À banca de arguição da qualificação: Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos e Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello.

Ao Programa do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, principalmente a todos os professores do curso e aos coordenadores, Dr. Renato da Gama-Rosa Costa e Dra. Ana Luce Girão Soares de Lima.

Aos amigos do mestrado, pelo cotidiano de experiências, apoio e sugestões. Amigos que conheci e aprendi a respeitar, durante os maravilhosos dois anos do curso, dos quais tenho gratidão e amizade.

As diretoras-gerais Elizabeth e Clesemary e as diretoras-adjuntas Elza e Denise, das escolas que leciono, Adlai Stevenson e Maria Werneck de Castro, principalmente pela paciência e apoio incondicionais.

As minhas irmãs Cristiane e Tatiane, agradeço por todo amor e compreensão nesta caminhada.

A Carminha e Sérgio, meus pais, a quem devo a minha vida e por me fazer entender o verdadeiro sentido que o plural "pais" representa.

Agradeço o amor, carinho e cuidado inimagináveis da minha esposa Diana, minha bênção enviada por Deus!

“A mente que se abre a uma nova ideia,  
jamais voltará ao seu tamanho original”

(Albert Einstein)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um guia de fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República, conjugando, num mesmo instrumento de pesquisa, parcela importante do patrimônio documental sobre essa temática, e proporcionando, assim, acesso e preservação dessa documentação sob a forma de registro de suas informações. Para isso, pretende discutir a pertinência do recorte temático e temporal proposto para o guia, estudar a importância dos instrumentos de descrição documentais que a Ciência Arquivística tradicionalmente lança mão nos seus processos metodológicos e investigar mais precisamente a funcionalidade de um guia desse tipo, que visa oferecer uma seleção documental e suas relações com ações mais amplas de proteção ao patrimônio documental do país.

**Palavras-chave:** guia de fontes- instrumento de pesquisa- patrimônio documental - saúde pública - arquivos institucionais e pessoais - Primeira República (Brasil).

## ABSTRACT

This work aims to present a documentary sources guide on public health in the First Brazilian Republic, combining in a single finding aid a significant part of the documentary heritage on this subject and thus providing access and preservation of this documentation in the form of registration of its information. To this goal, it intends to discuss the pertinence of the proposed thematic and temporal clipping for the guide, to study the importance of the finding aids that Archival Science traditionally uses in its methodological processes and to investigate more precisely the functionality of such a guide, a documentary selection and its relations with broader actions to protect the national documentary heritage.

**Keywords:** fonts guide – finding aid- documentary heritage - public health - institutional and personal archives - First Brazilian Republic.

**LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS**

- AN - Arquivo Nacional (Brasil)
- ABL - Academia Brasileira de Letras
- AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- ANM - Academia Nacional de Medicina
- APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- CND/CIA - Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos
- CIA - Conselho Internacional de Arquivos
- COC - Casa de Oswaldo Cruz
- CODEARQ - Código de entidades custodiadoras de documentos arquivísticos
- CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)
- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CTNDA - Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
- DAD - Departamento de Arquivo e Documentação
- DGSP - Diretoria Geral de Saúde Pública (Brasil)
- DNSAMS - Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (Brasil)
- DNSP - Departamento Nacional de Saúde Pública (Brasil)
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
- ICA - International Council on Archives
- ICA-AtoM - Conselho Internacional de Arquivos- Acesso à Memória
- INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
- IOC - Instituto Oswaldo Cruz
- ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
- ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
- ISDF - Norma Internacional de Descrição de Funções
- ISDIAH - Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
- MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira
- MJNI- Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil)
- NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAP. 1- SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE INSTITUIÇÕES, ATORES E SEUS ARQUIVOS.....	4
1.1 Saúde Pública na Primeira República.....	5
1.2 Instituições que atuaram na organização da saúde pública no Brasil.....	9
1.3 Personagens com atuação de destaque nas instituições de saúde pública.....	15
1.3.1 Oswaldo Cruz e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1903-1909).....	15
1.3.2 Carlos Seidl e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1912-1918).....	16
1.3.3 Belisário Penna e a Liga Pró-Saneamento (1918-1920).....	17
1.3.4 Carlos Chagas e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1926).....	18
1.3.5 Clementino Fraga e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1927-1930).....	20
1.3.6 Arthur Neiva e o Instituto Oswaldo Cruz (1906-1916).....	20
1.4 Instituições, atores e seus arquivos.....	21
CAP. 2- DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, INSTRUMENTOS DE PESQUISA, GUIA DE FONTES: NOTAS PARA UM DEBATE.....	25
2.1 A descrição arquivística.....	25
2.2 Instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos.....	28
2.3 A importância da normalização: uma norma brasileira de descrição arquivística, a NOBRADE.....	31
2.4 Guia de acervos, guia de fontes e as fontes da história da saúde.....	37
CAP. 3- CONSTRUINDO UM GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA.....	46
3.1 Observações gerais sobre acesso às informações sobre as instituições de guarda bem como sobre seus acervos.....	47
3.2 Arquivo Nacional.....	49
3.2.1 Forma de acesso atual aos arquivos.....	49
3.2.2 Breve explicação sobre a documentação.....	50
3.3 APERJ.....	51
3.3.1 Forma de acesso atual aos arquivos.....	51
3.3.2 Breve explicação sobre a documentação.....	52
3.4 AGCRJ.....	53

3.4.1 Forma de acesso atual aos arquivos.....	53
3.4.2 Breve explicação sobre a documentação .....	54
3.5 COC.....	55
3.5.1 Forma de acesso atual aos arquivos.....	55
3.5.2 Breve explicação sobre a documentação .....	55
3.6 ABL .....	58
3.6.1 Forma de acesso atual aos arquivos.....	58
3.6.2 Breve explicação sobre a documentação .....	58
3.7 CPDOC.....	59
3.7.1 Forma de acesso atual aos arquivos.....	59
3.7.2 Breve explicação sobre a documentação .....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	62
FONTES PRIMÁRIAS .....	67
FONTES ELETRÔNICAS.....	68
ANEXO: GUIA DE FONTES.....	69

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é organizar um guia de fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República Brasileira (1889-1930) integrantes de arquivos institucionais e pessoais custodiados em instituições de arquivo e documentação da cidade do Rio de Janeiro. Para isso, busquei justificar o recorte temporal e temático e inserir esse exercício de feitura de um tipo específico de instrumento de pesquisa – o guia de fontes – numa discussão maior, ainda que de forma introdutória, sobre a função de descrição de documentos nos arquivos e a sua relação com instrumentos de pesquisa, tanto os tradicionais quanto os novos, informatizados. Fiz da experiência de meu percurso de pesquisa um capítulo específico contendo a descrição de minhas observações por considerar importante a sistematização de aspectos de organização mais geral do acesso a essas fontes, na medida em que experimentei, em cada caso, as possibilidades e limites oferecidos em cada instituição para o acesso às informações de seu patrimônio documental.

As origens da história da saúde pública na Primeira República estão representadas por duas instituições vinculadas ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores (MJNI), ou seja, a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) (1897-1920) e o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (1920-1930). Os arquivos dessas instituições, hoje no Arquivo Nacional, são fontes essenciais ao estudo sobre esse período, no que tange às políticas públicas na área da saúde. Ao lado deles, os arquivos pessoais dos atores com protagonismo em sua atuação nessa área também se revestem de especial interesse para estudos nessa linha. Localizados na cidade do Rio de Janeiro, hoje se constituem em patrimônio documental sobre a temática da saúde pública e são fontes centrais para o desenvolvimento de diversos estudos.

Defendo a bandeira da saúde pública. Esta deve ser tratada como um direito fundamental social defendido por todos os cidadãos como uma política pública efetiva do Estado brasileiro. O interesse pelo tema da presente pesquisa surgiu a partir da análise de artigos e livros que tratavam da história da saúde pública no Brasil durante os primórdios do regime republicano, e nos quais essas instituições (DGSP e DNSP) se destacavam. Meu objetivo será contribuir para a maior divulgação do valor histórico e patrimonial das fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República, por meio da elaboração de um guia de fontes documentais existentes nos fundos institucionais e pessoais, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Foi realizado um mapeamento de fundos pessoais e institucionais e/ou coleções de interesse nas entidades custodiadoras de acervos: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo

Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). A esse mapeamento, se seguiu um levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções nas instituições de origem e posterior transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais para um modelo normatizado seguindo os padrões da norma de descrição arquivística brasileira, a NOBRADE<sup>1</sup>. Esse modelo foi elaborado pela COC e também contempla a descrição de entidades custodiadoras de acervos mediante a norma ISDIAH<sup>2</sup>. Então, a NOBRADE serviu como referência para a descrição de fundos e a ISDIAH para a descrição de entidades custodiadoras de acervo.

O produto apresentado ao final desse trabalho, o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro* possui como recorte temporal a Primeira República Brasileira (1889-1930), tendo como ênfase inicial a gestão de Oswaldo Cruz na DGSP e como recorte temporal final o ano de 1930, fim da gestão de Clementino Fraga no DNSP e da República Oligárquica.

Para melhor organização e desenvolvimento do estudo proposto, o trabalho foi estruturado em três capítulos, além do produto (o guia) ao final.

No primeiro capítulo busco apresentar e justificar o recorte temático e temporal e os atores institucionais e pessoais centrais para a compreensão dessa história, tendo como foco os arquivos remanescentes de suas atuações. Após essa compreensão, foi realizado um levantamento de informações sobre os arquivos institucionais da DGSP e do DNSP, além do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), instituição também protagonista no cenário de desenvolvimento científico na primeira república na área da saúde pública. Este levantamento de informações foi essencial para a descrição das fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República, bem como um estudo dos atores políticos e seus arquivos pessoais (Oswaldo Cruz, 1903-1909, Carlos Seidl, 1912-1918, Carlos Chagas, 1920-1926, Belisário Penna, 1918-1920, Arthur Neiva, 1906-1916 e Clementino Fraga, 1927-1930), além de coleções dessas instituições.

No segundo capítulo apresento, ainda que de forma introdutória, notas sobre a função da atividade de descrição arquivística e dos instrumentos de pesquisa para acesso aos arquivos

---

<sup>1</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Nobrade: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

<sup>2</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

e sobre as características do instrumento de pesquisa guia de fontes. Discuto também a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE. Ao final, apresento alguns exemplos de guia de fontes, inclusive guias relacionados às instituições de saúde.

No terceiro capítulo me dediquei a descrever o processo de nossa pesquisa por meio de observações gerais sobre os contatos com as instituições de guarda, analisando dois aspectos relevantes: a forma de acesso atual aos arquivos e uma breve explicação sobre a documentação. Observei as singularidades dos distintos instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas pesquisadas, averiguando os desníveis descritivos nos arquivos, os instrumentos de pesquisa existentes, a abrangência da descrição em cada caso, o grau de organização dos fundos relevantes para a pesquisa, além das “adaptações” necessárias para a inclusão dos arquivos desnormalizados ao formulário modelo da NOBRADE e ao guia de fontes propriamente dito. Para além de todos os ganhos teóricos e metodológicos que a pesquisa e a feitura do trabalho me proporcionaram, gostaria de chamar a atenção para a importância do exercício de que se constituiu minha análise. Uma síntese, transcrição e elaboração de um instrumento de descrição com base normalizada a partir de informações dispersas e com outras formas de disposição de informações. Foi importante e enriquecedora essa experiência de ver os diferentes tipos de instrumentos nas instituições, muitos frutos de outras épocas, com outras racionalidades descritivas, e transportar suas informações para novo modelo.

Como produto, construo um instrumento de pesquisa – o guia de fontes – que agrega todos os arquivos das distintas instituições de guarda de memória localizadas na cidade do Rio de Janeiro, pelo recorte temático (saúde pública), temporal (Primeira República) e geográfico (Rio de Janeiro), buscando contribuir para o acesso a esse patrimônio documental sobre a saúde pública brasileira.

Logo, como produto da dissertação de mestrado, apresento o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro*.

## **CAP. 1- SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE INSTITUIÇÕES, ATORES E SEUS ARQUIVOS**

A relevância de um guia de fontes documentais de saúde pública na Primeira República por meio de levantamento de arquivos institucionais, pessoais e coleções custodiados na cidade do Rio de Janeiro torna-se evidente, visto que os arquivos hoje existentes representam documentalmente as atuações institucionais e pessoais em saúde pública na Primeira República.

O objetivo do capítulo é demonstrar a importância histórica do recorte temático-temporal, ou seja, saúde pública e Primeira República. Apesar da existência anterior ao período republicano de ações governamentais em prol da saúde em momentos pontuais, este período foi significativo na implementação de políticas públicas em saúde no Brasil, como também na implementação da legislação sanitária no país e na criação institucional de órgãos de saúde pública numa ótica de cuidado nacional.

Na Primeira República, o MJNI desempenhou um papel fundamental ao assegurar os direitos políticos estabelecidos pela Constituição de 1891 e a própria organização política do país. O MJNI reuniu uma ampla gama de competências, assumindo tarefas do programa republicano como a instrução pública, o registro civil dos nascimentos, óbitos e casamentos e a manutenção da liberdade e igualdade dos cultos religiosos. Coube também à pasta o cuidado das questões referentes à naturalização e à concessão de direitos políticos aos milhares de imigrantes que desembarcaram no país em busca de trabalho e melhores condições de vida (CAMARGO, 2015b, p. 12).

Segundo a lei nº. 23, de 30 de outubro de 1891, competiam ao MJNI todos os assuntos relativos à administração da justiça federal e à Guarda Nacional em todo país, à justiça local, polícia e corpo de bombeiros do Distrito Federal, instrução, educação e desenvolvimento das ciências, letras e artes, incluindo a catequese dos índios e todas as atribuições que pertenciam à antiga Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Essas atribuições compreendiam as questões ligadas à saúde e à assistência pública, aos menores abandonados, aos alienados, à naturalização de estrangeiros e à organização dos estados. A mesma lei dispôs sobre a estrutura central do ministério, que ficou composta por uma seção de contabilidade e três diretorias: da Justiça, da Instrução e do Interior (CAMARGO, 2015b, p.12).

Diante deste cenário, este capítulo se divide em quatro tópicos centrais que levam a compreensão do período da Primeira República no Brasil: a saúde pública, as instituições que

a organizavam, os personagens importantes dessas instituições e os arquivos existentes desses personagens.

## 1.1 Saúde Pública na Primeira República

Não se conheciam os micróbios. Sem antibióticos e sem medidas de higiene, a população das cidades estava à mercê de epidemias como peste bubônica, varíola e febre amarela, e de outras doenças como sífilis e tuberculose. Principais causas de morte, essas enfermidades provocavam dizimações na população (...) Chefiado por Oswaldo Cruz, Manguinhos alcançaria repercussão internacional sob o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), que encarregaria seu diretor das campanhas de saneamento do Rio. Partindo da ideia de que as moléstias eram causadas por micróbios, e de que era preciso vacinar a população e mudar as condições de higiene para combater-las (...). Exterminando ratos, para combater as causas da peste bubônica, desinfetando pântanos e alagados, que eram focos de mosquitos transmissores da febre amarela, e vacinando a população contra a varíola, em poucos anos o Dr. Cruz venceu essas doenças (...) (ENCICLOPÉDIA Nosso Século, 1985, p.101).

No governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro, capital da República, era uma cidade com graves problemas urbanos e sociais: pobreza, desemprego, lixo amontoado pelas ruas, ratos e mosquitos transmissores de doenças. Milhares de pessoas morriam em consequência de epidemias como as de febre amarela, peste bubônica e varíola. O Rio tinha fama mundial de cidade pestilenta, desde o século XIX médicos higienistas tentavam sanear a cidade para combater as enfermidades epidêmicas e defendiam o aterramento dos pântanos, o desmonte dos morros e mudanças nas condições higiênicas das habitações.

Substancialmente, duas questões estavam em jogo na ação das agências federais. Primeiro, as elites republicanas temiam que as condições insalubres dos portos brasileiros pudessem colocar em risco os interesses comerciais do país. Reportagens de imprensa e debates no Congresso Nacional enfatizaram que a ameaça de epidemias nos principais portos da República estava forçando os navios estrangeiros a alterar suas paradas programadas e se dirigir para portos mais seguros na Argentina e no Uruguai. Uma segunda questão em jogo foi a proteção das condições sanitárias da capital do país, chamada de “viveiro de pestes tropicais” (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 100).

Era desejo dos primeiros governos republicanos transformar o Rio de Janeiro na “capital do progresso”, na “Paris Tropical”, uma espécie de cartão-postal da República. O “Rio civiliza-se” era o slogan da moda. Coube ao presidente Rodrigues Alves a iniciativa de

reformular e modernizar a capital federal. Isso implicou tomar decisões e medidas enérgicas no combate às epidemias.

As obras de modernização do Rio de Janeiro, comandadas pelo prefeito Pereira Passos, verdadeiro “Haussman à la carioca”<sup>3</sup> (ABREU, 2008, p. 67), incluíam o alargamento das ruas principais, a construção da Avenida Central, a ampliação da rede de água e esgoto e a remodelação do porto.

Para combater as epidemias, o governo contou com a ação enérgica do médico sanitário Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, que convenceu o presidente Rodrigues Alves a decretar a lei de vacinação obrigatória contra a varíola<sup>4</sup>. Diversos setores da sociedade reagiram à vacina obrigatória. O resultado de tantas pressões foi uma grande revolta popular conhecida como Revolta da Vacina que explodiu pelas ruas do Rio de Janeiro, no período de 12 a 15 de novembro de 1904. Bondes foram queimados, prédios incendiados e a polícia atirava nos manifestantes, gerando um quadro de guerra civil.

Segundo dr. Aureliano Portugal, médico da saúde pública, o prefeito Pereira Passos em três anos conseguiu:

desalojar milhares de pessoas de suas habitações e remover para mais de mil estabelecimentos comerciais, demolir, no todo ou parcialmente, cerca de dois mil prédios(...) promovendo, ao mesmo tempo, mil outras [obras] de ordem diversa, tendentes ao saneamento e embelezamento de uma cidade extensíssima, que conta em seu seio cerca de um milhão de habitantes (BENCHIMOL, 2002, p. 125).

Após essa conturbada primeira década do século XX, viagens científicas patrocinadas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), conhecidas como expedição Penna-Neiva<sup>5</sup>, em várias regiões do interior do país entre 1911 e 1913 foram consideradas os pilares científicos sobre os quais ergueu-se a campanha do saneamento (BRITTO, 1995, p. 11).

---

<sup>3</sup> Antes de Francisco Pereira Passos tornar-se prefeito do Rio de Janeiro, nos anos 1902-1906, ele acompanhou em Paris as obras empreendidas por Georges Haussmann, prefeito parisiense com o intuito de transformar a capital francesa em uma cidade “civilizada”, de acordo com os padrões da época. À frente da Prefeitura do Departamento do Sena, Haussmann derrubou o emaranhado de ruas estreitas, pôs abaixo habitações populares e construiu em seu lugar um conjunto monumental de largas e extensas avenidas. A chamada Reforma Haussmann em Paris foi o modelo da reforma urbana a ser empreendida futuramente por Pereira Passos no Rio de Janeiro. Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos na capital do Brasil. (PASSOS, Pereira. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

<sup>4</sup> Em março de 1904, Rodrigues Alves deu a Oswaldo Cruz a base legal necessária para sua campanha de saneamento, emitindo um decreto que anunciava o 1º Código Sanitário Nacional (Decreto nº 5.156, de 08.03.1904). Em outubro do mesmo ano, a vacinação compulsória contra a varíola tornou-se lei. Cruz começou a espalhar as brigadas sanitárias em toda a cidade para fazer cumprir a nova legislação (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 104).

<sup>5</sup> NEIVA, Artur e PENNA, Belisário. Viagem científica: pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Brasília, Senado Federal, 1999.

A denúncia do quadro sanitário e social do interior com a divulgação em 1916 do relatório da expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz a vários estados do Nordeste e a Goiás, sob a chefia dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, e a publicação em 1918 do livro Saneamento do Brasil por este último, lançaram as bases para um movimento nacional que congregou médicos e intelectuais em torno da proposta do saneamento. Foi nesse contexto, e sob a liderança de Belisário Penna, que se criou em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Sanear o país significava, na ótica dos participantes do movimento, a recuperação da autêntica nacionalidade ignorada pelas elites urbanas. Declara-se, então, a impossibilidade de desenvolvimento social sem solucionar os problemas de um povo “constituído na sua maioria de doentes, de incapazes físicos, de maleitosos, opilados, embarbeirados” (LIMA & BRITTO, 1991, p.1).

Segundo Castro Santos, o movimento sanitarista possuiu duas fases: do surgimento da Primeira República até meados da década de 1910 e da interiorização da saúde pública até final da primeira república (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 97).

Em discurso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, o médico Miguel Pereira denunciou as más condições de vida e de saúde no interior do país, devastado por epidemias como a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas. Numa época de grande fervor nacionalista, declarou frase que se tornaria célebre e polêmica: “O Brasil é um imenso hospital”.

O movimento sanitarista defendia a ideia de que o “retardo” do Brasil não era resultado do clima tropical ou da composição racial de sua população, mas das doenças que afetavam as áreas rurais e da falta de ação do Estado diante dessa realidade. A campanha reivindicava que o governo federal aumentasse sua intervenção no campo da saúde pública e formalizou-se na Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918-1920), criada e dirigida por Belisário Penna.

A origem do pensamento sanitarista na Primeira República defendia a salvação do Brasil por meio da construção da identidade nacional, sendo essencial a participação do sertanejo (*backlander*) que vivia em extrema pobreza, isolado do litoral, sofrendo doenças endêmicas e epidemias que reduziam sobremaneira a força de trabalho do interior (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 97).

A denúncia da inaptidão dos poderes públicos para enfrentar os problemas de saúde do país intensificou-se nos últimos meses de 1918, quando chegou ao Brasil a assoladora gripe

espanhola, uma pandemia do vírus influenza que se espalhou por quase toda parte do mundo nesta época.

Ao tomar posse na presidência da República, Eptácio Pessoa (1919-1922) declarou que a reorganização dos serviços sanitários do país era uma prioridade nacional. Para comandá-la, nomeou Carlos Chagas em outubro de 1919 diretor da DGSP que, em janeiro do ano seguinte, após intenso debate no Congresso Nacional, foi transformada no DNSP.

A campanha pelo saneamento expressou-se fundamentalmente na reivindicação de que o Estado brasileiro aumentasse seu poder de intervenção no campo da saúde pública. Com grande repercussão na imprensa, nos meios intelectuais e no Congresso Nacional, o movimento, formalmente organizado na Liga Pró-Saneamento do Brasil (criada em 1918 e dirigida por Belisário Penna), conduziria a uma ampla reforma dos serviços sanitários, com a criação, em janeiro de 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), do qual Chagas foi o primeiro diretor (KROPF & LIMA, 2018).

O novo órgão fortaleceu a capacidade de intervenção e regulação do governo central na saúde pública. Carlos Chagas foi autor do vasto Código Sanitário de 1923, que modernizou a legislação sanitária brasileira. Aumentou-se as atribuições regulatórias e fiscalizadoras do DNSP, dando-lhe novas responsabilidades, tais como propaganda e educação sanitária, higiene infantil, higiene industrial e profissional. Desta forma, as ações de saúde, até então concentradas nas áreas urbanas, foram estendidas ao interior do país, sobretudo com a criação de postos de combate às endemias rurais, na periferia do Distrito Federal (RJ) e nos sertões dos outros estados brasileiros (KROPF, 2009, p. 204).

Por motivos de dificuldades técnicas e financeiras dos estados, durante a década de 1920 praticamente todos eles, à exceção de São Paulo, fizeram acordos com os serviços federais para trabalhos de profilaxia rural. Ao deixar a presidência da República em novembro de 1922, Eptácio Pessoa informou ao Congresso Nacional que quinze estados contavam com a presença da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural do DNSP. Em 1924, na presidência de Artur Bernardes, esse número elevou-se para dezessete, expressando a rápida e grande adesão dos estados a esse modelo de intervenção sanitária federal e resultando no incremento tanto da presença da autoridade sanitária em áreas do interior do Brasil como no contato com as populações até então desassistidas pelo poder público (ABREU, 2010b, p. 5).

Ao final da Primeira República ocorreram várias mudanças político-sociais que afetaram o governo brasileiro e suas políticas públicas em saúde. A crise econômica de 1929,

a Revolução de 1930<sup>6</sup> e a instabilidade do governo provisório de Getúlio Vargas tiveram impacto negativo a política de saúde pública e conseqüentemente, no funcionamento do DNSP. O próprio Ministério da Educação e Saúde Pública, que foi criado logo em 1930, também experimentou a instabilidade dos primeiros anos de Getúlio Vargas no poder, não garantindo ao seu principal departamento na área de saúde a continuidade de sua atuação em âmbito nacional. Na reforma do Ministério da Educação e Saúde em 1934, o DNSP foi extinto e suas funções foram incorporadas à nova Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS)<sup>7</sup>. As marcas e os avanços do DNSP seriam as bases de um novo ciclo de expansão da saúde pública com as reformas realizadas em 1937 e 1941 na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) (ABREU, 2010b, p. 5-6).

## 1.2 Instituições que atuaram na organização da saúde pública no Brasil

Na Primeira República as instituições de saúde pública mais significativas na implementação de políticas públicas e legislação em saúde no Brasil foram a DGSP (1897-1919) e o DNSP (1920-1930). O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) possuiu também papel de destaque como instituição de ciência e saúde pública no período. Porém, no início do período republicano tínhamos ainda a Inspetoria-Geral de Higiene (1886-1892).

As instituições DGSP e DNSP foram produtoras de arquivos que atualmente estão depositados em diversas instituições de memória. Para melhor compreensão da política de saúde pública na época, além do estudo histórico dessas instituições faz-se necessário o estudo da Liga Pró-Saneamento (movimento pelo saneamento rural). A Inspetoria-Geral de Higiene sucedeu a Junta Central de Higiene Pública, criada pelo decreto nº. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886 como resultado da demanda por reforma nos serviços sanitários da Corte. O decreto de 1886 dividiu os serviços sanitários do Império em terrestre e marítimo, que ficavam dirigidos respectivamente pela Inspetoria-Geral de Higiene e pela Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos, além de criar também Conselho Superior de Saúde Pública (BRASIL, 1886, p. 57-103).

---

<sup>6</sup> Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano (REVOLUÇÃO DE 1930. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

<sup>7</sup> Decreto nº 24.438, 21 de junho de 1934.

A Inspetoria-Geral de Higiene enfrentava, nos anos iniciais da República, a ocorrência de epidemias que ciclicamente atingiam as cidades portuárias, como cólera, malária, febre amarela e tifoide. Também neste período verificou-se a chegada de uma nova doença epidêmica, a peste bubônica, que já grassava na Europa.

Subordinada em sua criação à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, transformada em Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (1889) e Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1891), a Inspetoria sofreu as alterações por que passou a administração pública com a instauração da República. O decreto nº. 169, de 18 de janeiro de 1890, reorganizou o serviço sanitário terrestre e procurou fortalecer a atuação da Inspetoria-Geral nos estados. Tal reestruturação manteve a cargo da Inspetoria-Geral de Higiene o serviço sanitário terrestre, na capital federal e nos estados, e promoveu pequenas alterações em sua composição. Ainda em 1890, pelo decreto n. 372-B, de 2 de maio, o Instituto de Higiene, então pertencente à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi transferido para a estrutura da Inspetoria Geral de Higiene, com a denominação de Instituto Nacional de Higiene.

Com a Constituição de 1891, promulgada em 24 de fevereiro, ficava estabelecido que passasse à responsabilidade dos estados muitos dos assuntos que eram atribuições do Governo Federal, que ficava impedido de intervir nos negócios da esfera estadual, salvo as exceções estabelecidas. O decreto nº. 438, de 11 de junho de 1891, dispôs sobre a execução dos arts. 3º e 4º das Disposições Transitórias da Constituição, que determinou que à proporção que os estados se organizassem, liquidava a responsabilidade do Governo Federal com a administração de tais serviços e pagamento do pessoal respectivo (CABRAL, 2018).

Fica evidente que no breve período de existência da Inspetoria Geral de Higiene durante a Primeira República houve fortes embates políticos no tocante a centralização-descentralização dos serviços públicos em saúde, ora nas mãos do poder central ora nas mãos dos poderes estaduais.

Até a Constituição de 1891, o serviço sanitário procurou fortalecer a atuação da Inspetoria-Geral nos estados (decreto n. 169/1890). Contudo, com o advento constitucional republicano ficava estabelecido que a partir daquele momento muitas atribuições sanitárias seriam de responsabilidade dos estados e não mais do Governo Federal, que ficava impedido de intervir nos negócios da esfera estadual.

Em 1892, pelo decreto nº. 1.172, de 17 de dezembro, foi criada a Diretoria Sanitária da Capital Federal, responsável pelos serviços sanitários no Distrito Federal, e extinta a Inspetoria Geral de Higiene.

Em 1897 foi instituída, pelo decreto nº. 2.449, de 1º de fevereiro, a DGSP, que reuniu os serviços anteriormente pertencentes ao Instituto Sanitário Federal e à Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos. A Diretoria-Geral tinha sede na capital da República e era formada por diretorias e inspetorias sanitárias nos portos dos estados. A partir da administração de Oswaldo Cruz, entre 1903 e 1909, verifica-se a expansão da legislação sanitária e das atribuições da DGSP, que passava a se responsabilizar pelos serviços de higiene defensiva, polícia sanitária, profilaxia geral e higiene domiciliar (HOCHMAN, 1993, p. 48). A criação da DGSP mostrou progresso significativo, após tentativas frustradas na Monarquia, de unificação das organizações de saúde pública (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 102).

No início de 1903 Oswaldo Cruz recebeu o convite do ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, para dirigir o serviço sanitário federal. Em 23 de março de 1903 foi nomeado para dirigir a DGSP, com a missão de promover o saneamento do Rio de Janeiro (ABREU, 2010a, p. 12).

Para executar o projeto de remodelação da cidade – inspirado na reforma urbana realizada em Paris poucas décadas antes pelo barão Georges Eugène Haussmann –, Rodrigues Alves convidou o engenheiro urbanista Francisco Pereira Passos, que assumiu a prefeitura do Distrito Federal em 30 de dezembro de 1902 (ABREU, 2010a, p. 13).

Comissários de higiene e acadêmicos de medicina, divididos em turmas que eram acompanhadas por carroças da Limpeza Pública, vistoriavam domicílios do centro e da zona portuária, recorrendo, com frequência, à polícia para expurgar reservatórios de água, bueiros, ralos e valas, desocupar sótãos e porões, confiscar galinhas e porcos, prescrever reformas imediatas ou interditar prédios considerados arruinados e insalubres. Ao mesmo tempo, uma série de interdições foi imposta, atingindo o comércio ambulante com multas e pagamento de licença, e também os comerciantes estabelecidos em lojas, que deveriam expor as mercadorias em vitrines e não mais nos umbrais e vãos de porta que davam para a via pública, entre outras regras. Para completar o projeto de regeneração de maus hábitos e costumes da população, o prefeito determinou a proibição de urinar e cuspir nas ruas, de soltar pipas, para não embarçar os cabos de energia elétrica, de acender fogueiras, soltar fogos de artifício e balões nas festas de São João.

Tais medidas foram pensadas de modo complementar a reforma dos serviços sanitários, entregue a Oswaldo Cruz. Seus planos contemplavam a reestruturação da DGSP, visando à centralização das ações sanitárias na capital, além de uma regulamentação jurídica que ampliasse o poder da autoridade sanitária, sobretudo no que concernia à notificação obrigatória dos casos de doenças infecciosas. Em 5 de janeiro de 1904 foi aprovada a lei que

regulamentava a reforma dos serviços sanitários. Entre o elenco de propostas constavam as campanhas sanitárias, direcionadas para alvos específicos, tal como faziam os pasteurianos nas regiões tropicais dos continentes africano e asiático, colonizadas pelos países europeus (ABREU, 2010a, p. 14).

Vencido o período crítico das campanhas na capital federal, Oswaldo Cruz passou a defender a ideia de que a defesa sanitária da cidade somente seria assegurada se os serviços da DGSP se tornassem permanentes e extensivos às zonas suburbanas, e se o órgão dispusesse de meios para estender o saneamento a outros portos do Brasil. Assim, reproduzindo a prática comum entre os médicos e bacteriologistas europeus que se deslocavam para a África e a Ásia a fim de combater epidemias e estudar as chamadas doenças tropicais, Oswaldo Cruz e suas equipes da DGSP e do Instituto de Manguinhos começaram a expandir seu raio de ação, realizando assim a expansão das campanhas e as expedições científicas aos sertões brasileiros.

As campanhas marcaram a gestão de Oswaldo Cruz na DGSP (1903-1909), conformando um modelo de ação estatal que perdurou muitas décadas, fundamentado na articulação da microbiologia pasteuriana com as teorias da medicina tropical, especialidade criada na Inglaterra ao final do século XIX para estudar sobretudo as doenças parasitárias transmitidas por insetos. O combate desfechado pelo diretor da saúde pública se direcionou para os principais flagelos que assolavam sazonalmente a cidade e atingiam a população: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola (ABREU, 2010a, p. 15).

Essas cinco expedições médico-científicas realizadas entre 1911 e 1913 pelo Instituto Oswaldo Cruz produziram um sólido inventário das condições e dos modos de vida das regiões visitadas (SANTOS, 2008, p. 53). A partir de 1916, com a divulgação do relatório da viagem de Artur Neiva e Belisário Pena pelos estados da atual região Nordeste e Goiás, que denunciou as péssimas condições de vida no interior do país, o foco se voltou para os sertões (CASTRO SANTOS, 1985, p. 5), questão que se transformou em uma das bandeiras defendidas pela Liga Pró-Saneamento.

Em 1919, o então ministro do MJNI Urbano Santos da Costa Araújo<sup>8</sup> classificou o saneamento e a instrução pública como “problemas máximos”, afirmando que apenas com a solução destes “os nossos patrícios se tornariam aptos para o trabalho, trabalho fecundo que fará o nosso progresso” (BRASIL, 1919, p. XXVI). Vale lembrar que em 1918 o país

---

<sup>8</sup> Urbano Santos da Costa Araújo foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores. Ocupou o cargo de 21 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, e durante sua gestão dinamizou todos os departamentos do ministério, principalmente o de saúde pública. Promoveu o serviço de profilaxia urbana e rural, instalou o Instituto Oswaldo Cruz em São Luís e firmou contrato com a Fundação Rockefeller para o combate à malária.

enfrentou uma epidemia de gripe espanhola, que chegou a vitimar o presidente eleito, Rodrigues Alves. Além disso, havia ainda uma grande preocupação com a febre amarela, que atingia todas as regiões do território nacional. Buscando melhorar a situação, o ministro nomeou uma comissão formada por nomes como Miguel Couto, Rocha Faria, Afrânio Peixoto e Carlos Chagas que, dentre outras tarefas, deveria elaborar um Código Sanitário. A comissão sugeriu a criação de um Ministério da Saúde Pública, a exemplo do existente na Inglaterra, ou de um Departamento Federal de Higiene e Saúde Pública, dotado de maior autonomia, alternativa que acabou por se concretizar (BRASIL, 1919, p. XII-XIX).

A Liga Pró-Saneamento pleiteava um Ministério da Higiene e Saúde Pública ou, como este parecia ser pouco viável politicamente, um Departamento Nacional de Saúde, “técnico e autônomo” e “com largas atribuições e vastos elementos de ação em todo o país” (PENNA, 1919, p. 101-102). Segundo Belisário Penna, a obra *Saneamento do Brasil* foi vital para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (PENNA, 1923, p.11).

Sob pressão da campanha pelo saneamento rural, sob o impacto da gripe espanhola que paralisou a capital federal e outras cidades do país no final de 1918, o Congresso aprovou, em fins de dezembro de 1919, uma reforma da saúde pública que, se não correspondia à perspectiva mais centralizadora e intervencionista da Liga Pró-Saneamento, materializava no DNSP, criado em 2 de janeiro de 1920, um avanço significativo, principalmente em relação ao combate às endemias rurais no interior do país.

A aprovação do Código Sanitário pela lei nº. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, visava a centralização e uniformização das ações governamentais, e concedia ao governo federal maior poder de intervenção a partir de acordos estabelecidos com os estados. A lei também criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ao qual competiam os serviços de higiene do Distrito Federal, os serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, a profilaxia rural em todo o país, o estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das doenças transmissíveis, o fornecimento de soros e vacinas, destinados ao combate de epidemias em quaisquer regiões do país, o fornecimento dos medicamentos oficiais, o exame químico dos gêneros alimentícios de procedência nacional e dos estrangeiros importados para o consumo, a inspeção médica de imigrantes e de outros passageiros nos portos, o serviço de fiscalização dos esgotos e o da construção de novas redes no Distrito Federal (HOCHMAN, 2012, p. 136-137).

O DNSP foi o departamento criado em 2 de janeiro de 1920, pelo Decreto nº 3.987, para ser o principal órgão federal da área de saúde, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O novo departamento correspondeu, na prática, a uma reforma na

estrutura da saúde pública brasileira, em particular pelo aumento da capacidade do governo federal para atuar além dos limites da capital do país e dos principais portos marítimos e fluviais, e pela incorporação formal, pelo Estado nacional, da preocupação com as doenças das populações do interior. Seu primeiro diretor foi Carlos Chagas, que, desde 1917, era diretor do Instituto Oswaldo Cruz e acumulou os dois cargos até 1926. Nesse ano, assumiu a direção do DNSP o médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e político baiano, Clementino Fraga, que permaneceu até o final da Primeira República (ABREU, 2010b, p. 1).

A ampla regulamentação estabelecida para o funcionamento do DNSP, dada pelo decreto nº 14.354, de 15 de ago. de 1920, com 1.195 artigos, destacava o combate às chamadas doenças venéreas, à lepra e à tuberculose, definia atividades regulatórias mais amplas para a saúde pública e reforçava os poderes dos serviços sanitários, aspectos que teriam impacto potencial sobre o exercício das profissões e atividades do setor de saúde, e também sobre atividades comerciais e econômicas tais como produção e comercialização do leite e de gêneros alimentícios.

O DNSP dispôs de instrumentos para garantir uma maior presença da saúde pública em todo território nacional por meio de convênios com os estados, visando à criação de serviços de profilaxia rural para o combate às principais endemias, a ancilostomíase e a malária, e também para o controle da lepra. O resultado principal desses acordos foi a criação de postos de profilaxia de doenças endêmicas nas áreas rurais, administrados pelos serviços sanitários federais. Suas atividades principais foram o atendimento da população, a distribuição de medicamentos, ações de educação sanitária, pequenas obras de engenharia sanitária e coleta de estatísticas vitais (ABREU, 2010b, p. 4-5).

O IOC possuiu também papel de destaque como instituição de ciência e saúde pública durante a Primeira República. Originou-se do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, com o objetivo imediato de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica que, tendo atingido o porto de Santos em 1899, ameaçava a capital federal. A partir de 1903, já sob a direção de Oswaldo Cruz, o Instituto Soroterápico transformou-se numa instituição destinada à pesquisa científica; em 1906 passou a ter uma filial em Belo Horizonte; em 1907, refletindo essas transformações, foi criado o Instituto de Patologia Experimental. No ano seguinte, passou a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem ao sucesso obtido por seu diretor nas campanhas de combate à febre amarela e à peste bubônica, no Rio de Janeiro, e na Exposição de Higiene que integrava o XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia, realizado em Berlim, em 1907. Nessa oportunidade o

IOC teve aprovado o seu primeiro regulamento, que manteve as atividades de pesquisa e ensino em andamento. De 1910 a 1920, seus profissionais realizaram missões sanitárias e expedições científicas ao interior do Brasil, para proceder à profilaxia e ao estudo das zonas flageladas por doenças ainda pouco estudadas. Em 1909 Carlos Chagas protagonizou um dos feitos mais importantes de Manguinhos: a descoberta do ciclo biológico da doença que posteriormente levou seu nome. Em 1912, em virtude da repercussão dessa descoberta, o IOC deu início à construção de um hospital, que seria inaugurado em 1918 sob a denominação Hospital Oswaldo Cruz. Tinha por finalidade receber doentes vindos do interior, sobretudo das áreas mais afetadas pela moléstia, para tratamento e estudos. Vitoriosa a revolução de outubro de 1930, o IOC, até então vinculado à pasta da Justiça, foi transferido para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública, subordinando-se ao Departamento Nacional de Medicina Experimental (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2009, p. 94).

### **1.3 Personagens com atuação de destaque nas instituições de saúde pública**

No interior e ao redor das instituições também foram relevantes as trajetórias de políticos, médicos, sanitaristas e cientistas cuja atuação no campo da saúde ajudou a alicerçar aquelas que são as pioneiras políticas públicas da Primeira República nessa área. Seus arquivos representam suas trajetórias pessoais e profissionais e hoje se constituem em fontes centrais para o estudo do período sob a ótica da temática.

Foram mapeados os seguintes atores políticos: Oswaldo Cruz (1903-1909), Carlos Seidl (1912-1918), Carlos Chagas (1920-1926), Belisário Penna (1918-1920), Arthur Neiva (1906-1916) e Clementino Fraga (1927-1930). Estes atores foram escolhidos por sua relevância político-administrativa nas instituições de saúde pública no início do período republicano.

Todos esses atores políticos foram protagonistas importantes da saúde pública, como por exemplo, diretores-gerais da DGSP ou do DNSP, executores de legislações sanitárias, administradores em períodos de graves epidemias com campanhas renomadas ou criticadas ou líderes de movimentos sanitários em prol do saneamento do Brasil.

#### **1.3.1 Oswaldo Cruz e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1903-1909)**

No início de 1903 Oswaldo Cruz recebeu o convite do ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, para dirigir o serviço sanitário federal. Cruz foi convidado a

assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) em substituição a Nuno de Andrade. Subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a DGSP tinha entre suas atribuições a coordenação dos serviços sanitários dos portos e a realização de estudos sobre as doenças infecciosas (BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ, 2018).

Oswaldo Cruz, ao ser empossado em 23 de março de 1903, expôs um detalhado plano para erradicar a febre amarela do Rio de Janeiro em um prazo máximo de três anos. Assumiu, também, o compromisso de derrotar duas outras enfermidades que frequentemente irrompiam na capital federal em violentas epidemias: a varíola e a peste bubônica. As campanhas sanitárias eram parte de um projeto ainda mais ambicioso de reforma urbana, conhecida como Reforma Pereira Passos por referência ao engenheiro que a conduziu, Pereira Passos, nomeado prefeito da capital federal, em 1903, pelo presidente da República Rodrigues Alves (FRAGA, 2005, p. 49-52).

Oswaldo Cruz elaborou o projeto de uma nova legislação sanitária para acabar com a dualidade de poderes entre o governo e a prefeitura da capital federal no trato da saúde pública. Aprovada no Congresso Nacional em janeiro de 1904, a nova lei transferiu para a DGSP o comando de todas as ações na capital. O órgão passou a incorporar, entre outras atribuições, os serviços de higiene defensiva, a polícia sanitária, a profilaxia das doenças contagiosas e as atividades de higiene domiciliar.

Com as epidemias de peste e de febre amarela sob controle, Oswaldo pôde estender suas ações para outras localidades. Em 1905 e 1906 realizou duas longas expedições aos portos marítimos e fluviais do país, trabalho que permitiu um mapeamento preliminar das condições sanitárias de diferentes regiões do território brasileiro.

Prestigiado pelo sucesso da campanha contra a febre amarela, Cruz foi mantido à frente da Saúde Pública durante o governo de Afonso Pena (1906-1909). Todavia, quando, em novembro de 1909, passou a vigorar a lei que proibiu a acumulação de cargos no serviço público federal, Oswaldo decidiu permanecer diretor do Instituto Oswaldo Cruz (BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ, 2018).

### **1.3.2 Carlos Seidl e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1912-1918)**

Carlos Pinto Seidl foi considerado um dos mais eminentes sanitaristas brasileiros, ocupando o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública, entre 1912 e 1918, e pedindo demissão por ocasião da gripe espanhola, quando foi substituído por Carlos Chagas. Em seu livro de memórias, publicado em 1919, narra suas experiências pessoais e desventuras ao longo deste

evento, expondo opiniões e rebatendo as críticas por sua atuação na Diretoria Geral de Saúde Pública, além de discussões acadêmicas e manifestações de apoio diante dos profundos ataques à sua figura pública (SEIDL, 1919).

A exoneração de Carlos Seidl foi um esforço de se dar uma solução diante das críticas à incapacidade de conter a expansão da moléstia e socorrer a população. Foi a maneira que o presidente Wenceslau Brás encontrou para diminuir suas perdas políticas diante do caos social que se instalou na sociedade brasileira. Braz culpava Carlos Seidl pela epidemia, achando-o letárgico na organização da assistência pública

A tese sobre a morosidade de Seidl é facilmente posta abaixo pelo exame da série saúde-administração geral do MJNI sob a salvaguarda do AN. Nestes conjuntos documentais podem ser encontrados, mesmo em períodos bem anteriores à gripe espanhola, vários ofícios de insistentes pedidos de verbas para a criação de hospitais provisórios e materiais de diversas naturezas, como também verba para o aparelhamento do lazareto de Ilha Grande (GOULART, 2003, p. 95).

Após realização de pesquisas sobre os atores políticos relevantes na implementação de políticas públicas sanitárias durante a primeira república, revelou-se não haver nenhum arquivo pessoal Carlos Seidl. É possível encontrar esparsos itens documentais em instituições arquivísticas no Rio de Janeiro.

### **1.3.3 Belisário Penna e a Liga Pró-Saneamento (1918-1920)**

Em 1903, Belisário Penna assumiu o cargo de inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde. Dois anos depois foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, realizando vários estudos sobre o mosquito transmissor da doença e incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a sua erradicação no Rio de Janeiro.

Entre 1907 e 1910, por designação de Oswaldo Cruz, organizou o controle da malária ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, acompanhando Carlos Chagas em viagem a Lassance, na ocasião em que este descobre a tripanossomíase americana.

Dentre as missões científicas desenvolvidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, a de Belisário Penna e de Arthur Neiva<sup>9</sup>, envolvendo a Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, foi a

---

<sup>9</sup> A expedição de Belisário Penna e Arthur Neiva destaca-se pela riqueza das observações de caráter sociólogo e antropológico que coligiram em seu relatório de viagem, publicado em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, e nos numerosos registros fotográficos do acervo da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 1991, p. 55).

que teve maior ressonância. Em novembro de 1916 e janeiro de 1917<sup>10</sup>, dois dos artigos referentes à viagem foram publicados no jornal *Correio da Manhã*, escancarando o quadro sanitário em que o homem rural se encontrava. Em 1918, a publicação do livro *O saneamento do Brasil* (PENNA, 1918) enfatizou ainda mais o retrato de um Brasil doente, decorrente do abandono e do descaso das elites governantes e da ausência do Poder Público (LIMA, 1999, p.106).

Em 1918 foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil por Belisário Penna, médico, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública, testemunha ocular do cenário de mazelas em que se encontrava a população, principalmente a do interior do país.

As propostas da Liga conquistaram uma parcela dos políticos que, no Congresso Nacional, defendiam a intervenção do Estado na área da saúde pública, encaminhando a principal bandeira, a centralização dos serviços de saúde, a qual se efetivaria com a criação de um ministério da saúde pública.

A Liga Pró-Saneamento conseguiu sensibilizar o governo de Wenceslau Brás para a questão das endemias rurais, tendo como resultado imediato a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918, cuja direção foi entregue a Belisário Penna. Este Serviço tinha por finalidade combater, em nível nacional, as endemias rurais mais importantes – a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas (BRITTO, 1995, p. 25).

A extinção da Liga Pró-Saneamento, depois de dois anos de trabalho, foi em decorrência da aprovação do decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, do Congresso Nacional, para a criação do DNSP, que era apontado como um passo importante em busca das soluções para o problema sanitário brasileiro.

#### **1.3.4 Carlos Chagas e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1926)**

Carlos Chagas, desde a descoberta da doença que leva seu nome, alertava sobre a importância das endemias rurais e a necessidade de combatê-las, demonstrando, assim, uma atuação de destaque nos debates e nas ações sobre a saúde pública pátria nas primeiras décadas do século XX. No debate nacional, o tema da saúde como elemento-chave para que o Brasil se tornasse efetivamente uma nação começou a ser inserido por este chamado movimento sanitarista (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

---

<sup>10</sup> Publicação de uma série de artigos de Belisário Penna conclamando o país a participar de uma campanha pelo saneamento do Brasil (LIMA, N.T. & HOCHMAN, G.,1996. p.5).

Nos meses finais de 1918, quando chegou ao Brasil a pandemia de gripe espanhola, foi acentuada a denúncia da incompetência dos poderes públicos para enfrentar os problemas de saúde do país. Chagas então, assumiu, a convite do presidente da República Wenceslau Braz, a responsabilidade de comandar a assistência médica à população, visando enfrentar estes problemas no Rio de Janeiro. Iniciou, assim, o estabelecimento de hospitais emergenciais e postos de consulta em diferentes pontos da cidade e, por meio da publicação de anúncios nos principais jornais, buscou a colaboração de seus colegas de profissão para o enfrentamento da epidemia (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

Epitácio Pessoa (1865-1942), ao tomar posse na presidência da República, declarou que era uma prioridade nacional reorganizar os serviços sanitários do país. Para comandar esta reorganização, Chagas foi nomeado, em outubro de 1919, para a Diretoria-Geral de Saúde Pública, que foi transformada em Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em janeiro do ano seguinte, após intenso debate no Congresso Nacional. Chagas assumiu sua direção, acumulando o cargo com suas funções à frente de Manguinhos (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

A capacidade de intervenção e regulação do governo central na saúde pública foi fortalecida pelo DNSP. A legislação sanitária brasileira foi então modernizada por Chagas, autor de um extenso Código Sanitário<sup>11</sup>. Postos de combate às endemias rurais e outras ações de saúde foram estendidas ao interior do país, pois eram, até então, concentradas nas áreas urbanas. Para isso, foi decisiva a colaboração da Fundação Rockefeller<sup>12</sup>, que atuava no país desde 1916 na profilaxia da ancilostomíase e da febre amarela. Além disso, foram contemplados com serviços especializados os cuidados com a maternidade e a infância, a assistência hospitalar e o combate à tuberculose, sífilis e lepra (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

Em 1926, ao final da conturbada presidência de Arthur Bernardes (1875-1955), Chagas deixou a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública. O término de sua gestão foi marcado por fortes críticas na imprensa devido a um surto de varíola na capital e ao risco de

---

<sup>11</sup> O Código Sanitário de Carlos Chagas está expresso no Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Este código possuía 1679 artigos tratando dos mais diversos assuntos como: profilaxia específica das doenças de notificação compulsória, delegacias de saúde, polícia sanitária, higiene das habitações, organização das diretorias e das inspetorias, diretoria dos serviços sanitários do DF, diretoria de defesa sanitária marítima e fluvial, diretoria de saneamento rural, entre outros.

<sup>12</sup> A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, no contexto da remodelação dos códigos sanitários internacionais vivenciada no início do século XX. Com o objetivo de implantar medidas sanitárias uniformes no continente americano, consolidou-se nessa época uma ampla rede de organizações internacionais, cujo financiamento provinha, em sua maior parte, dos Estados Unidos. Instituição filantrópica e de cunho científico, ela atuou prioritariamente nas áreas de educação, medicina e sanitarismo.

uma epidemia de febre amarela. Seu sucessor no cargo foi Clementino Fraga (1880-1971). (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

### **1.3.5 Clementino Fraga e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1927-1930)**

Clementino Fraga foi o sucessor de Carlos Chagas no DNSP. Foi seu diretor-geral de 1927 a 1930. Neste período chefiou a campanha contra o surto de febre amarela epidêmica no Rio de Janeiro, de 1928 a 1929.

A luta contra a febre amarela parecia finalizada em 1927 no continente americano. Porém, em 1928, ocorreu nova epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. Esse surto, de início lento e insidioso, desafiou a comunidade científica que não conseguiu explicar satisfatoriamente a origem dessa infecção (TASCO, 2012, p.1).

No dia 23 de maio o IOC enviou ao Dr. Clementino Fraga, diretor geral do Departamento de Saúde Pública do Brasil, a confirmação do diagnóstico de febre amarela no Rio de Janeiro (TASCO, 2012, p. 6).

A campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro no final da década dos anos trinta enfrentou grandes desafios, pois, os problemas encontrados para a luta da doença depois de 20 anos foram grandes. Além do desconhecimento dos sintomas por parte dos médicos, o número de mata mosquitos na cidade de ano para ano, diminuía, pelo sucessivo corte das verbas. Essas medidas de combate foram desenvolvidas com um conjunto de serviços (expurgo, policia de focos e isolamentos) criados com métodos empregados por Oswaldo Cruz vinte anos atrás (TASCO, 2012, p. 7-8).

Com o início do Governo Vargas, Clementino Fraga exonerou-se da direção do DNSP e foi substituído por Belisário Penna.

### **1.3.6 Arthur Neiva e o Instituto Oswaldo Cruz (1906-1916)**

Arthur Neiva trabalhou para a Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela nas campanhas dirigidas por Oswaldo Cruz visando à erradicação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença. Em 1906 ingressou no Instituto Soroterápico Federal, posteriormente denominado Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde realizou pesquisas em entomologia. Em 1907 participou ao lado de Carlos Chagas da campanha de profilaxia da malária em Xerém (RJ). Nessa região estudou os hábitos e as características dos mosquitos transmissores da doença e identificou alguns grupos de seus parasitos resistentes à quinina.

Em 1908, como pesquisador do IOC, desenvolveu pesquisas sobre os insetos transmissores da doença de Chagas. Em 1910 forneceu informações detalhadas sobre a biologia do *Conorhinus megistus* – depois denominado *Panstrongylus megistus* –, que contribuíram para os primeiros conhecimentos sobre o ciclo evolutivo do *Trypanosoma cruzi*. Ainda sobre a doença de Chagas, realizou a classificação de espécies de barbeiros e explicou o mecanismo de transmissão, formulando a hipótese de que, ao se coçar, o indivíduo introduz em seu corpo, pela pele ou por uma mucosa, as fezes do inseto que contém tripanossomas. Durante a década de 1910 participou de expedições científicas enviadas pelo IOC ao interior do Brasil. Ao lado de Belisário Penna, percorreu estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, com recursos do IOC e da Inspetoria de Obras contra as Secas, e publicou, em 1916, um relatório<sup>13</sup> em que são denunciadas as más condições de vida e saúde da população rural. Participou do movimento que congregou cientistas, médicos e intelectuais em prol do saneamento do país, a Liga Pró-Saneamento.

Após a Revolução de 1930, Neiva ocupou cargos na administração pública, como o de interventor federal na Bahia. De 1935 a 1937 foi deputado federal pelo Partido Social Democrático baiano. Com a implantação do Estado Novo, retomou suas atividades em Manguinhos. Morreu em 6 de junho de 1943, no Rio de Janeiro (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2009, p. 21).

#### 1.4 Instituições, atores e seus arquivos

Considerar fontes documentais como instrumentos essenciais para pesquisas num determinado tema significa entender que os documentos do passado e seus conjuntos, constituídos e acumulados por instituições e pessoas, têm a capacidade de não só representar no tempo as atuações de seus produtores como também servir de provas para as narrativas que se processam no presente ou que virão a ser elaboradas no futuro.

A pergunta que nos move nesse momento é por que **documentos** e **arquivos** são importantes para a pesquisa sobre a saúde pública na Primeira República?

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, documento é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Essa é uma acepção bastante geral e simples que define o objeto. Ainda segundo

---

<sup>13</sup> Relatório Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás (1916).

o Dicionário, os documentos de arquivo “são os documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

A característica principal que define os documentos de arquivo é sua relação orgânica com o seu produtor, seja ele uma instituição ou um indivíduo. São em geral produzidos e acumulados pelo produtor e, à medida em que o tempo passa, esses documentos adquirem a função de representação documental das atividades, dos processos de trabalho e de vida do ente que os produziu e acumulou. Tal característica dota os arquivos de uma importância enorme enquanto fontes confiáveis para as pesquisas que precisem de informações sobre o período em que viveu certo produtor de arquivo, por exemplo, ou sobre fatos diretamente relacionados a essas vidas institucionais e pessoais. Por isso, o guia proposto terá como principal objetivo a reunião desses arquivos num único instrumento de pesquisa.

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito por uma entidade, pública ou privada, no decorrer das relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas. Bellotto afirma que:

Os documentos de arquivo (...) surgem por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variada, assim como sua forma e suporte (BELLOTTO, 2006, p.37).

Documentos de arquivo são também testemunhos inequívocos da vida dos indivíduos pois em maior ou menor grau possuem registros que remetem à evolução da trajetória de vida pessoal, tanto na esfera pública e profissional de alguém quanto na esfera privada ou familiar. O arquivo dos cientistas registra suas produções, a maneira como as fizeram e os resultados alcançados.

Schellenberg elaborou a seguinte definição para o termo “documentos” (*records*):

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Para além de servirem como prova da existência de instituições e pessoas, documentos de arquivo são importantes fontes de informação e de conhecimento em termos mais amplos. Os arquivos, por exemplo, são essenciais para a pesquisa histórica<sup>14</sup>, fornecendo-lhe documentação necessária para a compreensão da historicidade de uma época. Estes são relevantes para a formação da memória institucional, da identidade comum de uma família, de um povo, de um Estado e de uma nação na atualidade. Referências são indispensáveis para a vida cidadã. Símbolos, histórias e tradições<sup>15</sup> devem ser fundamentados em provas e animados pela lembrança, comemoração e identificação.

Os arquivos da saúde pública, tanto os de caráter pessoal quanto os de caráter institucional representam uma parcela significativa do patrimônio documental do país, isto é, uma fração relevante do patrimônio cultural material da nação. Este patrimônio documental deve ser preservado, ter amplo acesso aos usuários e ser declarado relevante no conjunto do patrimônio documental existente.

A preservação de arquivos de instituições de governo, públicas, é regida por legislação específica. O objetivo é manter documentos como prova de ações passadas e permitir usos pelo cidadão. Também fornecem prestação de contas à comunidade. Já a preservação de arquivos pessoais, via de regra, é regida por outras racionalidades. Embora todos nós possamos produzir arquivos, Camargo chama a atenção para o fato de que “só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura” (CAMARGO, 2009, p.29). O nosso recorte temático se coaduna com outros dois recortes documentais, quais sejam: de um lado os dos atores institucionais protagonistas e, de outro, os dos atores pessoais de projeção na área da saúde no tempo do recorte.

Os arquivos pessoais dos médicos, cientistas, sanitaristas da Primeira República que participaram ativamente das políticas públicas em saúde no período estudado são referências documentais apreciáveis para essa área. Estes atores foram escolhidos por sua relevância político-administrativa nas instituições de saúde pública no início do período republicano. A maioria, inclusive, ocupou cargos de direção nas principais instituições científicas ou político-governamentais na época.

---

<sup>14</sup> Segundo François Hartog, os arquivos “constituem a memória da nação e uma parte essencial de seu patrimônio histórico” (HARTOG, 2013, p. 152).

<sup>15</sup> Segundo Eric Hobsbawn, muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas (HOBSBAWN, 1997, p. 9).

O guia de fontes como instrumento de pesquisa tem seu valor, entre outros motivos, já pelo fato de apresentar descrições da biografia ou da história administrativa de cada produtor de arquivo, fornecendo informações referenciais sistematizadas dessas trajetórias (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE, 2006, p.32). Num segundo momento, o guia fornece informações gerais sobre quais são e onde estão os documentos de interesse para o pesquisador da temática em questão.

Como objetivo geral, um guia de fontes arquivísticas pretende dar visibilidade, facilidade de acesso e contribuir para a preservação de parcela do patrimônio documental, no caso, da história da saúde na Primeira República – suas instituições, atores e seus arquivos – agregando, num mesmo instrumento de pesquisa, arquivos dispersos por várias instituições, tornando-se uma seleção relevante de fontes sobre o recorte temporal e temático.

Para dar conta da tarefa de construir um guia buscaremos discutir algumas questões relacionadas à ação de descrição de documentos – tanto como função de tratamento de arquivos quanto em relação à elaboração de instrumento de pesquisa.

## **CAP. 2- DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, INSTRUMENTOS DE PESQUISA, GUIA DE FONTES: NOTAS PARA UM DEBATE**

Nesse capítulo temos como objetivo discutir a etapa metodológica de descrição arquivística, numa perspectiva conceitual e as características do instrumento de pesquisa que é o guia de fontes. Apresentamos breves notas sobre descrição arquivística, instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos e a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE, bem como a discussão do guia de fontes como instrumento de pesquisa. Posteriormente, analisamos alguns exemplos de guia publicados, primeiramente tentando exemplificar as diferenças entre um guia de acervo e um guia de fontes e em segundo lugar expondo alguns exemplos de guias de fontes relacionados a temáticas de saúde já publicados, investimentos nos quais inserimos a nossa proposta.

### **2.1 A descrição arquivística**

Segundo a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a descrição arquivística é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

O termo descrição vem do latim *descriptio*, que significa o ato de descrever, reproduzir, traçar, delimitar, copiar ou representar. A finalidade principal da descrição arquivística é a criação de representações sobre determinado acervo documental, tornando acessível o seu contexto e conteúdo.

Os instrumentos de pesquisa serviram como prova da existência dos arquivos e respondiam totalmente aos interesses da administração pública. Posteriormente, quando os arquivos abriram as suas portas para a sociedade, os arquivistas começaram a procurar soluções para garantir o arranjo dos documentos. Finalmente, a Arquivística toma um lugar nas ciências e a descrição se adapta aos seus princípios e fundamentos teóricos, tornando-se numa atividade autônoma, com a função de facilitar a recuperação e o acesso aos documentos (PADRÓN, 2016, p. 20).

Ao realizar o trabalho de descrição, o arquivista compreende da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor documental. Esses dados são registrados em instrumentos de busca que servem a um duplo propósito: tornar os documentos conhecidos às pessoas que

possam vir a se interessar pelos mesmos e facilitar ao arquivista a pesquisa (SCHELLENBERG, 2006, p. 313).

A tarefa de descrever não é fácil, cabe ao profissional arquivista ao elaborar a descrição, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação dos documentos por ele descritos (BELLOTTO, 2006, p. 173, 178).

A descrição, segundo Duranti, desde o seu surgimento como prática arquivística tem sido vinculada a três atividades: conservar o significado, manter o controle e fornecer acesso (DURANTI, 1993, p. 52). A descrição devia cumprir uma das funções básicas dos arquivos: facilitar a consulta dos documentos (controle/acesso), organizando e localizando todos os tipos documentais existentes.

Para Padrón, a descrição de arquivos tem passado por etapas, segundo os paradigmas arquivísticos, custodial (1898-1980) e pós-custodial (1980 - atualidade) (PADRÓN, 2016, p 23,25).

Em 1961, Schellenberg considerou a descrição como “o conjunto de atividades desenvolvidas pelo arquivista com a finalidade de elaborar instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso aos fundos documentais em qualquer nível documental” (SCHELLENBERG, 1961 apud BONAL ZAZO, 2000, p. 156).

Na mesma corrente de pensamento de Schellenberg, Padrón, em suas primeiras definições publicadas, afirmou que a descrição se preocupava em capturar as informações contidas nos documentos para assim elaborar instrumentos de descrição (PADRÓN, 2016, p 25).

Logo, no paradigma custodial, o vocábulo *descrição* significa, segundo o *Dicionário de terminologia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)*, “a elaboração de instrumentos de pesquisa que facilitem o controle e a consulta dos fundos e coleções” (WALNE, 1984, p.23). Ou seja, a ênfase da descrição arquivística era o instrumento de busca.

Já na perspectiva do paradigma pós-custodial, a atividade de descrição começa a ser pensada como necessitando de desenvolvimento de padrões normativos internacionais enquanto requisitos necessários para descrever, recuperar e acessar as entidades arquivísticas de forma homogênea. Nessa chave de entendimento dos objetivos mais amplos que uma política de descrição pode almejar encontra-se o papel institucional do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Nas últimas décadas do século XX ocorrem reformulações na maneira de pensar e realizar a descrição de documentos arquivísticos. As definições da descrição arquivística

põem mais ênfase na atividade (a representação dos fundos de arquivos) do que no resultado final (os instrumentos de descrição, busca, consulta, investigação) (PADRÓN, 2016, p.26).

A ideia de descrição arquivística como processo<sup>16</sup> surgiu no momento do trabalho de normalização da descrição arquivística efetuado pelo CIA (FONSECA, 2011, p.126):

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G), 2001, p. 14-15)<sup>17</sup>.

O objetivo da descrição é a acessibilidade, ou seja, a assistência ao usuário para localização do documento, além do papel de preservação dos instrumentos de pesquisa ao reduzirem o manuseio dos documentos originais (EASTWOOD & MACNEIL, 2016, p. 136).

Analisando ainda os produtos descritivos, para os estudiosos a descrição deveria seguir o princípio da proveniência, isto é, tal princípio exige que os documentos sejam descritos com referência a seus contextos e origens (EASTWOOD & MACNEIL, 2016, p. 137).

Na descrição arquivística, a norma padrão é a descrição retrospectiva, ou seja, as descrições são criadas de forma retrospectiva depois que os documentos são transferidos para os arquivos. Apesar das críticas, a descrição retrospectiva manteve-se como a norma na maioria dos países (EASTWOOD & MACNEIL, 2016, p. 142, 144).

Partindo do princípio de que os instrumentos de pesquisa são resultado do trabalho de descrição arquivística, existem várias maneiras de descrever arquivos, em vários níveis de profundidade descritiva, do fundo ao item documental. Os instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística. Nesse sentido temos o guia, o inventário, o catálogo, o catálogo seletivo (ou repertório), o índice. É possível, por exemplo, encontrar guias que chegam a descrever fundos de arquivo até níveis de série, como também guias mais gerais, que descrevem fundos num acervo, com informações apenas sobre volume, datas-limite, dados gerais do produtor etc.

---

<sup>16</sup> A conceituação mais centrada na ideia de descrição como processo dá relevância a descrição como representação e construção. Como representação, não substitui nem contém integralmente o documento representado. Como construção, tem um autor que analisa, organiza e registra a partir de seu ponto de vista. Desta forma, a ideia de que a descrição explica o documento, o contexto de sua produção e o sistema de arquivos que o produziu é algo novo (FONSECA, 2011, p. 126).

<sup>17</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Publicações técnicas, n. 49).

Segundo o Comitê de Normas de Descrição do CIA, quanto aos diferentes níveis de descrição incluídos, os instrumentos de pesquisa podem ser divididos em três classes principais: classe A, B e C. A classe A detém instrumentos de pesquisa que incluem descrições somente no nível de fundo e/ou seção. A classe B possui instrumentos de pesquisa que incluem descrições de material arquivístico em todos os níveis, inclusive o dossiê/processo e a classe C dispõe instrumentos de pesquisa que incluem descrições de itens documentais.<sup>18</sup>

O guia de fontes elaborado neste trabalho enquadra-se na Classe B que se caracteriza por instrumentos de pesquisa que incluem descrições de material arquivístico em todos os níveis, sendo que a unidade básica de descrição desses instrumentos é a série. Este instrumento de pesquisa fornece todos os elementos necessários para recuperar o material arquivístico do fundo e séries descritas (CND/CIA)<sup>19</sup>.

## 2.2 Instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos

Os vários tipos de instrumentos de pesquisa, como vimos, resultam do trabalho de descrição arquivística e detêm a finalidade de propiciar o acesso aos documentos, consulta e divulgação do acervo. Tais instrumentos são assim definidos:

Obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo (BELLOTTO & CAMARGO, 1996, p. 45).

Na forma de guias, inventários, catálogos e índices, são destinados não só ao corpo técnico do arquivo (para controle do acervo) mas também a todos os consulentes. Via de regra, os instrumentos de pesquisa aspiram a uma grande difusão, motivo pelo qual são publicados em meios impressos ou eletrônicos, sempre que a instituição responsável dispõe de capitais (LOPEZ, 2002, p.10-11).

Porém, como afirma Tessitore:

apesar de possuímos uma produção de instrumentos significativa, esses instrumentos são marcados por um forte empirismo; muitos são precários, outros sem unidade metodológica, a maioria sem referenciais teóricos claros e opções

---

<sup>18</sup> Material disponibilizado pelo Dr. Vitor Manuel Marquês Fonseca.

<sup>19</sup> Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos.

metodológicas explícitas. Ao longo de sua produção, no Brasil e no exterior, a imprecisão terminológica e de estrutura acompanhou os instrumentos de pesquisa (TESSITORE, 2012, p. 19).

Apesar da diversidade dos instrumentos de pesquisa, há elementos gerais comuns entre eles, como os seguintes (TESSITORE, 2012, p. 21-22):

UNIVERSO: delimitação do objeto sobre o qual é elaborado o instrumento (entidade custodiadora do acervo, fundo (s) / coleção (ões), tema (s) e período);

UNIDADE DE DESCRIÇÃO: “documento ou conjunto de documentos que se tornam por base, independentemente de sua classificação, para elaboração de instrumentos de pesquisa” (BELLOTTO & CAMARGO, 1996, p. 76);

DEFINIÇÃO: natureza do instrumento (tipo de instrumento);

ESTRUTURA: organização interna do instrumento e conexão entre as partes. Devem ser elementos constantes dessa estrutura:

- Introdução teórico-metodológica: texto introdutório ao instrumento, onde são explicitados os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos adotados na sua elaboração.
- Contextualização: histórico da entidade custodiadora do acervo, dos titulares (es) do (s) fundo (s) / coleção (ões) e/ou do tema objeto do instrumento, conforme a natureza do instrumento a ser elaborado.
- Ordenação: distribuição das unidades de descrição dentro do instrumento.
- Instrumentos auxiliares: instrumentos que complementam ou permitem acesso ao original, como índices.
- Bibliografia: arquivística e sobre a entidade custodiadora do acervo, o (s) titular (es) do (s) fundo (s) / coleção (ões) e/ou o tema objeto do instrumento, utilizada na sua elaboração.

PADRÃO DESCRITIVO: elementos formais e de conteúdo das unidades de descrição presentes nos verbetes.

- Notação: códigos de localização dos documentos descritos no depósito do acervo.

Guias são, via de regra, instrumentos de caráter mais geral e, portanto, mais sujeitos à atualização, à medida em que os fundos de arquivo vão sendo organizados e ganham seus próprios instrumentos de descrição mais verticalizados. Sendo assim, guias devem ser de fato revistos periodicamente. Já um guia de fontes, como é o nosso caso, nem sempre perde a sua atualidade rapidamente, como ocorre regularmente, pois busca reproduzir fontes dispersas em

acervos distintos, com recorte temático, e acaba refletindo estados de desenvolvimento de tratamento técnico muito diferentes, conforme cada instituição representada. Em alguns casos, mesmo não sendo o mais adequado, poderá oferecer a descrição completa de um fundo já organizado em determinada instituição, ao passo que também poderá conter descrição geral de um fundo de interesse ao tema, porém sem tratamento no momento do recorte.

No que diz respeito às novas formas de descrição em bases de dados informatizadas, as instituições arquivísticas, já há algum tempo, começaram a se utilizar das tecnologias da informação, como forma de auxílio nas atividades arquivísticas. Desta forma, ampliou-se assim o universo de usuários ao acervo da entidade custodiadora, mesmo de forma remota. Este “usuário virtual” possui, a partir da informatização dos instrumentos de pesquisa, determinadas vantagens como por exemplo “definir interesses, solicitar informações detalhadas e mesmo serviços à distância ou chegar à entidade mais esclarecido na pesquisa, otimizando o seu tempo disponível para a consulta” (TESSITORE, 2012, p. 42).

Logo, a disponibilização dos acervos documentais na Internet e a utilização de novos instrumentos de pesquisa têm por objetivo atingir um número maior de usuários, ampliando o atendimento, melhorando a qualidade das pesquisas e aumentando a visibilidade e, conseqüentemente, a importância do acervo.

Somado a isso, o aperfeiçoamento da digitalização de documentos, a capacidade das vias de transmissão de suportar arquivos cada vez maiores ou melhor comprimidos tem aumentado a condução da consulta – do conhecimento da entidade à reprodução dos documentos – utilizando-se os recursos digitais.

Contudo, com o desenvolvimento de sistemas digitais de descrição multinível,<sup>20</sup> de normalização internacional e nacional, o instrumento de pesquisa vem sofrendo uma importante transformação.

A oportunidade de acesso a distintos níveis de descrição, que vão do fundo ao item documental, que se complementam e permitem variadas formas de recuperação, tanto horizontais – no mesmo nível – quanto verticais – no mesmo fundo – está possibilitando ao usuário uma autonomia na construção do produto da descrição arquivística (TESSITORE, 2012, p. 43).

---

<sup>20</sup> A NOBRADE tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD (G): descrição do geral para o particular, informação relevante para o nível de descrição, relação entre descrições e não repetição da informação (CONARQ, 2006, p.10-11).

### **2.3 A importância da normalização: uma norma brasileira de descrição arquivística, a NOBRADE.**

A normalização da descrição de instituições arquivísticas e de arquivos contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral (LOPEZ, 2002, p. 16). A normalização facilita o processo de descrição, e ainda permite que os instrumentos de pesquisa possam ser compreendidos universalmente.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a criar uma norma nacional de descrição para arquivos<sup>21</sup>. A divulgação e aceitação da ISAD (G)<sup>22</sup> e ISAAR (CPF)<sup>23</sup> dentro da comunidade arquivística brasileira foi um dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento dos primeiros trabalhos para formar um padrão nacional. Em 2001, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) decidiu criar a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), a fim de desenvolver uma descrição padrão que regulasse o processo descritivo nos arquivos e nas entidades de custódia de documentos no país (PADRÓN, 2016, p.118).

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi publicada oficialmente em 2006. Ela é compatível com a Norma Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD (G), realizada pelo Conselho Internacional de Arquivo (CIA) e tem como objetivo facilitar o acesso e a troca de informação entre instituições arquivísticas e a todos os pesquisadores, a nível nacional e internacional.

Segundo a 1ª edição da *NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (ISAD-G)* a descrição vai mais além do controle e acesso aos fundos arquivísticos, prestando atenção no documento e seu contexto de produção para compreender sua origem e procedência (PADRÓN, 2016, p.29).

A NOBRADE possui três princípios teóricos basilares: o princípio do respeito aos fundos é a base do arranjo e da descrição (origem e procedência); a descrição arquivística baseia-se nos princípios da descrição multinível e a descrição se aplica a todos os materiais de arquivo com independência de forma e suporte (PADRÓN, 2016, p. 121).

---

<sup>21</sup> O Brasil foi o primeiro a criar uma norma nacional, porém a Colômbia, ainda na 1ª edição da ISAD, a assumiu como norma nacional.

<sup>22</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Publicações técnicas, 49).

<sup>23</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004 (Publicações técnicas, 50).

A NOBRADE possui seis níveis principais de descrição, que representam a “posição da unidade de descrição em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo (CONARQ, 2006, p.11). Cada nível de descrição corresponde ao nível de arranjo estruturado para a organização dos documentos. Dessa forma, o nível “0” corresponde ao acervo da entidade custodiadora. O nível “1” (fundo ou coleção<sup>24</sup>) descreve o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. O nível “2” (seção) é a subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que representa a primeira fração lógica do fundo ou coleção, reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade (s) administrativa (s) com competências específicas, também chamadas grupo ou subfundo (CONARQ, 2006, p.11). No nível “3” (série), descreve-se a “subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (CONARQ, 2006, p.11). Já no nível “4” (dossiê ou processo) representa um conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto). E por último, o nível “5” (itens documentais) são os documentos que integram o dossiê ou processo. Também são admitidos níveis intermediários, como o nível “3,5” (subsérie), considerada a subdivisão da série, podendo ser o desdobramento de uma função/atividade que gera o documento.

Logo, a NOBRADE possui seis níveis principais de descrição - entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5) - e oito áreas que se utilizam de 28 elementos de descrição.

A área de identificação (1) é onde são registradas as informações que identificam a unidade descrita. Conta com cinco campos: código de referência, título, data, nível de descrição e dimensão e suporte.

A área de contextualização (2) é responsável pelo registro de informação sobre a proveniência e custódia da unidade descrita. Possui quatro campos, a saber: nome do produtor, a história administrativa ou biografia da unidade de descrição, história arquivística e a procedência.

A área de conteúdo e estrutura (3) é onde se deve registrar a organização e o assunto da unidade de descrição. Esta área possui quatro campos: âmbito e conteúdo, avaliação, eliminação e temporalidade, incorporações e o sistema de arranjo.

A área de condições de acesso e uso (4) contém informações sobre como o acesso a esta unidade de descrição é feito. Possui cinco campos: condições de acesso, condições de

---

<sup>24</sup> Para efeito de utilização da NOBRADE, fundo e coleção, conforme definidos no Glossário, equivalem-se (CONARQ, 2006, p. 11).

reprodução, o idioma da unidade de descrição, as características físicas e os requisitos técnicos para o acesso e os instrumentos de pesquisa à disposição.

A área de fontes relacionadas (5) contém informações sobre outras fontes relativas à unidade de descrição. Possui quatro campos para preenchimento: existência e localização dos originais, existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas e notas sobre a publicação.

A área de notas (6) deve conter informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição ou qualquer outra informação que não tenha lugar definido nas outras áreas de descrição. Esta área possui dois campos de preenchimento: notas sobre conservação (elemento de descrição que não existe na ISAD (G)) e as notas gerais.

A área de controle de descrição (7) contém informações sobre a descrição elaborada. Como essa descrição foi feita, quando foi feita e por quem foi feita. Possui três campos para preenchimento: nota do arquivista, regras ou convenções e data da descrição.

A área de pontos de acesso e descrição de assuntos (8). Esta área é exclusiva da NOBRADE e não faz parte da ISAD (G). Detém apenas um campo de descrição: ponto de acesso e indexação por assuntos.

O objetivo da NOBRADE é a contextualização da descrição arquivística no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam facilitar o acesso e o intercâmbio de informações no cenário nacional.

Do estudo da NOBRADE se constata que os arquivistas brasileiros têm formado um padrão baseado na ISAD (G)<sup>25</sup>. Porém, a NOBRADE apresenta algumas inovações relacionadas com os conteúdos dos elementos, os níveis de descrição, os elementos obrigatórios e a estrutura.

A NOBRADE contém 28 elementos para a descrição da entidade documento, dos quais sete<sup>26</sup> são obrigatórios. Seis elementos correspondem aos recomendados pelo ISAD (G) para a troca de informações (PADRÓN, 2016, p. 120). O elemento “restrições de acesso” é uma proposta nova, pois é considerado obrigatório. A novidade sobre as “condições de acesso” é sua obrigatoriedade. Existem outras novidades extremamente importantes como: a normalização dos níveis, a maneira de se dimensionar o acervo de acordo com o gênero documental, pontos de acesso e notas sobre conservação.

---

<sup>25</sup> A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional (CONARQ, 2006, p. 9).

<sup>26</sup> Código de referência; título; data (s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome (s) do (s) produtor (es) e condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1) (CONARQ, 2006, p. 19).

A NOBRADE é uma norma de estrutura de dados e conteúdo. A partir de sua estrutura podem ser descritos apenas documentos de arquivo e coleções<sup>27</sup>. Esta norma inclui regras gerais e específicas, comentários, procedimentos e exemplos ilustrativos. A norma brasileira não regula a forma de apresentação de dados na tela ou nos instrumentos impressos. Portanto, não é considerado um padrão de apresentação e formalização. (PADRÓN, 2016, p. 120)

Sobre as normas descritivas, é importante salientar que, apesar da onda de normalização da descrição arquivística a partir do final do século XX, é notório a ausência de um consenso global, porém como já analisado, houve tentativas de padronizações. Nesta dissertação, sobre a padronização da descrição arquivística dos fundos e das entidades custodiadoras de acervo, estamos utilizando as normas de descrição arquivística: NOBRADE e ISDIAH<sup>28</sup>, respectivamente.

Sobre a importância e a pertinência do esforço pela normatização da descrição de documentos e arquivos, Tessitore faz a seguinte consideração.

“A descrição normalizada é possível e desejável. Possível, pois, se a Arquivologia é ciência, a construção dos instrumentos de pesquisa não pode ser uma questão subjetiva. Visto que, não podemos confundir a especificidade de cada arquivo, nascida da sua relação orgânica com a entidade produtora, que gera a necessidade de conhecimento específico sobre essa entidade, com os parâmetros teóricos e metodológicos aplicáveis a todo e qualquer arquivo. Desejável, pois é imprescindível para a informatização dos instrumentos descritivos. É fundamental para ampliar o potencial dos instrumentos na recuperação da informação, passa seguramente pela padronização dos dados componentes desses instrumentos” (TESSITORE, 2012, p.52).

Além disso, Tessitore chama a atenção para outra vantagem da padronização de descrições quando afirma que a normalização vem colaborar para um maior intercâmbio entre as entidades arquivísticas, para uma utilização mais ágil e proveitosa dos instrumentos de pesquisa por parte dos usuários, através de uma mesma estrutura de informações (TESSITORE, 2012, p 52).

Porém, se deve “evitar qualquer rigidez de normalização” (BELLOTTO, 1984, p. 86). As normas internacionais e nacionais também não aconselham essa rigidez. Nem todas as áreas e/ou todos os seus elementos precisam ser usados para a elaboração de todos os instrumentos de pesquisa, nem nessa ordem e necessitam ser adequados às especificidades nacionais, regionais, locais e até mesmo institucionais.

---

<sup>27</sup> A possibilidade da ISAD (G) ser usada tanto na descrição de fundos quanto de coleções ocorreu expressamente na segunda edição da norma (CONARQ, 2006, p. 11).

<sup>28</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

Destaca-se a importância da normalização para utilizar a informatização na descrição. Para a autora, só a descrição assim normalizada atingirá a desejada normalização universal e terá todas as condições para ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme (BELLOTTO, 2006, p. 183).

Entre os instrumentos de pesquisa existentes em acervos arquivísticos, o guia foi o instrumento de pesquisa ao qual mais rapidamente se aplicou a ISAD (G) e agora a NOBRADE, pelo menos no Brasil. Tratando-se de um instrumento de pesquisa global, em que todas as informações gerais sobre o fundo são dadas, o guia tem sido o que mais se adequou à normalização proposta, já contando com vários exemplos no Brasil.

Podemos considerar como campos de um guia normalizado (TESSITORE, 2012, p. 57-59):

- **CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** código destinado a identificar o fundo ou a coleção internacionalmente, composto pelo país + entidade custodiadora + unidade de descrição. No que se refere aos códigos do Brasil e da entidade custodiadora hoje já constituem um só, o CODEARQ (código de entidades custodiadoras de documentos arquivísticos), que deve ser obtido através do CONARQ.
- **TÍTULO:** nome do titular do fundo ou da coleção (pessoa ou entidade).
- **NATUREZA DO CONJUNTO:** campo acrescentado, quando da existência de fundos e coleções no acervo, pelo significado diferenciando para o usuário de uns e outros.
- **DATAS-LIMITE DE PRODUÇÃO:** registra o ano do documento mais antigo e o ano do documento mais recente do fundo.
- **DIMENSÕES E SUPORTE:** indica o volume documental do fundo ou da coleção. Essa mensuração deve ser unida ao gênero/suporte.
- **NOME DO PRODUTOR:** indica o nome do produtor do fundo ou coleção, neste nível, geralmente coincidente com o título. O produtor deveria ser nomeado segundo a ISAAR (CPF), mas não temos ainda um registro normalizado de autoria arquivística e essa norma tem ficado em segundo plano, o que também parece ocorrer em nível internacional, pois Michael Cook a chama de “a norma esquecida” (COOK, 2007, p. 129)
- **HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/BIOGRAFIA:** este campo informa o histórico do titular do fundo ou da coleção.
- **HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA:** informa o histórico da custódia do fundo ou da coleção, ou seja, quem gerou, acumulou ou reuniu os documentos.

- **PROCEDÊNCIA:** indica o modo de aquisição do documento, nomes completos das pessoas ou instituições de quem se adquiriu o fundo ou a coleção e data (s) de entrada dos documentos na entidade.
- **ÂMBITO E CONTEÚDO:** neste campo é feita uma descrição sumária do conjunto documental, indicando as características do mesmo e especificando os tipos documentais que os constituem.
- **AVALIAÇÃO, ELIMINAÇÃO E TEMPORALIDADE:** só utilizado por arquivos, nos quais tem lugar essas funções.
- **INCORPORAÇÕES:** idem anterior.
- **SISTEMA DE ARRANJO:** indica o nível de processamento técnico a que o conjunto foi submetido após sua entrada na entidade. Se o fundo ou a coleção já estiverem organizados, aqui deve ser descrita sua estrutura.
- **CONDIÇÕES DE ACESSO:** informa qualquer fator ligado à conservação, tratamento técnico ou doação do conjunto, que impeçam o acesso a alguns ou a todos os documentos do conjunto.
- **CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:** indica qualquer limitação e especificidade em relação à reprodução do fundo ou da coleção.
- **IDIOMA:** idioma ou idiomas em que foram produzidos os documentos, inclusive português, pois a normalização visa o intercâmbio internacional.
- **CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS:** que afetem o uso do fundo ou da coleção.
- **INSTRUMENTOS DE PESQUISA:** informa os instrumentos de pesquisa em que o conjunto foi descrito integral ou parcialmente.
- **FONTES RELACIONADAS:** subdivididas em existência e localização de originais; existência e localização de cópias; unidades de descrição relacionadas; nota sobre publicações relacionadas ao conjunto.
- **NOTAS:** notas sobre conservação, que não afetam o acesso/ notas gerais.
- **CONTROLE DA DESCRIÇÃO:** nota do arquivista (informa sobre a elaboração da descrição); regras ou convenções utilizadas- externas ou internas à entidade em que a descrição foi baseada; data (s) da (s) descrição (ões) - datas em que a descrição foi feita ou revisada.

- INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS: área e elemento acrescentados por serem vias ágeis para o acesso à descrição dos conjuntos, evitando um grande número de resultados de busca indesejáveis.

## 2.4 Guia de acervos, guia de fontes e as fontes da história da saúde

Os conceitos que regem a caracterização de um guia são vários e possuem uma essência comum, seu caráter generalista. Encontramos também definições que, não deixando de marcar a característica essencial do guia, observam que ele pode servir a recortes temáticos, aproximando da forma como buscamos empregar esse instrumento de pesquisa no presente trabalho. Segundo Herrera, o guia é um instrumento de pesquisa que realiza:

valorações globais (...), não descendo a particularidades (...). Pode fazer-se um guia de um arquivo com um fundo único(...), ou de um arquivo com vários fundos (...). Também pode redigir-se um guia do conjunto de arquivos de uma nação ou de uma região, ou de arquivos similares (...) (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 321).

No Dictionary of Archival Terminology (1988), o guia possui dois significados essenciais: “uma visão geral de todo ou parte do acervo de um ou vários arquivos” e um “instrumento de pesquisa que descreve o acervo de um ou mais arquivos, relativos a determinados temas, períodos, áreas geográficas ou a um tipo específico de documentos” (DICTIONARY of Archival Terminology, 1988, p. 78).

Nosso guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções no Rio de Janeiro segue as características conceituais de um guia descritas acima. O guia ora proposto é um instrumento de pesquisa que descreve o acervo de mais de um arquivo (no caso em questão, seis instituições arquivísticas), com uma temática peculiar (saúde pública), período determinado (Primeira República), área geográfica certa (a cidade do Rio de Janeiro).

O guia de acervo é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. No guia de acervo deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como por exemplo os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc.

O guia de acervo também deve conter uma pequena introdução que apresente o histórico da instituição e explique o processo pelo qual seu acervo foi formado. Através do guia, o pesquisador poderá programar sua visita, sabendo exatamente quais são as condições de consulta, quais conjuntos documentais são pertinentes para seus interesses de pesquisa e quais são as condições de acesso. Ele será o primeiro instrumento solicitado por qualquer consulente familiarizado com os procedimentos técnicos do arquivo (LOPEZ, 2002, p. 23).

Atualmente, tal estrutura interna dos guias deverá estar baseada nas normas de descrição arquivística: NOBRADE e a ISDIAH.<sup>29</sup>

Já o guia de fontes é definido, de modo geral, como um instrumento de pesquisa que torna a informação acessível a todos os interessados sobre um determinado tema, de maneira ordenada e clara. O pesquisador, quando recorre a um guia de fontes procura agilidade e clareza para chegar ao seu objetivo final que é encontrar a documentação ou a informação sobre ela.

Silva faz um bom contraponto entre os dois tipos de guias esclarecendo suas funções primordiais:

(...) um *guia de fontes temático* possui algumas diferenças com relação a *guias de acervos*, destacando-se o próprio tema, que delimita o universo a ser levantado e circunscreve o objeto da descrição de conteúdo, além de divulgar os arquivos pertinentes à temática, que permite ampliar as possibilidades de pesquisa, através da publicação desse instrumento. Um guia de acervos tem como objetivo cadastrar acervos de documentação permanente, a fim de que instituições arquivísticas possam implantar formas de cooperação técnica e políticas de tratamento, gestão, conservação e acesso. Se a publicação de um guia de fontes cumpre o seu principal objetivo, no tocante à divulgação de acervos, a publicação de um guia de acervos levanta imediatamente questões sobre as possibilidades de alteração no quadro de abandono, dispersão e perda irrecuperável de documentos (SILVA, 1997, p.11-12).

Observamos que um guia de fontes pode ter como função preencher uma lacuna de um instrumento que agregue informações sobre um tema num recorte temporal e geográfico importante, como é o caso das fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República.

Apresentamos brevemente, como exemplos ilustrativos dessas diferenças citadas, dois exemplos de guias: o primeiro, de um guia de acervos públicos de uma região administrativa intitulado Guia do Patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Interior e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) (1997); o segundo, um guia de fontes produzido no país sobre a escravidão, por

---

<sup>29</sup> Nesta dissertação, sobre a padronização da descrição arquivística dos fundos e das entidades custodiadoras, estamos utilizando as publicações técnicas: NOBRADE e ISDIAH, respectivamente.

ocasião da comemoração dos 100 anos da libertação dos escravos, intitulado Guia de fontes para a história da África e da escravidão negra, coordenado pelo Arquivo Nacional (1988).

### **Guia de fontes para a história da África e da escravidão negra**

O Guia de fontes para a história da África e da escravidão negra (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXIX) possibilitou a elaboração e a implementação eficaz de um modelo de censo de arquivos para o Brasil. Este modelo de guia demonstrou que é possível descrever acervos organizados, parcialmente organizados ou mesmo sem nenhum tratamento técnico em único instrumento adequando-se à situação dos arquivos brasileiros.

A elaboração desse guia foi um marco na história arquivística brasileira. O levantamento do patrimônio documental arquivístico ocorreu em 507 municípios, com 1267 informantes, depositários de acervo, entre pessoas físicas e jurídicas, correspondendo a 1814 fundos/coleções. Tratando sobre o tema África e escravidão negra – do período colonial aos nossos dias, contou com predomínio de acervos paroquiais e cartoriais (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXV).

A concepção metodológica adotada para a coleta de dados considerou os seguintes aspectos: predominância de acervos desorganizados, seu grau de dispersão, condições inadequadas de conservação e guarda e variedade de métodos e técnicas de tratamento.

Segundo a introdução do guia de fontes da África:

Nos dados cadastrais dos informantes, isto é, daqueles que custodiam acervos documentais de natureza arquivística, estão indicados: 1- natureza; 2- subordinação administrativa; 3- endereço; 4- responsável; 5- atendimento ao público e 6- fornecimento de cópias”. Ainda no tocante ao guia “nos dados referentes aos acervos, elegeram-se os seguintes quesitos: 1- nome do fundo/coleção; 2- natureza jurídica; 3- histórico; 4- datas-limite; 5- dimensões; 6- estágio de tratamento; 7- organização; 8- tema; 9- conteúdo; 10- instrumentos de pesquisa; 11- edição em microfilmes e 12- restrições de acesso (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXVI-XXVIII).

Segundo as considerações finais do guia de fontes da África, o objetivo deste “era sistematizar os acervos sobre a temática e romper um círculo de fontes e instituições constantemente utilizadas em pesquisas (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXIX). Um dos problemas identificados na coleta de dados foi a ausência de instrumentos de pesquisa que oferecessem uma visão geral do acervo que custodiavam.

## **Guia do Patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro**

O Guia do Patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e publicado em 1997 possuiu como finalidade principal:

(...) localizar, identificar e descrever os arquivos, a fim de divulgar fontes ainda pouco conhecidas dos pesquisadores, além de sensibilizar os poderes públicos e instituições privadas para que comecem a tratar dos arquivos, transformando-os em informação para pesquisadores, cidadãos e a própria administração, seja pública ou privada (SILVA, 1997, p.12).

Este guia do APERJ foi o primeiro trabalho da instituição arquivística fluminense para tornar acessíveis acervos de documentação permanente, custodiados por cartórios, fóruns, igrejas, dioceses, prefeituras, câmaras, arquivos municipais, bibliotecas, museus, casas de cultura, indústrias, sindicatos, escolas e pessoas físicas.

O universo levantado constituiu-se de 37 municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e o recenseamento do Arquivo Público na capital e os critérios para a escolha dos municípios foi o de sua antiguidade, relevância histórica e disponibilidade dos detentores dos acervos em atender a equipe de trabalho. Sobre os 197 informantes, destacam-se dois grupos: os do Poder Executivo municipal e os do Poder Judiciário estadual, correspondendo a 48 e 60 informantes respectivamente. Esses dois grupos atingem quase 55% do guia, demonstrando a importância dos documentos públicos do Judiciário e do Executivo.

Alguns itens do guia permitem uma avaliação quantitativa sobre a situação dos arquivos fluminenses, como: mensuração/quantificação, estágio e formas de organização, assuntos, instrumentos de pesquisa e estado de conservação.

Sobre os instrumentos de pesquisa, verificou-se a precariedade de instrumentos clássicos de pesquisa (guias e inventários). Segundo o guia:

foram indicadas todas as formas que o arquivo dispõe para realizar a busca e fornecer algum tipo de informação tais como: guias de remessa, listagens, relações, livros de tomo, livros-índice, entre outros. Esses instrumentos são parciais e tornam-se parte integrante do acervo, já que sua função de instrumentos se desatualiza, não recuperando a localização dos documentos (SILVA, 1997, p.14).

Com relação à localização física,

(...) não há instrumentos do tipo topográfico; as listagens e relações de processos, quando indicam a sua localização, remetem a um grupo de processos para maços e/ou caixas. A busca de um documento específico implica frequentemente em várias pesquisas, tornando o serviço lento e difícil. Foram detectados 128 informantes que possuem instrumentos e 69 que não apresentam instrumentos, correspondendo a 65% e 35% respectivamente. Os instrumentos clássicos que indicam tratamento técnico, estão presentes em 6 instituições, isto é, cerca de 3% do universo recenseado; dentre essas, 4 são instituições arquivísticas (SILVA, 1997, p.14).

Ao final do guia, concluiu-se que os acervos fluminenses, apesar de constituídos de documentos importantes para a história do Rio de Janeiro, com dados de inegável valor informativo e probatório, não têm condições de acesso em muitos casos. Além disso, para Margareth da Silva,

documentos podem ser descartados sem avaliação, transferidos de um lugar para outro, armazenados nos piores locais, pois sua importância como fonte de informação não é sentida, a não ser por alguns funcionários e dirigentes que enfrentando toda a sorte de dificuldades mantêm e conservam os arquivos (SILVA, 1997, p.18).

### **Guias de fontes temáticas sobre saúde pública**

Foram também consultados e analisados alguns guias de fontes sobre a temática da saúde pública e consideramos que o guia proposto pode vir a somar a essas iniciativas já existentes, contribuindo para a facilitação de informações aos pesquisadores e estudantes interessados na temática e nos recortes. São eles: Guia de fontes para a história do ensino no médico no Rio de Janeiro (1995), Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil fundadas entre 1500 e 1900 (2002), Guia de fontes e catálogos de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro (2004).

## **Guia de Fontes para a História do Ensino Médico no Rio de Janeiro (1995)**

Segundo a pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Maria Rachel Froés da Fonseca:

Este guia é um desdobramento do projeto sobre Institucionalização da Medicina no Brasil, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz. Ao longo do desenvolvimento deste projeto, foram constatadas inúmeras dificuldades quanto ao acesso às fontes arquivísticas e bibliográficas relevantes para a realização de estudos nos mais diversos recortes temáticos da história das ciências biomédicas no Brasil, indicando, então, a necessidade da elaboração de um instrumento de pesquisa que suprisse estas deficiências (FONSECA, 1995, p.126).

Era notório naquele momento histórico, final do século XX, a ausência de instrumentos de pesquisa específicos e a estagnação de estudos sobre a história da medicina no país. Desta forma,

definiu-se a necessidade da composição de um instrumento de pesquisa adequado que fornecesse as informações específicas e constitutivas dos diversos acervos potencialmente relevantes e muitas vezes inéditos. Neste propósito buscou-se constituir um *Guia de fontes para a história das ciências biomédicas no Brasil* (FONSECA, 1995, p. 127).

O guia em análise concentrou seus esforços dentro de um âmbito geográfico e cronológico mais restrito, isto é, sobre a história do ensino médico no Rio de Janeiro, desde sua institucionalização (1808) até a criação do Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz (1907), momento de um novo modelo de produção e reprodução da medicina (FONSECA, 1995, p. 127).

As fontes analisadas neste projeto foram: arquivos, bibliotecas, documentos de caráter político administrativo e institucional, documentos de caráter didático-pedagógico, periódicos especializados em ciências biomédicas, documentos de caráter “científico”, documentos de caráter acadêmico e cultural, referências teóricas básicas e bibliografia geral de referência (FONSECA, 1995, p. 128-130).

## **Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 e 1900 (2002)**

O guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil elaborado por Yara Aun Khoury, do Centro de Documentação em Informação Científica "Prof. Casemiro dos Reis Filho" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, demonstra que "raros foram os arquivos das Misericórdias que apresentaram instrumentos de pesquisa". Na maioria dos casos, prevaleceu o acesso direto à documentação. Na descrição do acervo, adotou-se o termo conjunto documental, de significado amplo, para expressar todas as formas de agrupamentos de documentos existentes nos arquivos das Santas Casas, a fim de que o pesquisador tenha um retrato do acervo (KHOURY, 2004, p. 43-44).

Na produção desse guia de fontes analisou-se tanto as informações sobre a instituição Santa Casa de Misericórdia, apresentando dados cadastrais e históricos a seu respeito, quanto sobre cada uma de suas unidades detentoras de arquivos. As equipes foram inicialmente treinadas para aplicação de dois questionários: o primeiro, aplicado a cada Santa Casa, com o objetivo de registrar informações cadastrais e históricas a respeito da instituição e identificar as unidades detentoras de arquivos não correntes; e o segundo, aplicado a cada unidade detentora de arquivos não correntes, com o objetivo de registrar informações sobre o acervo arquivístico (KHOURY, 2004, p. 36).

A constatação de que a documentação permanente – tanto das irmandades quanto de suas dependências - encontra-se armazenada nos órgãos centrais, e a impossibilidade de atingir os arquivos de cada dependência restringiu o levantamento aos arquivos não correntes centrais. (KHOURY, 2004, p. 38).

Os mais de 200 arquivos descritos por este guia nas respectivas dependências – hospitais, faculdades, asilos, educandários e cemitérios –, permitem usos diversificados, seja na localização das unidades hospitalares e assistenciais ou de documentos probatórios, como prontuários médicos e certidões de óbito, seja em pesquisas diversas, desde as dimensões da organização da vida e da administração das cidades, até parte substancial da história e da memória da Medicina, da Farmácia e do ensino médico, passando pela assistência social e pela saúde de pobres, menores, idosos, órfãos e indigentes, por serviços sanitários, educacionais e, até mesmo, funerários, no Brasil (KHOURY, 2004, p. 26).

Complementam o corpo principal do guia dois instrumentos auxiliares: uma relação das Santas Casas de Misericórdia (1500 - 1900) por ano de fundação, com o objetivo de possibilitar uma visão cronológica de sua criação; e outra, por cidade, a fim de permitir a

localização da instituição desejada diretamente por esse campo (o meio mais comum de busca), sem necessidade de conhecimento da região e do estado.

### **Guia de Fontes e Catálogos de Acervos e Instituições para Pesquisas em Saúde Mental e Assistência Psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro (2004)**

A principal finalidade do Guia de fontes sobre saúde mental e assistência psiquiátrica do Rio de Janeiro foi oferecer aos pesquisadores um instrumento de pesquisa que facilitasse o acesso aos acervos históricos na área de saúde mental e assistência psiquiátrica nas principais instituições que guardam material relevante sobre esta temática e que se encontram no município do Rio de Janeiro.

O guia de fontes foi publicado em três partes. Na primeira parte, está relacionado o levantamento realizado na Academia Nacional de Medicina (incluindo o Museu Inaldo Lyra Neves-Manta), no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (incluindo o Museu Bispo do Rosário), no Instituto Municipal Nise da Silveira (incluindo o Museu de Imagens do Inconsciente), no Instituto de Neurologia Deolindo Couto, no Instituto Philippe Pinel, e no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (incluindo no Museu de Memória da Psiquiatria).

Na segunda parte, foram apresentados o levantamento realizado nas Bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz, da Biblioteca de Manguinhos, da Biblioteca Lincoln de Freitas Filho da Escola Nacional de Saúde Pública e da Biblioteca do Instituto Fernandes Figueira. Na última parte, temos o levantamento das referências bibliográficas dos artigos que fazem parte dos periódicos não-correntes da Biblioteca de Manguinhos (Fundação Oswaldo Cruz, 2004, p.7-8).

Segundo o guia, o mesmo deve apontar ao pesquisador que o busca, quais os documentos, fontes que ratificam a informação, estão agrupados naquela publicação e qual o seu suporte e, ainda, como é possível ao leitor chegar de forma mais rápida ao seu encontro. Ao manusear o guia espera-se que o leitor compreenda a história da psiquiatria no Brasil, tendo um eficiente meio de levá-lo à realização concreta de sua pesquisa, sempre ratificando que uma publicação desta natureza reflete o universo encontrado no momento em que a informação foi agregada à publicação (Fundação Oswaldo Cruz, 2004, p.8).

Vemos que esse último guia se aproxima da nossa experiência nesse trabalho, embora nosso escopo documental se restrinja a documentos de arquivo ou coleções documentais e não a material bibliográfico.

A seguir desenvolveremos uma descrição das etapas de trabalho percorridas na busca por construir um guia de fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República em instituições de arquivo na cidade do Rio de Janeiro, visando registrar e compartilhar o caminho percorrido e as formas de construção de nosso objeto de estudo.

### **CAP. 3- CONSTRUINDO UM GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA**

O objetivo do terceiro capítulo é descrever o processo de construção do guia de fontes apontando aspectos que caracterizam, em cada instituição visitada, a forma de acesso aos arquivos bem como os formatos dos distintos instrumentos de pesquisa. De forma geral apontamos o fato de existirem diferentes formas de uso de instrumentos de pesquisa nas instituições, como por exemplo, guias muito gerais, guias mais descritivos e que chegam a níveis de classificação onde se encontra a documentação, inventários cujas descrições são muito genéricas, inventários que descrevem séries documentais, além da existência de simples índices e listagens. Se esse aspecto diz respeito ao grau de organização dos fundos em cada instituição, também nos colocou um desafio de como “adaptar” essas transposições necessárias ao guia de fontes que pretendíamos organizar, no modelo NOBRADE.

O capítulo também apresenta breve descrição da documentação examinada. Como já dito, a coleta de dados de fontes documentais sobre o tema da saúde pública na primeira república ficou circunscrita a seis entidades custodiadoras: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento nessas instituições para o mapeamento de fundos e/ou coleções de interesse e, em paralelo decidimos por usar dois formulários de descrição (de entidades custodiadoras/ISDIAH e de fundos/NOBRADE<sup>30</sup>). Em seguida foi realizado o levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções e, na sequência, a transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais nos formulários.

Nos casos em que os fundos estavam descritos até níveis mais específicos – como série – respeitamos essa descrição, provendo ao usuário do guia acesso às descrições no nível onde se localizam os documentos de interesse. Como produto da dissertação, apresentamos o guia ao final do trabalho.

---

<sup>30</sup> Formulários elaborados pela Casa de Oswaldo Cruz.

### **3.1 Observações gerais sobre acesso às informações sobre as instituições de guarda bem como sobre seus acervos**

No que diz respeito ao acesso às informações sobre a própria entidade custodiadora o levantamento foi mais fácil nas instituições COC, AN, ABL e APERJ. Nosso primeiro investimento foi no sentido de recolher e inserir no formulário com base na norma ISDIAH as informações das instituições. No AGCRJ e no CPDOC esse tipo de informação, embora exista do site, se encontra dispersa, sem uma sistematização no modelo proposto, o que foi nosso esforço para o trabalho.

Com relação ao acesso às informações sobre os diferentes fundos e coleções de interesse ao nosso recorte temático observamos diferenças. No AN encontramos arquivos institucionais pertinentes à temática da saúde pública, principalmente sobre a DGSP na Série Saúde do fundo MJNI já descritos em base de dados, o que facilitou. Da mesma forma, na COC encontramos, além do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz, arquivos pessoais de sanitaristas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas também descritos em base de dados arquivística seguindo o modelo da NOBRADE. Nesses casos a transposição ocorreu de forma mais tranquila. Na ABL, em que pese a facilidade em obter informações sobre fundos e coleções, a descrição não segue esses modelos. No AGCRJ a coleta de informações seguiu caminho mais complexo pela forma mais dispersa e desigual de seus instrumentos de pesquisa (códices, guias virtuais, listagens). No APERJ houve acesso pelos instrumentos de pesquisa existentes, antigos e sob outros formatos, embora o fundo não esteja acessível há tempos. No CPDOC a pesquisa foi virtual, o acesso ocorreu pela base de dados da instituição. Tanto ABL, CPDOC quanto AGCRJ e APERJ foram instituições que, de diversos níveis, nos colocaram desafios ao acesso, coleta de dados e transposição dos mesmos no nosso formulário.

No que diz respeito à representação de guarda de arquivos institucionais ou pessoais relevantes para nosso recorte temático, observamos que no AN, no AGCRJ e APERJ foram encontrados apenas arquivos institucionais<sup>31</sup>. Já na ABL encontramos apenas documentos de caráter pessoal formando coleções sobre os acadêmicos. No CPDOC encontramos também arquivos pessoais de homens públicos atuantes no cenário político nacional. Na COC, em que pese à relevância de arquivos pessoais para a temática, o próprio arquivo institucional do IOC é também fonte importante.

---

<sup>31</sup> No AN destaca-se o fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No APERJ destacamos o fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro. Já no AGCRJ destacamos os fundos ou Câmara Municipal, Conselho de Intendência e Prefeitura do Distrito Federal.

Em relação aos instrumentos de pesquisa disponíveis e suas características gerais, observamos que no AGCRJ existe um desnível descritivo entre o guia virtual do acervo, já baseado na NOBRADE e um outro instrumento mais antigo que é o Índice de Documentação Textual em quatro volumes. Este índice possui uma lista onomástica e cronológica e nela encontramos antigas notações de códices<sup>32</sup>. Esse aspecto se configurou um grande desafio para que pudéssemos não só entender esses desníveis, como perceber as lacunas tendo em vista a transposição para nosso formulário. Foi necessário que fossem estabelecidos contatos diretos com o corpo técnico para sanar dúvidas e obter orientação.

No APERJ, em que pese a existência de descrição a nível de fundo pelas normas NOBRADE do fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro não há descrição arquivística das suas respectivas séries. Nesse caso, no anexo do guia realizamos uma tabela contendo anotações sobre as séries recolhidas de um instrumento físico disponível na sala de consulta da instituição – um inventário contendo resumos.

Na ABL ainda não há descrição arquivística dos fundos pertinentes à saúde pública na Primeira República baseada na NOBRADE, apenas descrição arquivística da entidade custodiadora. Foi necessário nosso esforço para que as coleções de interesse pudessem ser descritas no nosso formulário.

No AN, além de transcrever as informações já acessíveis na base SIAN formos mais fundo e transcrevemos também informações que constavam em outros instrumentos como fichas. Ali inclusive fizemos consulta aos próprios documentos. O mesmo ocorreu na COC.

No que foi possível, tentamos a transcrição no modelo NOBRADE. Para respeitar e trazer informações de níveis muito específicos (dossiê e item) e não onerar nosso trabalho em termos de volume de folhas optamos por apresentar essas informações no anexo do guia.

Como forma de sistematizarmos as informações coletadas durante o nosso levantamento documental, descrevemos, por instituição, a forma de acesso às fontes e um breve comentário sobre elas, a partir de nosso recorte.

---

<sup>32</sup> Códice: Conjunto encadernado de manuscritos avulsos (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 51). No caso específico do AGCRJ tais códices eram conjuntos encadernados de manuscritos temáticos, ou seja, possuíam uma seleção por assunto.

## 3.2 Arquivo Nacional

### 3.2.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa no AN, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), visto que, o SIAN é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional.

As buscas podem ser feitas por meio de pesquisas nas descrições arquivísticas, ou seja, nos instrumentos de pesquisa ou base de dados; podem ser feitas também uma pesquisa nos documentos, muitos já digitalizados e disponíveis via internet; e podem ser realizadas no contato físico, isto é, no manuseio dos próprios documentos.

Segundo o sítio da própria instituição, por meio do SIAN são disponibilizados mais de um milhão de documentos. O sistema facilita a busca em documentos datilografados ou impressos, cujos conteúdos podem ser varridos em busca por termos específicos, além dos manuscritos, fotografias, vídeos e áudios.

Segundo o sítio oficial da instituição<sup>33</sup>, para pesquisar no acervo do Arquivo Nacional, basta acessar o SIAN<sup>34</sup> e escolher uma das opções de pesquisa. Dois módulos do SIAN acham-se disponíveis ao público: Fundos e Coleções; e Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)<sup>35</sup>.

Criado inicialmente como um projeto, em 1981, o atual programa permanente de pesquisa MAPA tem como principal objetivo atender à necessidade das áreas técnicas do AN no processo de identificação e organização dos conjuntos documentais sob guarda da instituição. Suas atribuições envolvem a reunião e a sistematização de informações relativas a história da administração pública desde o período colonial.

O módulo do SIAN - Fundos e Coleções - oferece a possibilidade de explorar a potencialidade do acervo custodiado pela instituição em até cinco níveis de detalhamento (níveis de descrição). Tratam-se de papéis, mapas, plantas, filmes, vídeos, discos, fitas, documentos nato-digitais, fotografias, cartazes, desenhos e objetos apresentados, aplicando-se a metodologia da descrição multinível. Esta descrição leva em consideração a estrutura de organização de um acervo, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações

---

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://sian.an.gov.br>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

verticais e horizontais entre eles (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 67).

No SIAN há algumas modalidades de pesquisa em Fundos e Coleções, tais como: 1) pesquisa livre; 2) pesquisa avançada; 3) pesquisa multinível; 4) pesquisa digital; 5) instrumentos de pesquisa e 6) notação anterior. Além disso, existem duas modalidades de pesquisa no MAPA, tais como: 1) pesquisa livre e 2) pesquisa avançada.

O módulo do SIAN - MAPA é fruto de atividade contínua de pesquisa e monitoramento da administração pública federal. Oferece a sistematização de atos legais que criaram, extinguiram, transformaram, organizaram e reorganizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração colonial, da administração central e da administração pública federal, do século XVI ao XX.

### **3.2.2 Breve explicação sobre a documentação**

No AN, os arquivos institucionais examinados foram: Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Série Saúde - Gabinete do Ministro - IS 1; Série Saúde - Administração- IS 2; Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IOC) - IS 4 e Série Justiça- Administração- IJ2.

O AN possui um volume documental expressivo, na Série Saúde principalmente sobre a DGSP, além de documentação proporcionalmente menor sobre o DNSP. As pesquisas concentraram-se nas instituições de saúde pública, protagonistas na elaboração de políticas públicas no país, como a DGSP e o DNSP.

A massa documental existente no AN, referente ao período que vai de 1900 a 1920, trata de relatórios de trabalhos efetuados pelas delegacias de Saúde e Inspetoria dos Serviços de Profilaxia, durante todas as semanas e meses do ano. Além de serviços executados pela Inspetoria de Isolamento e Desinfecção, de Profilaxia da Febre Amarela (Policia de Focos), ofícios do diretor-geral de Saúde Pública à Diretoria de Contabilidade do MJNI sobre pagamentos de aluguéis dos prédios ocupados pelas delegacias urbanas e suburbanas, vencimentos dos funcionários da instituição, notas de suprimentos comprados e outros trabalhos efetuados por diversas repartições da DGSP.

Além disso, também foram tratadas diversas temáticas como: epidemias, remoção de doentes, nomeações, atestados de vacina, morte de pacientes, relação de enfermos, epidemia de impaludismo, reparos na matriz e aumento do cemitério, fiscalização de asilo, balancete, relação de bens patrimoniais, mapa do movimento hospitalar, instruções aos delegados de

higiene para a execução das medidas sanitárias, desinfecções domiciliárias, quarentenas e processos de desinfecção, saneamento das cidades e dos portos e polícia sanitária suburbana (óbitos, requerimentos e informações, visitas domiciliárias, medidas requisitadas, vacinação, revacinação, assistência pública, correição sanitária)<sup>36</sup>.

### **3.3 APERJ**

#### **3.3.1 Forma de acesso atual aos arquivos**

A pesquisa no APERJ, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados, também conhecida como Base APERJ<sup>37</sup>.

O APERJ possui um acervo de cerca de quatro mil metros lineares de documentos de relevância para os estudos sobre a história do estado do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XVIII, constituindo um importante patrimônio histórico do país, que inclui o arquivo da Presidência da Província do Rio de Janeiro, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)<sup>38</sup> e a documentação das Polícias Políticas no Estado do Rio de Janeiro, nominada no Programa Memória do Mundo da Unesco.

A instituição reúne grande acervo de documentos textuais, além de mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfilmes. Dispõe também de uma biblioteca especializada nas áreas de legislação, história e arquivologia.

Segundo pesquisas realizadas, a base de dados APERJ contém informações sobre os documentos que integram o acervo arquivístico da instituição. Constituída a partir do modelo NOBRADE, permite a pesquisa em fundos e coleções sob custódia do APERJ, articulando diferentes níveis de descrição.

O sistema utilizado na base APERJ é o AtoM (versão 2.2.1), um aplicativo de descrição arquivística para a web desenvolvido em conformidade com os padrões de normalização do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

No primeiro nível, a base atua como guia de fundos e permite um mapeamento panorâmico do acervo, fornecendo informações gerais sobre os fundos e coleções tais como: título, nome(s) e história(s) de seu(s) produtor(es), datas-limites, dimensões, gêneros documentais, conteúdo dos documentos, sistemas de organização e condições de acesso. Quando exploramos a hierarquia dos níveis de descrição é possível examinar com maior

---

<sup>36</sup> Massa documental existente no AN no Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Série Saúde).

<sup>37</sup> APERJ. Base APERJ. Disponível em: <[www.aperj.rj.gov.br](http://www.aperj.rj.gov.br)>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>38</sup> INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

detalhamento a documentação correspondente a cada um dos produtores. O sistema permite ainda a pesquisa livre ou, ainda, a pesquisa avançada. A base de dados APERJ está em constante alimentação e revisão.

No Fundo PE- Presidência do Estado do Rio de Janeiro (Coleção Sala Matoso Maia) está localizada a documentação referente à história fluminense no período republicano (1889-1961). Este fundo possui o seguinte arranjo arquivístico contendo nove séries: PE 1- Secretaria do Governo do Estado; PE 2- Correspondências recebidas pela Secretaria do Governo do Estado; PE 3- Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas; PE 4- Diretoria de Obras Públicas e Estatísticas; PE 5- Diretoria de Polícia e Assistência Pública; PE 6- Diretoria da Fazenda; PE 7- Diretoria de Negócios do Interior, Justiça e Instrução; PE 8- Diretoria de Finanças do Estado e AL- Assembleia Legislativa. Cada série, como o nome indica, aborda uma área da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República até a década de 50 do século XX.

### **3.3.2 Breve explicação sobre a documentação**

O APERJ contém uma documentação expressiva, principalmente no Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro, tanto do ponto de vista cronológico quanto do ponto de vista temático. Os documentos possuem como data-limite 1889-1961, com relevância para pesquisa de 1890-1927, ou seja, o período da Primeira República, totalizando dezoito metros de dimensão textual.

Diversas instituições de saúde e assistência da Primeira República estão retratadas neste fundo, como por exemplo: Casas de Caridade, Hospital, Irmandades e Asilos, Diretoria de Polícia e Assistência Pública/ Inspetoria de Higiene e Saúde, Inspetoria Geral de Higiene, Inspetoria Geral de Assistência dos Portos, Inspetoria Geral de Assistência Médico Legal de Alienados, Hospício Nacional de Alienados, Instituto Vacínico Municipal, Delegacia de Higiene.

O conteúdo do fundo mencionado é composto por documentos provenientes de diversos órgãos estaduais tratando dos seguintes assuntos: agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; engenhos centrais; polícia; saúde; entre outros. Contém mapas e plantas referentes a municípios, estradas de ferro, limites do estado, planos rodoviários, entre outros.

As tipologias documentais constantes das séries são ofícios, atestados, comunicados, relatórios, mapas, informes, processos, folhas de pagamento, requerimentos, projetos, entre outros.

### **3.4 AGCRJ**

#### **3.4.1 Forma de acesso atual aos arquivos**

A pesquisa no AGCRJ, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados. Esta base é o Arquivo Virtual - Guia de Fundos<sup>39</sup> que contém o Índice de Documentação Textual do acervo arquivístico da instituição. Este índice é composto de quatro volumes, contendo o acervo atual sob a guarda definitiva do AGCRJ.

O Índice de Documentação Textual da Subgerência de Documentação Escrita foi disponibilizado on-line<sup>40</sup> para facilitar o acesso do pesquisador ao acervo. Os documentos descritos neste índice referem-se ao acervo hoje sob a guarda definitiva do AGCRJ, mas que tiveram suas origens em administrações públicas diversas, tendo como destaques os fundos: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Conselho de Intendência Municipal e Prefeitura do Distrito Federal. Seu recorte temporal abrange o período compreendido entre o século XVI e o século XX.

Segundo o sítio eletrônico da instituição<sup>41</sup>, a organização do acervo foi pensada de forma temática e, por conta disso, os documentos foram encadernados de acordo com os assuntos, dando origem aos códices, que é a forma como a maior parte da documentação está organizada. Foram realizadas, recentemente, algumas alterações neste índice, que foi cotejado com a documentação existente nos depósitos, no sentido de complementar ou corrigir os dados e ainda acrescentar novos documentos incorporados ao acervo.

Segundo as pesquisas realizadas no próprio sítio oficial da instituição, o AGCRJ vem aumentando o acesso online tanto aos instrumentos de pesquisa, como aos documentos custodiados por meio do seu Guia de Fundos. Este instrumento permite o mapeamento da documentação – em todos os suportes – existente em seus depósitos, organizando-a de acordo com sua procedência, pública e/ou privada.

---

<sup>39</sup> AGCRJ. Arquivo Virtual- Guia de Fundos. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>40</sup> AGCRJ. Índice de Documentação Textual. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos-indice.html>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>41</sup> AGCRJ. Subgerência de Documentação Escrita. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/subgerencia-de-documentacao-escrita>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

### 3.4.2 Breve explicação sobre a documentação

Após sucessivas pesquisas na entidade municipal custodiadora de acervo, e considerando o acionamento de diferentes instrumentos de pesquisa, os conjuntos documentais investigados foram: Série Saúde Pública do fundo Prefeitura do Distrito Federal; Série Saúde Pública do fundo Conselho de Intendência; Dossiê Higiene e Saúde Pública do fundo Câmara Municipal e Dossiê Saúde Pública da Série Posturas Municipais<sup>42</sup>.

O AGCRJ contém uma documentação considerável sobre saúde pública e higiene pública na Primeira República, principalmente nos fundos Câmara Municipal, Conselho de Intendência e Prefeitura do Distrito Federal.

Segundo o sistema de arranjo do Fundo Câmara Municipal os documentos do gênero textual se encontram organizados provisoriamente em dezesseis séries temáticas: Aforamentos, Tombamento Municipal, Escravidão, Família Real e Imperial, Funcionalismo da Municipalidade, Higiene Pública, Iluminação Pública, Instrução Pública, Infração de Posturas, Instrução Pública, Jardins Públicos, Legislativo Municipal, Legislativo Constitucional, Legislação Municipal, Licença para obras, Limpeza Pública.

Lamentavelmente, o sistema de arranjo dos fundos Conselho de Intendência e Prefeitura do Distrito Federal não estão descritos nas áreas do formulário NOBRADE usados pelo Guia de Fundos do AGCRJ.

Além disso, existem 71 conjuntos documentais relevantes para a temática da saúde pública na Primeira República nos quatro volumes de Índice de Documentação Textual. Segundo a Subgerência de Documentação Escrita do AGCRJ está sendo elaborada a tabela de equivalência das notações antigas de códigos sobre “saúde pública” no Índice para os identificadores modernos baseados na NOBRADE, principalmente para a alimentação de dados no Arquivo Virtual - Guia de Fundos do AGCRJ. Porém, até a conclusão desta dissertação, a elaboração da tabela de equivalência ainda não está terminada.

---

<sup>42</sup> Ao acessar a base do AGCRJ conhecida como Arquivo Virtual - Guia de Fundos após uma pesquisa avançada, baseada na descrição multinível, tendo a expressão “saúde pública” como palavra-chave (ponto de acesso) encontramos um total de 36 registros sobre a temática. Após realização de uma pesquisa por amostragem sobre a temática inserida no recorte temporal (primeira república) detectamos quatro conjuntos documentais relevantes- 2 séries e 2 dossiês.

### 3.5 COC

#### 3.5.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa na COC, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na base Arch. A base Arch é uma versão do sistema ICA-AtoM<sup>43</sup> (Versão 2.3.1), um software de descrição e acesso aos documentos arquivísticos digitais em conformidade com os padrões de normatização do *Conselho Internacional de Arquivos (CIA)* e customizado pela COC de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. Funcionando em ambiente web, é uma aplicação de código aberto destinada à descrição normalizada em arquivos permanentes, permitindo um acesso multilíngue numa organização com múltiplos repositórios integrados. Possui alguns recursos adicionais, relatórios administrativos, tema específico da base Arch e tradução para o português.

A base Arch é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), representativo da história das ciências biomédicas e da saúde no Brasil. A pesquisa na base apresenta diversos níveis de descrição nos fundos e coleções sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da COC. Estão reunidos documentos institucionais e pessoais, dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, micrográfico e eletrônico, que abrangem o período de 1756 até os dias atuais.

#### 3.5.2 Breve explicação sobre a documentação

Na COC por meio do DAD, os arquivos pessoais examinados foram: Arquivo Oswaldo Cruz; Arquivo Belisário Penna, Arquivo Carlos Chagas, Arquivo Arthur Neiva e Arquivo Clementino Fraga. Já o arquivo institucional consultado foi o do Instituto Oswaldo Cruz. No acervo COC encontramos um volume documental expressivo, pois a pesquisa concentrou-se nos acervos dos sanitaristas descritos acima, atuantes politicamente no período republicano nas instituições públicas protagonistas em políticas públicas, como a DGSP e o DNSP.

O Arquivo Instituto Oswaldo Cruz contém uma documentação significativa, tanto do ponto de vista cronológico quanto do ponto de vista temático. Possui documentos oriundos da

---

<sup>43</sup>Disponível em: <<https://www.ica-atom.org/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

Direção do IOC, do Departamento de Ensino e Cursos, dos Serviços Técnico-Auxiliar e de Administração, do Hospital Evandro Chagas. Além da documentação proveniente dos departamentos especializados como os de Medicina Tropical, Zoologia Médica, Bioquímica e Biologia Molecular, Patologia, Entomologia, Helminologia, Ultraestrutura e Biologia Celular e Microbiologia e Imunologia.

A Seção Direção reúne documentos que refletem as várias atividades desenvolvidas ao longo do período, tais como: remessas de vacinas, laudos de análises de preparados, visitas de pesquisadores estrangeiros ao IOC, realização de cursos. A Seção Serviço de Administração reúne documentos representativos da origem do Instituto Oswaldo Cruz, fornecendo informações sobre sua criação e as primeiras atividades, bem como o desenvolvimento ao longo de sua trajetória, com destaque das fotografias produzidas no início das atividades da instituição com forte concentração nos trinta primeiros anos do século XX.

Existe uma grande riqueza documental no arquivo IOC, com representação de documentos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos.

O Arquivo Oswaldo Cruz contém uma documentação abundante, tanto do ponto de vista cronológico quanto do ponto de vista temático. Dos cargos que exerceu a atuação como diretor do IOC e como diretor da DGSP produziu vasto acúmulo documental. Essa documentação trata de atividades administrativo-burocráticas da DGSP, campanhas sanitárias organizadas pelo titular; além de projetos, leis e atribuições referentes aos serviços sanitários a cargo da União. Existe uma série de pequenas dimensões no final de sua existência sobre sua passagem na Prefeitura de Petrópolis.

A Série Correspondência também se reveste de interesse pelo protagonismo exercido pelo titular. Hoje representa e informa sobre suas relações de sociabilidade e também profissionais e científicas. Grande parte da documentação de Oswaldo Cruz reflete sua atuação como sanitarista, protagonista nas atividades político-administrativa da saúde pública na Primeira República, principalmente como diretor da DGSP no início do século XX. Todo o fundo, portanto, é fonte importante para a temática da saúde pública no período.

Destacamos também o Arquivo Carlos Chagas. Figura de renome na área científica e que exerceu postos de natureza política e executiva nos primórdios da organização de políticas de saúde pública no Brasil, sua atuação como diretor do IOC e como diretor do DNSP produziu relevante acúmulo documental. O fundo traz ainda documentos do período em que esteve nos cargos de médico dos hospitais da DGSP, pesquisador assistente do IOC, chefe de Serviço do IOC, diretor do IOC, diretor da DGSP, diretor-geral do DNSP, professor

catedrático de medicina tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações.

Grande parte da documentação de Carlos Chagas reflete sua atuação como sanitarista, protagonista nas atividades de gestão da saúde pública e da ciência na Primeira República, principalmente como diretor da DNSP, o que o torna fonte privilegiada para o estudo da temática da saúde pública no período de recorte de nosso trabalho.

O terceiro fundo de interesse pertence a Belisário Penna. Seu arquivo apresenta documentação relativa à sua atuação como diretor do Saneamento e Profilaxia Rural do DNSP e como diretor do DNSP. A documentação produzida trata de relatórios, cartas e projetos referentes as atividades do titular como diretor dos órgãos já mencionados anteriormente.

O maior volume documental do arquivo de Belisário Penna reflete sua atuação como sanitarista, grande propagador das ideias do saneamento dos sertões no Brasil e protagonista nas atividades político-administrativa da saúde pública na Primeira República, principalmente durante a Primeira República.

Destacamos também o Arquivo Clementino Fraga. Dos cargos que exerceu, a atuação como diretor do DNSP produziu um conjunto documental interessante para a pesquisa sobre saúde pública neste período. A Série DNSP contém documentos do período final da Primeira República até o governo Vargas na gestão Clementino Fraga no DNSP (1927-1930), cuja documentação produzida reúne documentos referentes às diversas medidas administrativas ao longo do mandato do titular à frente da principal instituição de saúde pública da época, incluindo a campanha contra a febre amarela na capital federal entre 1928-1929.

A Série Correspondência demonstra as comunicações de Clementino Fraga com sanitaristas nacionais e internacionais sobre os serviços de saúde pública e as campanhas sanitárias contra a epidemia de febre amarela empreendida pelo titular da pasta no DNSP.

Por último, temos o Arquivo Arthur Neiva. Seu arquivo na COC apresenta três séries: Docência e Pesquisa; Formação e Administração da Carreira; e Vida Pessoal. A documentação produzida reúne cartas, cartões-postais, telegramas, discursos, fotografias, diários de campo, artigos científicos e recortes de jornais, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular nas áreas de entomologia e parasitologia.

O arquivo de Arthur Neiva reflete sua atuação como sanitarista e protagonista nas atividades político-administrativa da saúde pública na Primeira República. Apresentando seus documentos pessoais, homenagens póstumas, relações familiares e de sociabilidade, além da participação de homenagens e congratulações, pesquisas e artigos científicos.

### 3.6 ABL

#### 3.6.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa na ABL, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados<sup>44</sup>. Esta base de dados permite que o pesquisador acesse o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2003) cuja primeira edição é de 2003. Para consultar o conteúdo do arquivo de um acadêmico, deve-se selecionar a opção “ARQUIVO”, seguido do nome do acadêmico. A busca pelo campo palavra-chave será realizada em todos os registros da Base de Dados.

O Arquivo da ABL é composto por duas linhas de acervo: o Arquivo dos Acadêmicos, com a documentação de caráter pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios correspondentes e o Arquivo Institucional, com a documentação administrativa e funcional, produzida, recebida e acumulada em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da instituição.

#### 3.6.2 Breve explicação sobre a documentação

A ABL detém um volume documental relevante no que diz respeito aos acadêmicos que ali passaram. Nosso interesse então tem a ver com alguns personagens que também tiveram atuação de destaque na área de saúde na Primeira República. Os conjuntos documentais de caráter pessoal<sup>45</sup> examinados foram os de Oswaldo Cruz e Clementino Fraga. O instrumento de pesquisa utilizado foi o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2003)<sup>46</sup>. Este guia é o primeiro instrumento arquivístico produzido pelo projeto de revitalização do Arquivo da ABL, iniciado em 1997, ano do centenário da ABL. Não há descrição arquivística dos fundos baseada na NOBRADE.

O que se chama de arquivo Oswaldo Cruz na verdade é uma documentação diminuta, porém com grande variedade cronológica e temática. Os documentos possuem como data-limite 1911-1927, com predominância de 1909-1917, ou seja, do final da gestão de Oswaldo Cruz na DGSP até o seu falecimento. Considerando que seu arquivo pessoal integral está na

---

<sup>44</sup> ABL. Base de dados. Disponível em: <<http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>45</sup> Interessante notar que a instituição utiliza termos diferentes para esses conjuntos, ora os denominando arquivos, ora coleções.

<sup>46</sup> ABL. Guia Geral. Disponível em: <[http://www.academia.org.br/abl/media/guia\\_geral\\_arquivos\\_academicos.pdf](http://www.academia.org.br/abl/media/guia_geral_arquivos_academicos.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Casa de Oswaldo Cruz, concluímos que essa documentação não é de fato seu arquivo. Mas pode ser fonte para interessados no personagem ou na temática da saúde pública.

A coleção sobre Clementino Fraga, em comparação à coleção sobre Oswaldo Cruz, é mais expressiva. Chamamos a atenção para o fato desse conjunto ser maior, inclusive, ao que existe na COC. Os documentos possuem como data-limite 1926-1971, com relevância para pesquisa de 1927-1930, ou seja, durante sua gestão na direção do DNSP, quando realizou o combate à epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1928 e 1929.

### **3.7 CPDOC**

#### **3.7.1 Forma de acesso atual aos arquivos**

A pesquisa no CPDOC, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados<sup>47</sup>. Esta base de dados permite que o pesquisador acesse informações existentes no acervo documental do CPDOC.

Para consultar o conteúdo do arquivo o usuário poderá fazer suas buscas pelo tipo dos documentos (textual, audiovisual, livros...), por assunto, título, autor e data de produção. Existe uma descrição dos documentos solicitados pelo pesquisador, com a possibilidade de visualização de todas as fotos do acervo – mais de 80.000 unidades - e dos documentos textuais dos arquivos que já foram digitalizados.

O Arquivo do CPDOC é composto de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas, acervo estimado em um milhão e trezentos mil documentos. Na base já se encontram referenciados cerca de um milhão de documentos.

#### **3.7.2 Breve explicação sobre a documentação**

O CPDOC detém um volume documental significativo no que diz respeito ao sanitarista Arthur Neiva, cientista do IOC no início do século XX.

Seu arquivo pessoal<sup>48</sup> apresenta documentação relativa à sua atuação no IOC na área de saúde pública e política governamental para este setor, entre as décadas de 1910 e 1940. A

---

<sup>47</sup> CPDOC. Base de dados Accessus. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

<sup>48</sup> CPDOC. O Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tem por objetivo reunir, organizar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde 1973 até os dias atuais. Pioneiro na definição de uma metodologia para o tratamento de arquivos pessoais, reúne quase duas centenas de arquivos de homens públicos de atuação destacada no cenário nacional, além de alguns poucos arquivos de partidos políticos, que constituem fontes para

grande massa documental do arquivo trata de informações sobre as atividades públicas e privadas de Artur Neiva.

O arquivo Arthur Neiva, na sua documentação textual está organizado em quatro séries: Documentos pessoais, Correspondência, Produção Intelectual e Recortes de Jornais. Sobre a documentação audiovisual, os documentos fornecem informações esparsas sobre a trajetória pública do titular. Referem-se a Artur Neiva no Instituto Oswaldo Cruz e no Instituto Bacteriológico da Argentina, bem como à construção do prédio do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Figuram ainda registros relativos ao período em que o titular esteve à frente do Serviço Sanitário de São Paulo, da Secretaria dos Negócios do Interior de São Paulo e da interventoria baiana, nas décadas de 1910-1940. No tocante aos documentos impressos, o material reflete o interesse e a atuação de Artur Neiva na área científica, incluindo quarenta trabalhos de sua autoria, legislação sanitária, publicações sobre o Instituto do Cacau da Bahia e homenagens prestadas ao titular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos das instituições governamentais e dos diversos atores políticos envolvidos na implementação de políticas de saúde pública na nascente república, atualmente sob custódia em várias instituições de memória, constituem-se em fonte e patrimônio documental de enorme relevância e seu amplo acesso e divulgação é uma das ações necessárias à sua preservação.

A relevância de um guia de fontes documentais de saúde pública na Primeira República por meio de levantamento de arquivos institucionais e pessoais, além de coleções custodiadas na cidade do Rio de Janeiro se justifica visto que os arquivos hoje existentes representam documentalmente as atuações institucionais e pessoais em saúde pública na Primeira República. A sistematização de informações sobre documentos e arquivos relevantes para o estudo da temática em um instrumento como um guia de fontes documentais se constitui em oportunidade para os pesquisadores terem acesso à seleção documental que de outra forma estaria pulverizada pelas diversas instituições.

Nesta dissertação demonstramos a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE, apresentamos breves notas sobre a descrição arquivística e os instrumentos de pesquisa. Examinamos também os tipos de guias, investigando modelos de guia de fontes ao longo da história, com a realização de um sumário mapeamento sobre as peculiaridades dos guias de fontes das áreas da saúde ou não.

Buscamos descrever as etapas de construção do guia de fontes por meio de observações gerais sobre os contatos com as instituições de guarda, analisando dois aspectos significativos: a forma de acesso atual aos arquivos e uma breve explicação sobre a documentação dos mesmos.

Identificamos as peculiaridades dos díspares instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas pesquisadas averiguando os desníveis descritivos nos arquivos, os instrumentos de pesquisa existentes, a abrangência da descrição em cada caso, o grau de organização dos fundos relevantes à pesquisa, além do ajustamento realizado para a inclusão dos arquivos desnormalizados ao formulário modelo da NOBRADE e ao guia de fontes propriamente dito.

Portanto, com a compilação dos dados no formato descrito de normalização, foi possível construir o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro*, ora apresentado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Oswaldo Cruz. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010a. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Departamento Nacional de Saúde Pública. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010b. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - Arquivo dos Acadêmicos: Guia Geral / coordenação de Sérgio Conde de Albite Silva - Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 (Série Publicações Técnicas, n. 51).

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual. Rio de Janeiro: O Arquivo; Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1988. 2 v.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Guia do Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB-SP/SEC, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (1. ed., 1991).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Organizador, André Nunes de Azevedo. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.

BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: <<<http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/nadiretoria-geral-de-saude-publica>>>. Acesso em 20 de ago. de 2018.

BONAL ZAZO, J. La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Ediciones Trea, 2000.

BRASIL. Decreto n. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886. Reorganiza o serviço sanitário do Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 57-103, 1886.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores dr. Urbano Santos da Costa Araújo, em julho de 1919. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1911/contents.html>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BRITTO, Nara. Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

CABRAL, Dilma. Inspetoria-Geral de Higiene (1886-1892). In: Dicionário Primeira República. Mapa (Memória da Administração Pública Brasileira). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/535-inspetoria-geral-de-higiene-1886-1892>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul. /dez.2009.

CAMARGO, Angélica Ricci. Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934) [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015b (Publicações Históricas; 112) (Cadernos Mapa; 11 - Memória da Administração Pública Brasileira).

CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Departamento de Arquivo e Documentação. 2.ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio de. Power, ideology and public health in Brazil (1889-1930). Tese (Doutorado) - Harvard University, 1987.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados, n.28, p. 193-210, 1985.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações técnicas, 50). Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da

Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2018.

COOK, Michael. Desenvolvimento da Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: AN, 20 (1-2): 125-132, jan.-dez., 2007.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo); Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DICTIONARY of Archival Terminology: English and French; with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. Edited by Peter Walne. Compiled by Frank B. François-J. Himly and Peter Walne. 2. ed. rev. Munchen: K.G. Saur, 1988 (ICA Handbooks Series, 7).

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*, n. 35, p. 47-54, 1993.

EASTWOOD & MACNEIL. Correntes atuais do pensamento arquivístico/ Terry Eastwood, Heather MacNeil, organizadores; tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ENCICLOPÉDIA Nosso Século - Brasil. Volume 2: 1900 / 1910 (II) - A Era dos Bacharéis - Rio de Janeiro: Editora Abril S.A. Cultural, 1985.

FONSECA, M.R.G.F. Guia de Fontes para a História do Ensino Médico no Rio de Janeiro (1808-1907). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.126-130, 1995.

FONSECA, Vitor Manoel da. Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. v. 5, n. 1 (dez 2011). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009-Semestral. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-05.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRAGA, Clementino. Vida e obra de Oswaldo Cruz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Eduardo Vilela Thielen, Fernando Antonio Pires Alves, Jaime Larry Benchimol, Marli Brito de Albuquerque, Ricardo Augusto dos Santos e Wanda Latmann Weltman. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Clementino Fraga: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Belisário Penna: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Arquivo Oswaldo Cruz: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Carlos Chagas: inventário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Guia de fontes e catálogo de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro. / Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: LAPS, 2004.

GOULART, Adriana da Costa. Um cenário mefistofélico: gripe espanhola no Rio de Janeiro. Niterói, Dissertação (Mestrado em História), UFF, 2003.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística General: teoria y practica. 6. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993 (1. ed., 1991).

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HOCHMAN, Gilberto. 'Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)', In Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v.6, n.11, p.40-61, 1993.

HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

KHOURY, Yara Aun (coord.). Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 e 1900. 2v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/CEDIC: FAPESP, 2004.

KROPF, Simone Petraglia; Lacerda, Aline Lopes de. Carlos Chagas: um cientista do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

KROPF, S.P. & LIMA, N.T. A importância social: A doença de Chagas e o movimento sanitário da década de 1910. Disponível em: <<http://chagas.fiocruz.br/a-importancia/#>>  
Acesso: 23 jul. 2018.

LIMA, N.T. & BRITTO, N. Saúde e Nação: A proposta do saneamento rural: um estudo da Revista Saúde (1918-1919). Estudos de História e Saúde. Rio de Janeiro, ano 3, maio. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

LIMA, N.T. & HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa/ André Porto Ancona Lopez. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

NEIVA, Artur e PENA, Belisário. Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Brasília, Senado Federal, 1999.

PADRÓN, Dunia Llanes. A descrição arquivística em tempos pós-modernos: conceitos, princípios e normas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. 1. ed., 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1918, 1923.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937) / Niterói, Tese (Doutorado em História), UFF, 2008.

SEIDL, Carlos Pinto. A propósito da pandemia de gripe de 1918. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Féres, 1919.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1. ed. original, 1956).

SILVA, MARGARETH. Arquivos Fluminenses: as dificuldades para o acesso à informação. Arquivo & História. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n.3, outubro de 1997.

TESSITORE, Viviane. Guias de Arquivo: conceitos e elaboração. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

TASCO, A. H. O SURTO DE FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO (1928-1929) (PONTOS CONTROVERSOS). In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Site SBHC, 2012.

WALNE, P. Dictionary of archival terminology. English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. Munich: Saur, 1984.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

### **Arquivos Institucionais/Pessoais/Coleções**

#### **Arquivo Nacional (AN)**

Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (BR RJANRIO 4T)

Série Saúde- Gabinete do Ministro (IS 1) (BR RJANRIO BE)

Série Saúde- Administração (IS 2) (BR RJANRIO BB)

Série Saúde- Higiene e Saúde Pública- Instituto Oswaldo Cruz (IS 4) (BR RJANRIO BF)

Série Justiça- Administração (IJ 2) (BR RJANRIO AF)

#### **Arquivo Público do Estado do Rio De Janeiro (APERJ)**

Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro (BR RJAPERJ PE)

#### **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)**

Fundo Câmara Municipal. (BR RJ AGCRJ. CM)

Fundo Conselho de Intendência. (BR RJ AGCRJ. CI)

Fundo Prefeitura do Distrito Federal. (BR RJ AGCRJ. PDF)

#### **Casa de Oswaldo Cruz (COC)**

Arquivo Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC OC)

Arquivo Carlos Chagas. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC CC)

Arquivo Belisário Penna. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC BP)

Arquivo Clementino Fraga. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC CL)

#### **Academia Brasileira de Letras (ABL)**

Arquivo Oswaldo Cruz (BR ABL AA OC)

Arquivo Clementino Fraga (BR ABL AA CF)

## FONTES ELETRÔNICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Arquivo Múcio Leão. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS. Consulta ao acervo arquivístico da ABL. Disponível em: <<http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html>>. (Base Sophia Acervo). Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Virtual. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Guia de Fundos. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos.html>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Índice de Documentação Textual. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos-indice.html>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Subgerência de Documentação Escrita. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/subgerencia-de-documentacao-escrita>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional). Disponível em: <<http://sian.an.gov.br>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Disponível em: [www.aperj.rj.gov.br](http://www.aperj.rj.gov.br). Acesso em: 05 ago. 2018.

BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ. Biografia. Vida Pessoal e Trajetória Científica. Na Diretoria Geral de Saúde Pública. Disponível em: <<http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Base ARCH. Disponível em: <<http://basearch.coc.fiocruz.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

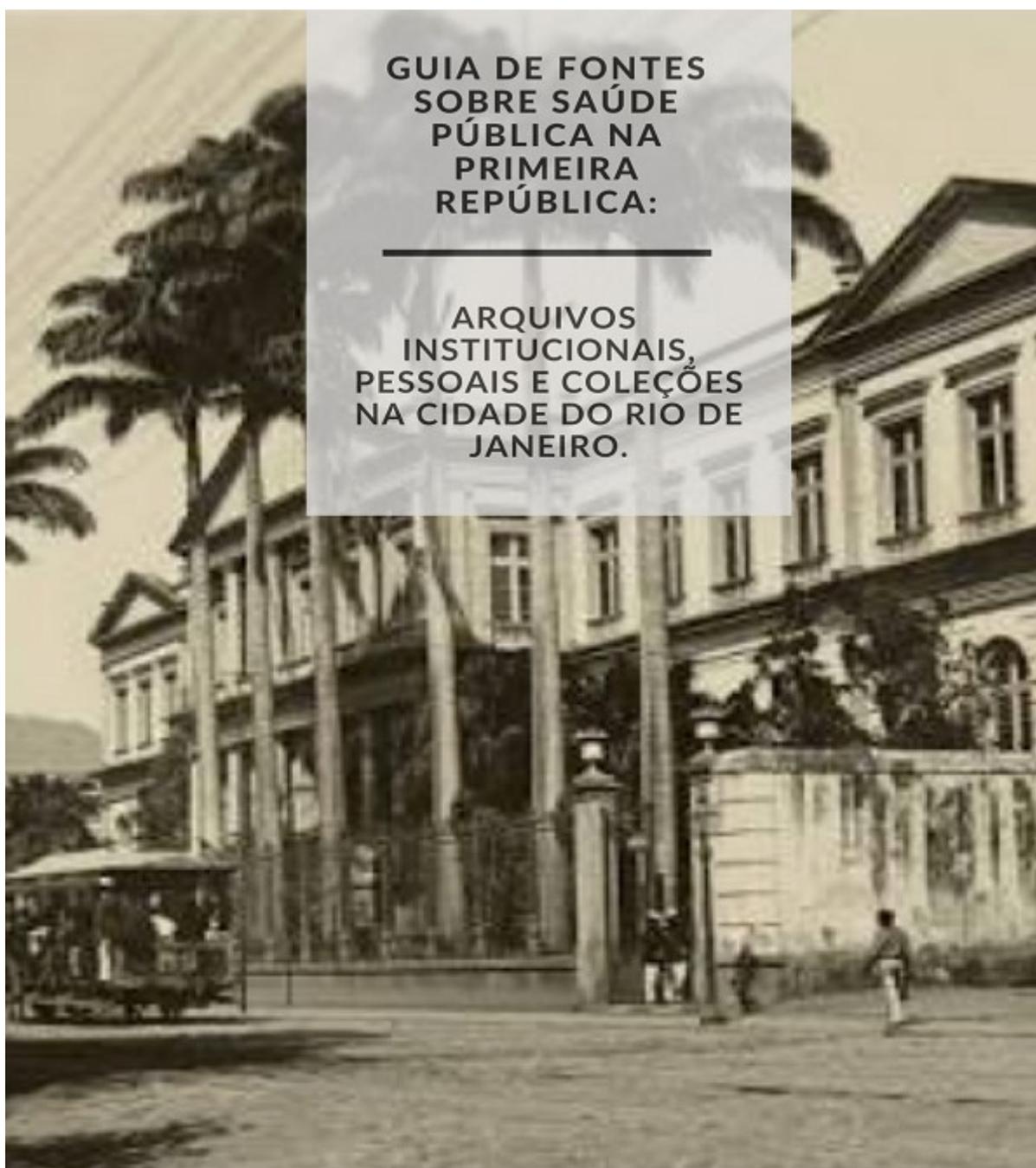
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Sistema ICA-AtoM. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/>>; <<https://www.ica-atom.org/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

## ANEXO: GUIA DE FONTES

## CAPA



**GUIA DE FONTES  
SOBRE SAÚDE  
PÚBLICA NA  
PRIMEIRA  
REPÚBLICA:**

---

**ARQUIVOS  
INSTITUCIONAIS,  
PESSOAIS E COLEÇÕES  
NA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO.**

**ADROALDO LIRA FREIRE**



Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do  
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde  
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz - Brasil  
1ed. 2018



## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	1
2. QUADRO DE ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVO SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (BASEADO NA NORMA ISDIAH) .....	3
2.1 ARQUIVO NACIONAL (AN) .....	3
2.2 CASA DE OSWALDO CRUZ (COC) .....	7
2.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ) .....	10
2.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ).....	14
2.5 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL).....	18
2.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC).....	23
3. GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES (BASEADO NA NOBRADE - NÍVEL FUNDO, SÉRIE/GRUPO) .....	25
3.1 ARQUIVO NACIONAL.....	25
3.1.1 FUNDO: Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	25
3.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro (IS1) .....	28
3.1.1.2 Série Saúde - Administração (IS2).....	30
3.1.1.3 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IS4).....	31
3.1.1.4 Série Justiça- Administração (IJ 2) .....	33
3.2 CASA DE OSWALDO CRUZ .....	35
3.2.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz.....	35
3.2.1.1 Série Correspondência (COR).....	40
3.2.1.2 Série Documentos Complementares (DC) .....	41
3.2.1.3 Série Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP).....	42
3.2.1.4 Série Documentos Pessoais (DP) .....	44
3.2.1.5 Série Instituto Oswaldo Cruz (IOC).....	45
3.2.1.6 Série Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (MIOC) .....	46
3.2.1.7 Série Prefeitura de Petrópolis (PET) .....	47
3.2.1.8 Série Produção Intelectual (PI).....	48
3.2.1.9 Série Recortes de Jornais (RJ).....	50
3.2.2 Arquivo pessoal Carlos Chagas.....	51
3.2.2.1 Grupo Administração Da Carreira (AC) .....	54
3.2.2.2 Grupo Docência (DC) .....	55
3.2.2.3 Grupo Formação Acadêmica (FC) .....	56

3.2.2.4 Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública (GE).....	57
3.2.2.5 Grupo Pesquisa (PQ).....	58
3.2.2.6 Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos (RI).....	60
3.2.2.7 Grupo Vida Pessoal (VP).....	61
3.2.3 Arquivo pessoal Belisário Penna.....	62
3.2.3.1 Série 01 - Documentos Pessoais.....	64
3.2.3.2 Série 02 - Correspondência.....	65
3.2.3.3 Série 03 - Trajetória Profissional.....	66
3.2.3.4 Série 04 - Produção Intelectual.....	67
3.2.3.5 Série 05 - Recortes de Jornais.....	68
3.2.3.6 Série 06 - Fotografias.....	69
3.2.4 Arquivo pessoal Clementino Fraga.....	70
3.2.4.1 Série 01 – Correspondência.....	72
3.2.4.2 Série 02 - Departamento Nacional de Saúde Pública.....	73
3.2.4.3 Série 03 - Produção Intelectual.....	74
3.2.4.4 Série 04 - Recortes de Jornais.....	75
3.2.4.5 Série 05 - Documentação Complementar.....	76
3.2.5 Arquivo pessoal Arthur Neiva.....	77
3.2.5.1 Grupo Docência e Pesquisa (DP).....	79
3.2.5.2 Grupo Formação e Administração da Carreira (FC).....	80
3.2.5.3 Grupo Vida Pessoal (VP).....	81
3.2.6 Arquivo Instituto Oswaldo Cruz.....	82
3.2.6.1 Dossiê Carlos Pinto Seidl.....	87
3.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	88
3.3.1 Fundo: Câmara Municipal.....	88
3.3.1.1 Série: Posturas Municipais.....	98
3.3.2 Fundo: Conselho de Intendência.....	102
3.3.3 Fundo: Prefeitura do Distrito Federal.....	103
3.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	104
3.4.1 FUNDO: Presidência do Estado do Rio de Janeiro.....	104
3.5. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.....	106
3.5.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz.....	106
3.5.2 Arquivo pessoal Clementino Fraga.....	109

3.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.....	112
3.6.1 Arquivo pessoal Arthur Neiva.....	112
4. ANEXO.....	115
4.1 Tabelas Descritoras Arquivísticas.....	115
4.1.1 ANEXO 1: ARQUIVO NACIONAL .....	115
4.1.1.1 Fundo: Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	115
4.1.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro e Generalidades (IS 1).....	115
4.1.1.1.2 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública – DGSP e IOC (IS 4) .....	116
4.1.1.1.3 Série Justiça- Administração (IJ 2) .....	118
4.1.2 ANEXO 2: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS .....	131
4.1.2.1 Fundo: Arquivo Oswaldo Cruz .....	131
4.1.2.2 Fundo: Arquivo Clementino Fraga .....	132
4.1.2.2.1 Série 1 - Correspondência recebida de diversos brasileiros .....	132
4.1.2.2.2 Série 2 - Cartas recebidas de personalidades diversas em várias épocas .....	136
4.1.2.2.3 Série 3 - Cartas de época diversas de brasileiros.....	136
4.1.2.2.4 Série 4 - Cartas a acadêmicos e cartas de acadêmicos .....	136
4.1.2.2.5 Série 5 - Cartas a personalidades diversas relacionadas por C. Fraga.....	139
4.1.2.2.6 Série 6 - Cartas recebidas de personalidades estrangeiras.....	139
4.1.2.2.7 Série 7 - Cartas recebidas (1915-1938).....	140
4.1.2.2.8 Série 8 - Academia de Letras da Bahia .....	141
4.1.2.2.9 Série 9 - Fotos .....	142
4.1.2.2.10 Série 10 - Academia Brasileira Pronunciamento.....	142
4.1.3 ANEXO 3: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	143
4.1.3.1 Série: Saúde Pública.....	143
4.1.4 ANEXO 4: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	146
4.1.4.1 Fundo: Presidência do Estado (PE) do Rio de Janeiro.....	146
4.1.5 ANEXO 5: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL .....	149
4.1.5.1 Fundo: Arquivo Arthur Neiva.....	149
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	150

## 1. APRESENTAÇÃO

Apresentamos o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro*. Seu objetivo é servir de instrumento de pesquisa que localize e descreva fontes documentais sobre saúde pública na primeira república brasileira (1889-1930) integrantes de arquivos institucionais e pessoais, além de coleções custodiadas em instituições de arquivo e documentação da cidade do Rio de Janeiro.

Um guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele pode apresentar diferentes formatos e variados níveis de profundidade em termos de como disponibiliza as informações. De forma geral, um guia tem a função de servir como porta de entrada da instituição de guarda de acervo e permitir um mapeamento panorâmico do mesmo.

As coleções e os arquivos pessoais e institucionais, atualmente sob custódia em várias instituições de memória, constituem-se em fonte e patrimônio documental relevante ao acesso, divulgação e preservação. Consideramos oportuna a elaboração de um guia de fontes documentais sobre a saúde pública, em coleções e em fundos institucionais e pessoais sob custódia de instituições de acervo do Rio de Janeiro, para a preservação e divulgação deste patrimônio pertinente ao desenvolvimento dos estudos históricos sobre essa temática.

Este instrumento se propõe a aglutinar arquivos e coleções dispersos por várias instituições, oferecendo um repertório de fontes previamente levantadas e selecionadas num recorte temático, temporal e geográfico significativo, tendo em vista um público de interesse específico.

A efetiva coleta de dados documentais sobre a saúde pública no período republicano abarcou seis entidades custodiadoras que se encontram no Rio de Janeiro. Estas instituições são: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Foi realizado um mapeamento de fundos pessoais e institucionais e/ou coleções de interesse nas entidades custodiadoras de acervos com o intuito da elaboração do guia de fontes. Seguido do levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções nas instituições de origem e da transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais. Para a construção do guia foi utilizado um modelo de formulário de descrição arquivística baseado na NOBRADE e outro na ISDIAH elaborado pela COC para preenchimento nos níveis de descrição: Fundos/Coleções e Entidades Custodiadoras de Acervo Arquivístico.

O estudo apresentado possui como recorte temporal todo o período da Primeira República, tendo como ênfase inicial a gestão de Oswaldo Cruz na DGSP e como recorte temporal final o ano de 1930, fim da gestão de Clementino Fraga no DNSP e da República Oligárquica.

Estão descritos neste guia de fontes arquivos institucionais, pessoais e coleções sobre saúde pública na Primeira República, dispersos em seis entidades custodiadoras já referidos anteriormente.

Os campos da descrição seguem a NOBRADE, nos níveis fundo, série/grupo, subsérie/subgrupo que estabelece linhas mestras para a descrição de documentos compatíveis com as normas internacionais em vigor.

O guia de fontes tem início com um sumário no qual estão indicados, além de um quadro de entidades custodiadoras de acervo sobre saúde pública na primeira república, baseado na ISDIAH, outro quadro discriminando os arquivos institucionais, pessoais e coleções baseado na NOBRADE.

O guia de fontes possui em anexo tabelas contendo informações sobre documentos e sua localização nos locais de origem. Por serem instrumentos descritivos que não passaram por normalização não puderam ser transpostos para o modelo dos formulários utilizados, mas que optamos por inserir como informação nos campos de notas e apresentá-los em anexo.

As subséries/grupos e os dossiês apenas serão nominalmente citados no anexo do guia devido a numerosa quantidade dos mesmos, tornando-se inviável a descrição arquivística de cada subsérie/grupo ou dossiê baseado na NOBRADE, principalmente na COC.

Este instrumento de pesquisa, o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro* buscou como finalidade imprescindível a preservação e a valorização do patrimônio documental da saúde pública na forma da sistematização de suas informações.

## 2. QUADRO DE ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVO SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (BASEADO NA NORMA ISDIAH<sup>1</sup>)

### 2.1 ARQUIVO NACIONAL (AN)

#### Campos de informação da análise preliminar de entidades custodiadoras<sup>2\*</sup>

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR RJ AN
1.2 Forma autorizada do nome	ARQUIVO NACIONAL (Brasil)
1.3 Outra (s) forma (s) do nome	Arquivo Nacional do Brasil
1.4 Tipo	Nacional
	2 Área de contato
2.1 Tipo	Carolina Chaves de Azevedo (CONTATO PRINCIPAL) Diretor-Geral
2.2 Endereço	Praça da República, 173 – Centro Rio de Janeiro - RJ Brasil CEP: 20211-350
2.3 Telefone	(55) (21) 2179-1275
2.4 E-mail	diretoriageral@arquivonacional.gov.br
2.5 URL	http://www.arquivonacional.gov.br
	3 Área de descrição
3.1 História	Previsto na Constituição de 1824, o Arquivo Público do Império foi estabelecido na Secretaria dos Negócios do Império pelo regulamento n. 2, de 2/1/1838. Tinha por competência a guarda dos diplomas legais dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, dos documentos eclesiásticos, dos relativos à família imperial e às relações exteriores. Em 3/3/1860, o decreto n. 2.541 reorganizou o órgão, que passou a guardar e classificar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia do Brasil. Em 21/11/1890, pelo decreto n. 10, o Arquivo Público do Império teve seu nome alterado para Arquivo Público Nacional, mantendo-se na Secretaria dos Negócios do Interior. Em 3/12/1892, o decreto n. 1.160 o transferiu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 21/11/1958, o decreto n. 44.862 aprovou uma nova competência para o órgão: preservar os documentos de valor administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos da União e entidades de direito privado por ela instituídas e os de valor histórico, provenientes de entidades públicas ou

<sup>1</sup> Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009.

<sup>2</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

	<p>particulares; possibilitar seu uso aos órgãos governamentais e particulares e promover a pesquisa histórica, realizá-la, e divulgar a história pátria, visando à educação cívica do brasileiro.</p> <p>Em 15/10/1975, a portaria n. 600-B do Ministério da Justiça determinou que o órgão tinha por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental do país com o objetivo de divulgar o conteúdo científico e cultural, e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional.</p> <p>A portaria n. 384, de 12/7/1991, do Ministério da Justiça, aprovou um novo regimento interno para o Arquivo Nacional, que se tornou o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Sua finalidade, desde então, é executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a preservação e a restauração do acervo arquivístico da Administração Pública Federal, bem como dos documentos privados de interesse público sob sua guarda, garantindo o acesso público às informações neles contidas, com o objetivo de apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas, o cidadão na defesa dos seus direitos, divulgando o conteúdo de natureza técnica, científica e cultural, incentivando a pesquisa e implementando a política arquivística do Governo Federal, visando à racionalização e à diminuição dos custos públicos.</p> <p>Em junho de 2000, várias medidas provisórias com o objetivo de dar melhores condições ao combate à violência na sociedade brasileira foram editadas e reeditadas, implicando a reorganização ministerial. No conjunto dessas mudanças, o Nacional teve sua subordinação transferida do Ministério da Justiça para Arquivo a Casa Civil da Presidência da República, ato finalmente consolidado pela medida provisória n. 2.216-37, de 31/8/2001.</p>
3.2 Contexto cultural e geográfico	<p>A instituição foi criada no contexto da formação do Estado Nacional, sendo já prevista na primeira Constituição (1824), dois anos após a proclamação da Independência. Durante o período imperial, como o país era uma monarquia centralizada, reuniu também documentos de origem provincial. Com a República, dado seu caráter federativo, passou a atuar principalmente no âmbito do Executivo Federal.</p>
3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade	<p>BRASIL. Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Portaria n. 42, de 8 de novembro de 2002, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre o regimento interno do Arquivo Nacional.</p> <p>BRASIL. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.</p> <p>BRASIL. Medida provisória n. 2.049-2, 29 de junho de 2000, que altera dispositivos da lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, e dá outras providências [entre elas, a transferência do Arquivo Nacional para a estrutura da Casa Civil da Presidência da República].</p> <p>BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991 [Lei de Arquivos], que dispõe sobre a política nacional de arquivos e dá outras providências.</p>
3.4 Estrutura administrativa	<p>Tem como órgãos de assistência direta e imediata ao diretor-geral o Gabinete da Direção Geral e a Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos. Como órgãos específicos e singulares, a Coordenação Geral de Gestão de Documentos; a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, integrada pela Coordenação de Documentos Escritos, pela Coordenação de Documentos Audiovisuais e</p>

	Cartográficos e pela Coordenação de Preservação do Acervo; a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental, integrada pela Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo, pela Coordenação de Atendimento a Distância e pela Coordenação de Consultas ao Acervo; a Coordenação Geral de Administração e a Coordenação Regional no Distrito Federal.
3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	Presta orientação técnica aos órgãos e entidades da administração pública federal na implementação de programas de gestão de documentos, em qualquer suporte. Recebe documentos por recolhimento, transferência, doação e comodato.
3.6 Prédios	A sede no Rio de Janeiro situa-se no complexo de edifícios da antiga Casa da Moeda, sendo parte dos prédios, da segunda metade do séc. XIX, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por suas características arquitetônicas e históricas. Dispõe de 56 mil metros de prateleiras, mapotecas e depósitos especiais para fotografias e filmes. Em Brasília, enquanto não se constrói prédio específico, usa parte das instalações da Imprensa Nacional, dispondo de 18 mil metros de prateleiras para guarda de acervo.
3.7 Acervos documentais	O Arquivo Nacional custodia acervo do séc. XVI ao séc. XXI, oriundo da capitania do Rio de Janeiro e do Vice-Reinado (Colônia), da administração central e de algumas províncias (Império) e do Poder Executivo Federal (República). Tem também acervo proveniente do Poder Legislativo (constituições e emendas constitucionais) e do Poder Judiciário (tribunais superiores, além de pretorias, varas cíveis e criminais e cartórios da cidade do Rio de Janeiro). A documentação privada foi produzida por pessoas, famílias e instituições. Possui biblioteca especializada em arquivologia, história e direito, com obras raras.
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	Guia: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, s/n. Disponível em: < <a href="http://www.portal.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm">http://www.portal.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm</a> >. Acesso em: 9 maio 2008. Edita uma revista semestral, Acervo, livros selecionados anualmente pelo concurso Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, e as seguintes séries: Publicações Históricas, Publicações Técnicas, Instrumentos de Trabalho e Publicações Avulsas.
4 Área de acesso	
4.1 Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, exceto nos feriados nacionais (1º de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de acesso e uso	Para consulta aos documentos, é necessária a apresentação de documento de identificação com foto; para estrangeiros, solicita-se apresentação de passaporte. Franqueada a visita a exposições.
4.3 Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus, pelo metrô (estação Central) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil). A Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.
5 Área de serviços	
5.1 Serviços de pesquisa	Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfimes, serviço de consulta à distância (por correspondência).
5.2 Serviços de	Cópias digitais, em papel e em microfilme, mediante pagamento, conforme

reprodução	tabela de serviços. É cobrado direito de uso de cópias de imagens para uso comercial. Emite, com prazos variados, certidões (atestatórias ou declarativas e de inteiro teor).
5.3 Áreas públicas	Na sede existe caixa eletrônico do Banco do Brasil e máquina automática de café. Tem salas para exposições temporárias, auditório para a realização de eventos e jardim interno onde ocorrem exposições de filmes e apresentações musicais. Pode-se agendar visitas guiadas para conhecimento do prédio, do acervo e da Instituição.
6 Área de controle	
6.1 Regras ou convenções utilizadas	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas, n. 54). CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="http://www.conarq.arquivonacional.gov.br">www.conarq.arquivonacional.gov.br</a> . Acesso em: 22 fev. 2009.
6.2 Estatuto	Final
6.3 Nível de detalhe	Completo
6.4 Línguas e escritas	Português
6.5 Fontes	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2002. 51 p. CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356 p. (Publicações Históricas, n. 35)

\* A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

## 2.2 CASA DE OSWALDO CRUZ (COC)

### Campos de informação da análise preliminar de entidades custodiadoras\*

Campo	Informações
1 Área de identificação	
1.1 Identificador	BR RJCOC
1.2 Forma autorizada do nome	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
1.3 Outra (s) forma (s) do nome	Fiocruz/COC
1.4 Tipo	
2 Área de contato	
2.1 Responsável pelo contato	ALINE LOPES DE LACERDA - Chefe do Departamento de Arquivo e Documentação Email: <a href="mailto:alopeslacerda@gmail.com">alopeslacerda@gmail.com</a>
2.2 Endereço	SALA DE CONSULTA - Departamento de Arquivo e Documentação Av. Brasil, 4036 - 6º andar - sala 614 Manguinhos. CEP: 21040-361
2.3 Telefone	Tel: (021) 3882-9124
2.4 E-mail	E-mail: <a href="mailto:consulta@coc.fiocruz.br">consulta@coc.fiocruz.br</a>
2.5 URL	Endereço eletrônico: <a href="http://www.coc.fiocruz.br">www.coc.fiocruz.br</a>
3 Área de descrição	
3.1 História	<p>A história da Fundação Oswaldo Cruz começa em 25/5/1900, com a criação do Instituto Soroterápico Federal, voltado para a fabricação de soros e vacinas contra a peste bubônica. O local escolhido para a construção do prédio central, chamado futuramente de Pavilhão Mourisco, foi a antiga Fazenda de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção-geral do Instituto, ampliando suas atividades, que passaram a incluir a pesquisa básica aplicada e a formação de recursos humanos, deixando de se restringir à fabricação de soro antipestoso. Em 1904, inicia-se a construção do conjunto arquitetônico-histórico, que inclui o Pavilhão Mourisco ou Castelo de Manguinhos, a Cavalaria, o Quinino, o Pavilhão do Relógio ou Pavilhão da Peste, o Hospital Evandro Chagas, o Pombal ou Biotério para Pequenos Animais, o Pavilhão Arthur Neiva e o Restaurante Central.</p> <p>A Casa de Oswaldo Cruz foi criada em 1985, como um centro de pesquisa, documentação e informação. Desenvolve atividades de pesquisa em história, sociologia e filosofia da ciência e da saúde pública, de arquivo e documentação, preservação do patrimônio arquitetônico, ensino, promoção cultural, educação e divulgação científica.</p>
3.2 Contexto cultural e geográfico	A criação do Instituto Soroterápico Federal e da Fundação Oswaldo Cruz ocorreu no contexto de aperfeiçoamento das condições sanitárias no país e, principalmente, na capital federal, o Rio de Janeiro.
3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Ato da Presidência n. 221/1985-PR, entrado em vigor em 19/11/1985. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Regimento interno aprovado em assembleia geral em 5/7/2007.
3.4 Estrutura administrativa	

3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	O Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA) é um projeto desenvolvido sob a coordenação do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, que tem por objetivo assegurar de forma eficiente a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos gerados pela Fiocruz. A partir desse conjunto de ações, visa o estabelecimento de políticas e processos de gestão arquivística. As ações de implantação do projeto, desenvolvidas a partir de 1995, envolvem, em linhas gerais, as atividades de: diagnóstico da situação dos arquivos e dos processos de gestão da informação; levantamento e análise das massas documentais acumuladas; organização dos arquivos correntes; estruturação de arquivo intermediário nas unidades; estabelecimento de normas e procedimentos de gestão documental, com a elaboração de instrumentos técnicos.
3.6 Prédios	O conjunto arquitetônico-histórico foi tombado em 1981, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje IPHAN) e, em 1998, pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). Construído entre 1904 e 1905, o Pavilhão da Peste ou do Relógio é o mais antigo prédio do conjunto arquitetônico e foi projetado por Luiz Moraes Júnior. Com um relógio de quatro faces localizado numa pequena torre, o prédio, que hoje abriga a sede da Casa de Oswaldo Cruz foi construído com tijolos importados da Marselha e possui janelas alemãs, com uma arquitetura típica do período elisabetano.
3.7 Acervos documentais	A Fundação Oswaldo Cruz está intimamente associada à pesquisa biomédica e de saúde pública no Brasil desde o início do século XX, e tem sido palco do surgimento e da consolidação de escolas de pesquisa, ensino e práticas sanitárias, assim como da formulação de políticas públicas que influenciaram os rumos tomados pelos cuidados com a saúde e o desenvolvimento científico e tecnológico no país. Toda esta história figura no amplo acervo da instituição, nos seus edifícios, em suas bibliotecas ou nas coleções científicas e conjuntos documentais acumulados em Manguinhos no decurso da sua trajetória, hoje sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz. Em 2013, o acervo documental do Hospital Escola São Francisco de Assis - que estava sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz - foi transferido para a custódia do Centro de Documentação do Ensino Médico (CEDEM), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Janeiro.
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	Encontram-se à disposição dos pesquisadores, na Sala de Consulta do Departamento de Arquivo e Documentação, todos os instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos, repertórios etc.) produzidos pelas áreas de tratamento técnico do acervo, bem como algumas bases de dados e o Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz. Além de instrumentos de pesquisa, a Casa de Oswaldo Cruz possui um Núcleo Editorial responsável pela publicação da revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos.
4 Área de acesso	
4.1 Horário de funcionamento	Funcionamento do Departamento de Arquivo e Documentação: 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados regionais e nacionais. Atendimento a consultas, mediante agendamento: 9h30min às 16h30, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados regionais e nacionais.
4.2 Condições de acesso e uso	A maior parte dos documentos encontra-se aberta à consulta em condições de acesso irrestrito ou mediante autorização após avaliação dos objetivos e finalidades da pesquisa a ser efetuada. Em ambos os casos é necessária a assinatura do Termo de responsabilidade, instrumento que define condições e determina responsabilidades no uso das informações. Sob nenhuma hipótese é concedido o empréstimo de documentos que integram o acervo arquivístico da instituição. O empréstimo de material

	bibliográfico é concedido aos funcionários, bolsistas, estagiários e alunos, bem como a outras instituições por meio de empréstimo entre bibliotecas.
4.3 Acessibilidade	Para ida à instituição, pode-se recorrer a ônibus municipais e intermunicipais com itinerário pela avenida Brasil. Os prédios contam com rampa de acesso, elevadores e banheiros para portadores de necessidades especiais.
5 Área de serviços	
5.1 Serviços de pesquisa	O Departamento de Arquivo e Documentação também promove o atendimento aos usuários por correspondência, telefone, fax ou correio eletrônico.
5.2 Serviços de reprodução	De maneira geral, são permitidas reproduções de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoro mediante a assinatura, pelo consulente, de Termo de cessão de direito de uso. Podem ser obtidas, mediante pagamento de taxa de serviço, cópias eletrostáticas, cópias em papel a partir de microfilmes; cópias digitalizadas; cópias fotográficas e reprodução de fitas de áudio e vídeo. As cópias eletrostáticas de documentos e livros raros somente serão autorizadas caso não acarretem prejuízo à sua conservação.
5.3 Áreas públicas	
6 Área de controle	
6.1 Regras ou convenções utilizadas	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2000. 22p. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="http://www.conarq.arquivonacional.gov.br">www.conarq.arquivonacional.gov.br</a> . Acesso em: 22 fev. 2009.
6.2 Estatuto	Final
6.3 Nível de detalhe	Integral
6.4 Línguas e escritas	
6.5 Fontes	CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz – 2. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

\* A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

### 2.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ)<sup>3</sup>

#### Campos de informação da análise preliminar de entidades custodiadoras\*

Campo	Informações
1 Área de identificação	
1.1 Identificador	BR RJAGCRJ
1.2 Forma autorizada do nome	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
1.3 Outra (s) forma (s) do nome	
1.4 Tipo	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Casa Civil
2 Área de contato	
2.1 Tipo	
2.2 Endereço	Rua Amoroso Lima, nº 15 - Cidade Nova
2.3 Telefone	(21) 2273-3141 / 2503-3097
2.4 E-mail	arquivog@pcrj.rj.gov.br
2.5 URL	<a href="http://www.rio.rj.gov.br/arquivo">http://www.rio.rj.gov.br/arquivo</a>
3 Área de descrição	
3.1 História da Instituição com acervo arquivístico	<p>A origem do AGCRJ remonta à época da refundação da cidade, por Mem de Sá, no morro do Castelo em 1567, quando foi constituído o Arquivo da Câmara Municipal. Esse Arquivo tinha como finalidade guardar a documentação gerada e acumulada pela Câmara, que, obedecendo à legislação portuguesa, desempenhava tanto funções legislativas quanto executivas na administração da “muito leal e heróica cidade do Rio de Janeiro”.</p> <p>No século XVIII, com o crescimento da cidade, a Câmara Municipal passou a deliberar sobre uma gama mais vasta de assuntos, passando a produzir um número maior de documentos versando sobre temas diversificados. Em 1790, um incêndio criminoso nessa Casa destruiu grande parte do acervo arquivístico. Entretanto, os vereadores determinaram que fossem feitas cópias dos documentos relativos à municipalidade, existentes em outros órgãos administrativos, conseguindo reconstituir uma parte da documentação perdida, especialmente os registros de terras, que foram o alvo principal do incêndio, já que continham informações sobre a propriedade de terrenos e de imóveis, em várias regiões da cidade.</p>
3.2 Contexto cultural e geográfico	<p>O acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro remonta à época da refundação da cidade, em 1567, quando Mem de Sá transferiu a cidade do morro Cara de Cão - onde fora instalada por Estácio de Sá -, para o novo sítio situado no morro do Castelo. Além da fortaleza, para garantir a segurança da cidade, Mem de Sá mandou erguer o prédio da Cadeia e da Câmara Municipal, e separar uma grande arca para guardar os documentos que fossem produzidos dali em diante. Até a Proclamação da República, os documentos originários do exercício da administração da cidade foram recolhidos ao arquivo da Câmara. Após a instalação do novo regime, com</p>

<sup>3</sup> Este formulário da ISDIAH do AGCRJ caracteriza-se como versão própria do pesquisador. Pois, a instituição arquivística ainda não possui a elaboração do mesmo.

	<p>a criação da Prefeitura, os documentos produzidos pelo novo ente municipal juntaram-se aos custodiados pela Câmara Municipal.</p> <p>Com o passar dos anos, arquivos particulares de interesse público foram anexados ao acervo, assim como novas mídias foram a ele incorporadas. Deste modo, um amplo conjunto documental, que versa sobre a cidade do Rio de Janeiro, com mais de 4 séculos de existência, encontra-se à disposição do pesquisador e do cidadão.</p>
3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade	
3.4 Estrutura administrativa	<p>Ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sendo um arquivo de caráter público, compete a gestão e a preservação da documentação de valor permanente produzida na esfera do Poder Executivo municipal. Portanto, suas principais funções são organizar, gerir, preservar e democratizar o acesso público aos acervos documentais, que têm valor probatório e histórico reconhecidos, produzidos no âmbito da Prefeitura da cidade. Estas funções são também desempenhadas pelo AGCRJ, em relação às diversas coleções particulares que estão sob a sua custódia.</p> <p>Outra função do Arquivo Geral é registrar, de diversas formas, as manifestações culturais, políticas e sociais, oficiais e não-oficiais, realizadas na cidade, de reconhecida relevância para a sua memória e para a sua história, contribuindo para divulgá-las e preservá-las.</p> <p>Neste sentido, para cumprir as suas competências, o AGCRJ tem suas atividades organizadas em três unidades orgânicas: a Gerência de Documentação Escrita e Especial, a Gerência de Apoio Técnico e a Gerência de Pesquisa. A primeira se subdivide em duas Subgerências: a de Documentação Escrita e a de Documentação Especial. A segunda contém a Subgerência de Restauração e a terceira a Subgerência de Biblioteca.</p>
3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	<p>O Arquivo Geral da Cidade reinsere-se no século XXI contando com novos mecanismos de ação que a promulgação da Lei nº 3.404/02 - que versa sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados - conferiu à instituição. Através dela, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro atribuiu ao Arquivo da Cidade novas funções que lhe permitem desenvolver uma gestão de caráter interdepartamental e transversal, voltada para a preservação do patrimônio documental e, por extensão, da informação e do conhecimento.</p> <p>As novas competências do Arquivo Geral da Cidade permitirão criar estratégias que resultem em ações capazes de introduzir novas relações entre o poder público e os cidadãos, com vistas a atender não só aos interesses dos munícipes, como também a inaugurar uma nova dinâmica na administração municipal.</p> <p>O AGCRJ possui como funções: ser o gestor da documentação produzida pelo poder público no decorrer do exercício de suas funções administrativas, custodiando os documentos necessários para subsidiar a Prefeitura na busca da eficiência e eficácia nas ações e da rentabilidade econômica; deter informações imprescindíveis para o cidadão e para o pesquisador respectivamente na busca de comprovação de direitos e na reconstrução do passado; e estar mais próximo do universo afetivo da comunidade a que pertence, já que mantém os registros do cotidiano da cidade e de sua população.</p>
3.6 Prédios	<p>O prédio que sedia o AGCRJ foi especialmente projetado e construído, no final da década de 1970, para abrigar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições da administração municipal, desde o período colonial até o período republicano.</p> <p>Visitado pelo então Inspetor Geral dos Arquivos da França e ex-presidente</p>

	<p>do Conselho Internacional de Arquivos, o Sr. Michel Duchein, foi considerado um modelo de construção arquitetônica para a sua finalidade, em termos de estrutura física, e inovador como projeto de ocupação de espaços.</p> <p>O edifício dispõe de 5.602 metros quadrados de área construída, em quatro pavimentos, contando com instalações adequadas para a guarda permanente de documentos.</p>
3.7 Acervos documentais	<p>O acervo, quando da sua organização, foi pensado de forma temática e, por conta disso, os documentos foram encadernados de acordo com os assuntos, dando origem aos códices, que é a forma como a maior parte da documentação está organizada. A digitação deste índice teve como base o trabalho realizado em 1971, por Tancredo Paiva, bibliotecário do Colégio Pedro II, e foi datilografado por F.G. Lima, conforme consta nos próprios índices originais datilografados. Foram realizadas, recentemente, algumas alterações neste índice, que foi cotejado com a documentação existente nos depósitos, no sentido de complementar ou corrigir os dados e ainda acrescentar novos documentos incorporados ao acervo.</p>
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	<p>O índice de Documentação textual da Subgerência de Documentação Escrita foi disponibilizado on-line para facilitar o acesso do pesquisador ao acervo. Os documentos descritos neste índice referem-se ao acervo hoje sob a guarda definitiva do AGCRJ, mas que tiveram suas origens em administrações públicas diversas, tendo como destaques: a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Conselho de Intendência Municipal, a Prefeitura do Distrito Federal e o estado da Guanabara. Seu recorte temporal abrange o período compreendido entre o século XVI e o século XX.</p>
4 Área de acesso	
4.1 Horário de funcionamento	<p>Segunda a sexta-feira, das 9h às 17:30h, exceto nos feriados nacionais (1º de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).</p>
4.2 Condições de acesso e uso	<p>Para consulta aos documentos, é necessária a apresentação de documento de identificação com foto; para estrangeiros, solicita-se apresentação de passaporte. Franqueada a visita a exposições.</p>
4.3 Acessibilidade	<p>A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus, pelo metrô (estação Cidade Nova) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil). A Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.</p>
5 Área de serviços	
5.1 Serviços de pesquisa	<p>Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).</p> <p>Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus objetos pessoais, com exceção de lápis e papel branco.</p>
5.2 Serviços de reprodução	<p>Reprodução fotográfica e digital.</p>
5.3 Áreas públicas	<p>Ao ingressar nas instalações do AGCRJ, no andar térreo, o usuário deve dirigir-se à Portaria e à Recepção, onde vai proceder à sua identificação,</p>

	<p>apresentando um documento de identidade e informando qual setor deseja visitar.</p> <p>Receberá um crachá que franqueará o seu ingresso às dependências do prédio, abertas ao público.</p> <p>Na Portaria e na Recepção, encontra-se disponível, gratuitamente, um guarda-volumes, que o usuário poderá usar durante sua permanência no AGCRJ, para depositar seus objetos de uso pessoal (pastas, bolsas, mochilas, etc).</p>
6 Área de controle	
6.1 Regras ou convenções utilizadas	<p>CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas, n. 54).</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="http://www.conarq.arquivonacional.gov.br">www.conarq.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 22 fev. 2009.</p>
6.2 Estatuto	Final
6.3 Nível de detalhe	Completo
6.4 Línguas e escritas	Português
Fontes	

\* A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

## 2.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ)

### Campos de informação da análise preliminar de entidades custodiadoras\*

Campo	Informações
1 Área de identificação	
1.1 Identificador	BR RJAPERJ
1.2 Forma autorizada do nome	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
1.3 Outra(s) forma(s) do nome	Arquivo Geral do Estado (1931-1936) Diretoria Geral do Arquivo Público e Biblioteca Universitária (1936-1938) Arquivo Público (1938-1975) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (1975- )
1.4 Tipo	Entidade coletiva
2 Área de contato	
2.1 Tipo	Entidade coletiva
2.2 Endereço	Praia de Botafogo, 480 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.250-040
2.3 Telefone	Tel: (21) 2332-1449
2.4 E-mail	aperj@aperj.rj.gov.br
2.5 URL	
3 Área de descrição	
3.1 HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO COM ACERVO ARQUIVÍSTICO	<p>Pelo Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931, foi criado o Arquivo Geral do Estado, subordinado à Diretoria do Interior e Justiça. Entre suas atribuições estavam as tarefas de receber, classificar, guardar e conservar os papéis e livros findos, pertencentes às Secretarias de Estado; organizar anualmente a coleção de Leis, Decretos e Deliberações para ser publicada em volumes; receber por recolhimento das diversas repartições do Estado todos os papéis, livros e documentos, à medida que deles não mais precisassem.</p> <p>Pelo Art. 2º do Decreto nº 3.004, de 16 de dezembro de 1933, o Arquivo Geral foi anexado à Biblioteca Pública com as mesmas competências. Pelo Decreto nº 148, de 20 de março de 1936, foi transformado em Diretoria Geral do Arquivo Público e Biblioteca Universitária, ficando responsável pelos manuscritos administrativos e documentos oficiais do Estado e de seus municípios.</p> <p>Pelo Decreto nº 653, de 28 de dezembro de 1938, ocorreu a separação do Arquivo Público da Biblioteca Universitária. O Arquivo permaneceu vinculado à Secretaria do Interior e Justiça, ficando subordinado ao Departamento do Interior e Justiça, enquanto a Biblioteca passa a integrar a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Esse Decreto ratifica as atribuições instituídas pelo Decreto nº 3.004, de 1933 ao Arquivo Público.</p> <p>A Lei nº 3.790, de 28 de novembro de 1958, criou a Secretaria de Administração Geral, e, ao mesmo tempo transferiu, para este órgão recém-criado, o Arquivo Público. A sua principal competência passa a ser a conservação sistematizada dos documentos públicos estaduais e ele estava estruturado nas seções de Administração, de Referência e de Arquivo.</p> <p>Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e com a reformulação da estrutura administrativa, o Arquivo ganhou a sua atual designação. Pelo Decreto nº 241, de 16 de julho de 1975, o Arquivo</p>

---

Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), retornou à esfera da Justiça, que passou a ser denominada, Secretaria de Estado de Justiça.

Como um Departamento da Secretaria de Estado de Justiça, o APERJ tinha como competências: administrar a guarda, conservação e utilização dos documentos de valor permanente do Estado, cabendo-lhe, ainda, a orientação normativa no que se refere aos arquivos estaduais, para realização do recolhimento racional de documentos; analisar a documentação permanente, sob o ponto de vista operacional, jurídico e histórico; efetuar recolhimento e avaliação de documentos, para fins de retenção ou descarte; receber ou propor a aquisição de arquivos particulares. Este Decreto torna o APERJ responsável pela normatização e pela prestação de orientação técnica aos serviços de arquivos dos órgãos estaduais.

O Decreto nº 427, de 24 de outubro de 1975, transferiu a Superintendência de Documentação da Secretaria de Administração para a Secretaria de Estado de Justiça, dando-lhe a denominação de Departamento Geral de Documentação (DGD), com as mesmas competências do Arquivo Público, ou seja, orientar, coordenar, controlar, supervisionar as atividades de documentação do Estado, além de estabelecer normas e fiscalizar sua aplicação. Essa situação conflitante permaneceu por 4 meses, quando a Resolução nº 21, de 21 de janeiro de 1976, determinou que ao Departamento Geral de Documentação caberia a normatização das atividades de documentação do Estado, a recuperação da informação dos atos oficiais, e ainda, divulgar a legislação estadual. Ao Arquivo Público caberia o recolhimento da documentação dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e do novo Estado do Rio de Janeiro.

O Decreto nº 2.030, de 11 de agosto de 1978, atribuiu ao DGD o papel de “órgão central do sistema de Documentação do Estado”, passando a controlar e orientar as atividades de gestão dos documentos produzidos pelo Estado e ao APERJ a função de recolhimento dos documentos de valor permanente.

O Decreto nº 8.096, de 22 de maio de 1985, extinguiu o Departamento Geral de Documentação, passando as suas atribuições ao APERJ, que recebeu inclusive, o seu patrimônio, a biblioteca especializada em legislação e direito. Estava incluída, ainda, a responsabilidade de exercer o papel de órgão central do sistema de Documentação do Estado, aprovando as tabelas de temporalidade e mantendo sua participação nas comissões de avaliação de documentos.

Em 6 de março de 1997, o Decreto nº 22.989, ratificou o disposto no artigo 103 do Decreto nº 2.030, de 1978, que determinava o recolhimento ao APERJ da documentação de valor histórico, probatório e informativo produzida pela Administração Pública Estadual.

No ano de 1999, o APERJ teve suprimidas suas responsabilidades de expedir atos normativos, de orientação técnica, bem como a aprovação das tabelas de temporalidade, com a publicação do Decreto nº 25.166, de 1º de janeiro e do Decreto nº 24.828, de 14 de dezembro, os quais conferiram à Secretaria de Administração e Reestruturação do Estado (SARE) o poder de atuar na gestão de documentos da Administração Pública Estadual, como órgão central do Sistema de Comunicações Administrativas e Documentação (SICAD).

Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 29.010, de 14 de agosto 2001, a SARE editou e aprovou a Tabela de Temporalidade dos Documentos da Atividade-Meio do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a ser aplicada nos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Pelo Decreto nº 31.896, de 20 de setembro de 2002 a participação do

---

	<p>Arquivo nas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) não é mais obrigatória, ficando a critério das Secretarias de Estado e dos demais órgãos subordinados ao Governador do Estado, a opção em escolher um representante de instituição arquivística pública para integrá-la.</p> <p>Por esse Decreto a aprovação das tabelas de temporalidade de documentos elaboradas pelos órgãos estaduais passa a ser uma competência exclusiva da Procuradoria Geral do Estado (PGE).</p> <p>Durante o período compreendido entre 1975 e 2006, a Secretaria de Justiça passou por diversas denominações, tendo incorporado órgãos e funções de várias Secretarias: Secretaria de Estado de Justiça e Interior; Secretaria de Estado de Interior e Justiça; Secretaria de Estado de Justiça e Sistema Penitenciário; Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Secretaria de Estado de Justiça e de Defesa do Consumidor. O APERJ permaneceu, nesse período, no âmbito dessas Secretarias.</p> <p>Ainda, durante esse período, foi criado o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ), por meio do Decreto nº 29.387, de 15 de outubro de 2001. Por esse ato, o Arquivo Público torna-se o responsável pela assessoria técnica e administrativa do Conselho e volta a desempenhar funções de gestão, organização, preservação e acesso aos documentos oriundos do Poder Executivo Estadual.</p> <p>Pelo Decreto nº 40.628, de 1º de março de 2007, passa a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Casa Civil, com os efeitos contados a partir de 1º de janeiro de 2007, mantendo suas competências e atribuições.</p>
3.2 Contexto cultural e geográfico	
3.3 Mandatos/Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 5.562 de 20 de outubro de 2009 – dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências</li> <li>• Decreto nº 42.002 de 21 de agosto de 2009 – dispõe sobre avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela administração pública estadual e dá outras providências.</li> </ul>
3.4 Estrutura administrativa	O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, tem por finalidade implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.
3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	
3.6 Prédios	
3.7 Acervos documentais	O acervo da instituição reúne documentos a partir da segunda metade do século XVIII. Seus principais fundos, provenientes da Província e do antigo e novo Estado do Rio de Janeiro e do antigo Estado da Guanabara, são: Polícias Políticas (1905-1983), Instituto Médico Legal [1907-1960], Departamento de Educação [1926-1950], Presidência da Província (1786-1900), Registros Paroquiais de Terras (1854-1858), Presidência do Estado (1889-1972), Programa Estadual de Orientação e Proteção ao Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON/RJ (1993-2001), Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (1975-1999). Há ainda acervos privados, doados por militantes de movimentos sociais, como:

	Arquivo Ângela Borba (1964-1989), Coleção Jean Marc Van Der Weid (1963-1981), Coleção Jair Ferreira de Sá (1966-1984), Coleção Daniel Aarão Reis (1954-1985).
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	
4 Área de acesso	
4.1 Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, exceto nos feriados nacionais (1º de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de acesso e uso	Para consulta aos documentos, é necessária a apresentação de documento de identificação com foto; para estrangeiros, solicita-se apresentação de passaporte. Franqueada a visita a exposições.
4.3 Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus, pelo metrô (estação Cidade Nova) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil).
5 Área de serviços	
5.1 Serviços de pesquisa	Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfimes, serviço de consulta à distância (por correspondência).
5.2 Serviços de reprodução	Reprodução digital e transcrição de originais
5.3 Áreas públicas	Pode-se agendar visitas guiadas para conhecimento do prédio, do acervo e da Instituição.
6 Área de controle	
6.1 Regras ou convenções utilizadas	
6.2 Estatuto	Órgão público da administração direta do Executivo Estadual
6.3 Nível de detalhe	Integral
6.4 Línguas e escritas	Português
6.5 Fontes	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="http://www.conarq.arquivonacional.gov.br">www.conarq.arquivonacional.gov.br</a> . Acesso em 21 jan. 2009.
6.6 Notas de manutenção	Carla Regina Petrópolis Vieira de Castro Freitas

\* A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

## 2.5 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)

### Campos de informação da análise preliminar de entidades custodiadoras\*

Campo	Informações
1 Área de identificação	
1.1 Identificador	BR ABL
1.2 Forma autorizada do nome	Academia Brasileira de Letras. Arquivo Múcio Leão
1.3 Outra (s) forma (s) do nome	Academia Brasileira de Letras -ABL
1.4 Tipo	Instituição privada com finalidade cultural
2 Área de contato	
2.1 Responsável	Chefe: Maria Oliveira Endereço eletrônico: maria@academia.org.br
2.2 Endereço	Av. Presidente Wilson, 203 - Castelo 20030-021 - Rio de Janeiro – RJ Brasil www.academia.org.br
2.3 Telefone	Tel.: XX (55) (21) 3974-2547; 3974-2564
2.4 E-mail	Endereço eletrônico: maria@academia.org.br
2.5 URL	
3 Área de descrição	
3.1 História da Instituição com acervo arquivístico	<p>A Academia Brasileira de Letras foi fundada a 20/7/1897 e teve Machado de Assis como o seu primeiro presidente. Inicialmente, não possuía sede própria e seus membros se reuniam em diversas salas e prédios públicos da antiga Capital Federal. Com a doação pelo governo francês do Petit Trianon, o Pavilhão Francês da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, enfim, conquistou o seu espaço definitivo, que lhe serviu de sede administrativa até que, com a construção do Palácio Austregésilo de Athayde, com seus 30 andares, a administração transferiu-se para o novo prédio e adquiriu independência econômica.</p> <p>A história da criação e formação do Arquivo da ABL aparece, basicamente, em algumas falas de acadêmicos nas sessões plenárias iniciais, ditas Preparatórias (1896), e registradas nas Atas da Casa. No entanto, a primeira referência direta à estruturação de um arquivo na ABL aparece na Ata do dia 09 de dezembro de 1926, quando o acadêmico Constâncio Alves propôs que fosse criado o cargo de arquivista, independente das funções do bibliotecário.</p> <p>Mais tarde, na sessão de 16 de dezembro de 1943, quando a ordem do dia era “discussão do Projeto de Reforma do Regimento Interno” da ABL, o Sr. Múcio Leão, referindo-se à necessidade de dar-se definitiva organização aos Arquivos da Academia, apresenta uma emenda para ser aditada ao Projeto que estabelece, entre outras, normas para a eleição do Diretor do Arquivo e a sua competência.</p> <p>O Projeto de Reforma do Regimento Interno foi aprovado, por unanimidade, na sessão do dia 23 de dezembro de 1943. Alguns anos mais tarde, na sessão de 23 de dezembro de 1948, o acadêmico Múcio Leão é reeleito para Diretor do Arquivo, cargo que ocupou até o seu falecimento,</p>

	<p>em 12 de agosto de 1969, portanto, por 26 anos consecutivos. No dia 30 de dezembro de 1969, quatro meses após a morte deste grande Acadêmico, realizou-se a Sessão Pública para a posse da Diretoria de 1970. Nesse dia, o Presidente, Acadêmico Austregésilo de Athayde, ao ler o Relatório da Diretoria e o Programa para o ano de 1970, indicou o nome de Múcio Leão a ser “dado a tão importante departamento da Academia Brasileira de Letras”.</p> <p>Em consulta às atas da Academia, constatamos que o Arquivo já funcionou numa das salas do porão do Petit Trianon – Salão Medeiros e Albuquerque. O projeto para a revitalização e reorganização do Arquivo da ABL foi desenvolvido a partir de fevereiro de 1997, quando se iniciaram os primeiros levantamentos do acervo encontrado. A partir desse momento, o Arquivo ganhou instalações apropriadas e modernas; compraram-se equipamentos condizentes com a nova realidade; foi instalado o Núcleo de Conservação e Higienização de Documentos; e passou a ser administrado apenas por profissionais de formação em curso superior de Arquivologia. Consequentemente, estabeleceram-se rotinas e normas referentes ao recebimento, tratamento, e a disponibilização do acervo para consulta; criaram-se programas de esclarecimentos da importância e do cuidado para com o acervo, agora disseminando entre os demais funcionários da ABL; e foi dada a oportunidade para os funcionários e estagiários do Arquivo de participarem de programas de reciclagem e aprimoramento.</p>
3.2 Contexto cultural e geográfico	<p>Por sua especificidade, o Arquivo da ABL é uma fonte inesgotável de cultura e conhecimento, em que os originais manuscritos de obras primas da literatura nacional e internacional convivem, lado a lado, com o epistolário de três ou quatro gerações de homens de letras. Está localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ Brasil.</p>
3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade	<p>ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Estatutos. Rio de Janeiro, 28 jan. 1897.</p> <p>ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Regimento Interno. Rio de Janeiro, 2016.</p>
3.4 Estrutura administrativa	<p>A administração do Arquivo da ABL está discriminada no Regimento Interno da Academia. Tem um Diretor Acadêmico que, necessariamente, é Membro Efetivo. O Arquivo é chefiado por um arquivista de formação em curso superior de Arquivologia e para coordenar o Arquivo Institucional e o Arquivo dos Acadêmicos tem, sob sua orientação, duas arquivistas igualmente formadas em curso superior de Arquivologia. O mesmo pode ser dito para o Núcleo de Conservação do Arquivo, coordenado por uma arquivista-conservadora. Completam os quadros de funcionários, uma arquivista-conservadora e uma arquivista auxiliar. Para dar suporte a todo trabalho desenvolvido pelo Arquivo são contratados dez estagiários, todos estudantes de Arquivologia.</p>
3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	<p>Cabe ao Arquivo Institucional realizar a gestão documental em todos os documentos produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da Instituição. Ao Arquivo dos Acadêmicos cabe dar definitiva guarda aos documentos referentes à vida e à obra dos acadêmicos e dos patronos das cadeiras, bem como dos Sócios Correspondentes. Em geral, este acervo chega à Academia por doação do próprio acadêmico ou de seus familiares. A ABL não compra acervos.</p> <p>Todo e qualquer documento que entra no Arquivo passa anteriormente pelo Núcleo de Conservação, que dá ao documento estabilidade ao suporte, além de mantê-lo higienizado.</p>
3.6 Prédios	<p>O prédio em que está situado o Arquivo da Academia Brasileira de Letras é um edifício moderno, inteligente, e está situado no coração da cidade do Rio de Janeiro. Possui 30 andares; tem um conjunto de 11 elevadores</p>

	<p>sociais e um de serviço; garagem; jardins; um teatro para 280 lugares, todo equipado com instrumentos de última geração; possui igualmente uma sala de conferências; uma biblioteca toda informatizada; um <i>bistrô</i>; e uma galeria de arte. O Palácio é administrado por uma empresa de grande porte – ENGEPROD – e possui uma brigada contra incêndios. Em 2013, o Arquivo passou por uma reforma de modernização de suas instalações físicas, com a implantação de eficientes sistemas de extinção e proteção contra incêndio pelo gás FM-200; controle ambiental, com a climatização de toda a área de guarda; monitoramento por TV; e controle de acesso.</p>
3.7 Acervos documentais	<p>O Arquivo da Academia Brasileira de Letras tem por finalidade a preservação, a organização e a criação de facilidades para o acesso à documentação produzida, recebida e acumulada pela Academia e por seus membros, individualmente, entendidos como tais àqueles cujos arquivos pessoais foram doados em vida ou foram, igualmente, doados após a sua morte, por familiares e/ou sucessores. Para tratar essa documentação existente em seus arquivos, optou-se por um arranjo que separa o acervo em duas grandes linhas administrativas: o Arquivo dos Acadêmicos, constituído pela documentação privada e pessoal de cada acadêmico e/ou sócio correspondente, e pelo Arquivo Institucional, constituído pela documentação administrativa e funcional da Academia.</p> <p>Além do acervo arquivístico, a Academia possui também uma riquíssima coleção de obras de arte, pinturas e bustos de artistas plásticos de renome nacional e internacional como Cândido Portinari, H. Bernardelli e tantos outros. Possui também uma valiosa coleção de medalhas, colares e comendas de seus membros. No âmbito da iconografia e do audiovisual, destacamos filme produzido por Roquette-Pinto, uma série de Depoimentos Acadêmicos e fotografias de renomados fotógrafos atuantes no Rio de Janeiro, inclusive a existência de daguerreótipo e outros processos dos primórdios da fotografia.</p>
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	<p>O Arquivo desenvolve vários instrumentos de pesquisa, como listagens, índices e guias. Em 2004, o Arquivo produziu o <i>Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos</i> e o seu primeiro inventário, o <i>Inventário do Arquivo Machado de Assis</i>.</p> <p>ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Base de Dados do Arquivo. Rio de Janeiro: ABL. Disponível em: <a href="http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo">http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo</a>. Acesso em: 22 de junho de 2017.</p>
4 Área de acesso	
4.1 Horário de funcionamento	<p>Segunda a sexta, das 10h às 17h. Horário limite para ingresso: 16h e para solicitação de documentos: 16h 45min. Fechado para o público nos feriados regionais e nacionais</p>
4.2 Condições de acesso e uso	<p>Acesso livre e gratuito a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro com apresentação de documento de identificação (identidade e passaporte)</p> <p>É obrigatório o preenchimento da ficha de cadastramento de usuário do Arquivo ABL e agendamento da consulta por telefone ou pelo correio eletrônico: <a href="mailto:arquivo@academia.org.br">arquivo@academia.org.br</a></p> <p>O acesso a documentos sigilosos, reservados e confidenciais só será liberado respeitando os prazos previstos, conforme legislação em vigor, mediante autorização do titular ou família no caso dos arquivos dos acadêmicos, e da direção da ABL, no caso de documentação institucional.</p>
4.3 Acessibilidade	<p>O Arquivo está localizado em um prédio com instalações preparadas para pessoas com necessidades especiais: rampas, banheiros e estacionamento (a reserva deverá ser feita no agendamento da consulta)</p> <p>Ônibus: todas as linhas com destino a Castelo e Cinelândia.</p> <p>Metrô: estação Cinelândia</p>

	<p>Trem: estação Cinelândia  Veículo Leve sobre Trilhos (VLT): estação Antônio Carlos  Estacionamento: Cinelândia e Santa Luzia</p>
5 Área de serviços	
5.1 Serviços de pesquisa	<p>Na Sala de Consultas, o usuário requisita e examina os documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, digitais e microfilmes.  A equipe do Arquivo oferece orientação quanto aos acervos disponíveis, auxilia no manuseio dos instrumentos de pesquisa (inventários, índices, catálogos em papel e em meio eletrônico) e nos procedimentos para a requisição dos documentos.  É também esta equipe que encaminha os pedidos de cópias à autoridade competente, intermediando todos os contatos necessários com as áreas de guarda, tratamento e conservação do acervo às quais os usuários não têm acesso.  Atendimento à distância: O pesquisador também realizar pesquisa através de correio eletrônico.</p>
5.2 Serviços de reprodução	<p>Os documentos, uma vez reformatados (fotografados, microfilmados, digitalizados, etc.), serão reproduzidos, exclusivamente, a partir de matriz de reprodução da respectiva tecnologia.  Os documentos originais não microfilmados, não fotografados ou não digitalizados só serão liberados para reprodução, por qualquer meio se estiverem em bom estado de preservação e se o processo a ser utilizado para sua reprodução não trouxer danos.  A reprodução dos documentos do Arquivo dos Acadêmicos para terceiros poderá ser feita pela ABL, respeitando-se o termo de doação da documentação e a legislação em vigor.  Os serviços de reprodução serão efetuados pela ABL, às expensas do solicitante.  A partir da solicitação de reprodução de documentos, o Arquivo reserva-se um prazo de até 10 dias úteis para o atendimento do pedido.  Toda e qualquer reprodução de documento do acervo arquivístico da ABL depende de autorização por escrito da presidência da ABL ou da Chefia do Arquivo.</p>
5.3 Áreas públicas	<p>A instituição possui uma programação cultural com diversos eventos sobre a vida e obra de seus membros entre outros temas relacionados a língua, literatura e cultura nacional. Como por exemplo, ciclos de conferências, mesas-redondas, exposições, concertos, recitais, lançamentos de livros, peças teatrais, leituras dramatizadas, entre outros. Conta, ainda, com o Espaço Machado de Assis destinado à pesquisa e à difusão do universo machadiano formado, pela Galeria de Exposições, Sala de Projeções e Núcleo de Referência e Informação.</p>
6 Área de controle	
6.1 Regras ou convenções utilizadas	<p>INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. <i>ISDIAH</i>: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="http://www.conarq.arquivonacional.gov.br">www.conarq.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 23 de jun. 2017.</p>
6.2 Estatuto	Versão revisada
6.3 Nível de detalhe	Descrição integral
6.4 Línguas e escritas	Português – Port.
6.5 Fontes	Sites: <a href="http://www.academia.org.br">www.academia.org.br</a> e <a href="http://www.machadodeassis.org.br">www.machadodeassis.org.br</a>

6.6 Notas de manutenção	Revisão elaborada por: Maria Oliveira, Chefe do Arquivo. Descrição Elaborada por: Paulino Cardoso, Chefe do Arquivo; Cíntia Mendes, Responsável pelo Arquivo Institucional e Maria Oliveira, Responsável pelo Arquivo dos Acadêmicos.
-------------------------	--

\* A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

## 2.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)<sup>4</sup>

### Campos de informação da análise preliminar de entidades custodiadoras\*

Campo	Informações
1 Área de identificação	
1.1 Identificador	BR RJCPDOC
1.2 Forma autorizada do nome	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
1.3 Outra (s) forma (s) do nome	
1.4 Tipo	
2 Área de contato	
2.1 Tipo	Fundação Getúlio Vargas
2.2 Endereço	Praia de Botafogo, nº 190 - Botafogo
2.3 Telefone	(21) 3799-5676 / 3799-5677
2.4 E-mail	cpdoc@fgv.br
2.5 URL	<a href="http://www.cpdoc.fgv.br">http://www.cpdoc.fgv.br</a>
3 Área de descrição	
3.1 História da Instituição com acervo arquivístico	O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Accessus, são tarefas primordiais do Centro. Os documentos desse acervo estão sendo progressivamente disponibilizados pela Internet.
3.2 Contexto cultural e geográfico	
3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade	
3.4 Estrutura administrativa	
3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	
3.6 Prédios	
3.7 Acervos	Composto de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas. Esse

<sup>4</sup> Este formulário da ISDIAH do CPDOC caracteriza-se como versão própria do pesquisador. Pois, a instituição arquivística ainda não possui a elaboração do mesmo.

documentais	acervo está estimado em um milhão e oitocentos mil documentos, dos quais mais de um milhão encontram-se referenciados na base <i>Accessus</i> .
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	
4 Área de acesso	
4.1 Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 9h às 16:30h, exceto nos feriados nacionais (1º de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de acesso e uso	Consulta aberta ao público.
4.3 Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus e pelo metrô (estação Botafogo). A sede em São Paulo é servida pela rede de ônibus e pelo metrô (estação Trianon-MASP).
5 Área de serviços	
5.1 Serviços de pesquisa	Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfimes, serviço de consulta à distância (por correspondência). Com orientação de profissionais especializados é possível acessar aos documentos de arquivos ou a alguma forma de reprodução, como microfimes e arquivos digitais de vídeo ou áudio. O acesso ao conteúdo dos documentos microfilmados se faz através da leitura e/ou reprodução dos microfimes. A consulta às entrevistas de história oral pode ser feita por meio de arquivos de áudio ou vídeo e/ou da leitura de suas transcrições. Todos os trabalhos publicados pelos pesquisadores do Centro estão igualmente disponibilizados na Sala de Consulta.
5.2 Serviços de reprodução	Reprodução eletrostática digital e fotográfica.
5.3 Áreas públicas	
6 Área de controle	
6.1 Regras ou convenções utilizadas	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas, n. 54). CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: <a href="http://www.conarq.arquivonacional.gov.br">www.conarq.arquivonacional.gov.br</a> . Acessado em: 22 de fevereiro de 2009.
6.2 Estatuto	
6.3 Nível de detalhe	
6.4 Línguas e escritas	Português
6.5 Fontes	

\* A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

### 3. GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES (BASEADO NA NOBRADE<sup>5</sup> - NÍVEL FUNDO, SÉRIE/GRUPO)

#### 3.1 ARQUIVO NACIONAL

##### 3.1.1 FUNDO: Ministério da Justiça e Negócios Interiores

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJANRIO 4T
1.2 Título	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
1.3 Data (s)	1808 – 1959
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Cartográfico (s) –planta (s) - 679 item (ns) Textual(is) - sem especificação - 1235,4 m
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1891 - 1967 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Departamento de Administração. Serviço de Obras Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Divisão de Material Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Escritório de Obras
2.3 História arquivística	A documentação foi recolhida pelo Ministério do Império em 1842 e 1870 e, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a partir de 1901. A documentação do período entre 1933 e 1959, que se acha sob guarda intermediária, foi transferida em 1948, 1960, 1962, 1964, 1965, 1970 e 1978. Na Coordenação de Documentos Escritos acham-se reunidos, sob esta denominação, documentos do Ministério da Justiça e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, oriundos das antigas seções de Documentação Histórica e do Poder Executivo, identificados em 1989.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça (Brasil) - 2002 - recolhimento - 8 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1948 - recolhimento - 6 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1960 - recolhimento – 42 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1962 - recolhimento – 430 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1964 - recolhimento - 24 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1965 - recolhimento - 32

<sup>5</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da Nobrade (CONARQ, 2006). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

	<p>Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Departamento de Administração. Serviço de Obras - 1961 - recolhimento - 9</p> <p>Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Divisão de Material - 1967 - recolhimento - 20</p> <p>Ministério do Império (Brasil) - 1842 - recolhimento - 9</p> <p>Ministério do Império (Brasil) - 1870 - recolhimento - 48</p>
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	<p>Avisos e portarias relativos à Província Cisplatina, registro de títulos de nomeações, decretos, avisos, provisões eclesiásticas, ofícios da Polícia à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, pareceres, processos jurídicos, receita e despesa do Corpo Militar da Polícia da Corte, ofícios diversos da Intendência Geral de Polícia, do Corpo Municipal Permanente da Corte e da Casa de Correção, atas das reuniões da Comissão Inspetora da Casa de Correção, requerimentos sobre presos e prisões e sobre a Guarda Nacional, relatórios da Polícia do Rio de Janeiro, mapas semanais e mensais de crimes e outras ocorrências em diversas províncias, correspondência de câmaras municipais com o ministério, pedidos de emancipação de escravos, registro de beneplácitos, breves e ordens expedidas à Capela Imperial, ofícios, requerimentos, certidão de escrituras e outros papéis referentes ao Morgado de Marapicu. Termos de acordo sobre limites entre os diversos estados do Brasil. Desenho aprovado para o estandarte do Corpo de Bombeiros. Decreto autorizando o traslado dos despojos mortais de Dom Pedro II e D. Teresa Cristina para o Brasil. Registro dos bens móveis do Abrigo de Menores, do Instituto Oswaldo Cruz e do Tribunal do Júri. Registro de matrículas dos ofícios de justiça do Acre. Registro de ofícios do (MJNI) sobre os processos de comutação de penas, pedidos de perdão, indulto, etc. Registros da Diretoria Geral de Estatística contendo entrada de processos de registros civis. Relação das comarcas, municípios e distritos de AL, BA, CE e RS. Estatística de registros civis de diversos estados. Processos sobre organização e administração da justiça, de instituições militares, penitenciárias e de assistência a menores, do Arquivo Nacional, da Imprensa Nacional, dos serviços de informação, do serviço eleitoral, dos territórios federais e das sociedades civis. Ocorrências com menores e com detentos. Entrada, permanência, expulsão e deportação de estrangeiros. Aquisição e perda de direitos políticos. Concessão de graças e de garantias individuais. Autorização e execução de sentenças entre jurisdições estrangeiras e entre nacionais. Extradicação e repatriação. Anistia. Livramento condicional. Notificações de registro civil. Pareces e consultas à Procuradoria e Consultoria Gerais da República e ao Congresso Nacional. Recursos contra atos dos interventores. Ordem política e social. Retificação de assentamentos. Administração orçamentária e financeira, de bens de consumo e patrimonial e de pessoal. Documentos cartográficos (plantas e mapas) referentes à urbanização de cidades</p>

	brasileiras, monumentos históricos, prédios públicos, lotes de terrenos, instituições penais, tribunais, escolas correcionais e do Arquivo Nacional, no período 1908-1957.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: A revisar. Organizado parcialmente. Organização: Alfabética, alfanumérica, assunto, cronológica, espécie/tipo e numérica. A documentação em poder da (CODES), entre os anos de 1808 e 1932, não foi revisada. Entre os anos de 1933 e 1959, a revisão está completa. <b>VEJA ANEXO 1 DO GUIA.</b>
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Com restrição - Necessidade de prévio aviso
4.2 Condições de Reprodução	Com restrição - Necessidade de prévio aviso
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	Microfilme - 011.0.82
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Ministério da Justiça -BR DFANBSB 4V Série Interior - Administração (IJ2) -BR RJANRIO A1 Série Justiça - Administração (IJ2) -BR RJANRIO AF Diversos GIFÍ - Caixas e Códices -BR RJANRIO OI.
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Créditos: Documentos cartográficos: José Luiz Macedo de Faria Santos, Lucia Maria Fabiano Gusmão, Mariane Costa Pinto.
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro (IS1)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJANRIO BE
1.2 Título	Série Saúde - Gabinete do Ministro (IS1)
1.3 Data (s)	1852 – 1930
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Textual (is) -sem especificação - 9,5 m
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História administrativa/Biografia	Não disponível.
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios, e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Gabinete do Ministro, por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE SAÚDE.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1908 - recolhimento – 6  Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1916 - recolhimento – 5  Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1917 - recolhimento – 2  Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1924 - recolhimento - 62  Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1931 - recolhimento – 13  Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1943 - recolhimento – 3
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Protocolo de requerimentos. Registro de minutas. Requerimentos sobre licença para exposição e venda de medicamentos fabricados por particulares, autorizações para o exercício das profissões de parteira, farmacêutico e dentista, licença para abertura de botica, aumento nos vencimentos dos remadores da Bahia. Recurso contra a Inspetoria Geral de Higiene Pública que concedeu licença

	a práticos de farmácia. Ofícios sobre epidemias de varíola e cólera morbus. Relatórios dos trabalhos efetuados no Laboratório Bacteriológico, na Seção de Engenharia Sanitária, na Inspetoria dos Serviços de Profilaxia e em Delegacias de Saúde. Despachos sobre protesto dos médicos de São João del Rey contra a instalação de um depósito de convalescentes, denúncias de irregularidades na Inspetoria de Saúde do Porto de Santos, providências para que fossem providos de aparelhos sanitários e fossas os prédios do Ministério da Guerra. Ofícios de legações do Brasil em diversos países europeus sobre portos fechados por suspeita de epidemia de cólera, navios para quarentena, informações sobre epidemias de cólera, cura e prevenção da tuberculose e hidrofobia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: Organizado totalmente.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem Restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem Restrição
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Fichário 03 (gav. 5). Fichário 89 (gav. 4). Responsável da descrição: Cyntia Mendes Aguiar

### 3.1.1.2 Série Saúde - Administração (IS2)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJANRIO BB
1.2 Título	Série Saúde - Administração (IS2)
1.3 Data (s)	1883 – 1902
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Textual (is) -sem especificação - 0,35 m
<b>2 Área de contextualização</b>	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História administrativa/Biografia	Não disponível.
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Administração, por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE SAÚDE.
2.4 Procedência	Secretaria de Justiça e Negócios Interiores - 1916 - recolhimento - 4
<b>3 Área de conteúdo e estrutura</b>	
3.1 Âmbito e conteúdo	Livros de registro de decretos e portarias. Livros de empregados do Ministério da Instrução Pública e Saúde. Livros de registro de despesas e de assentamento de empregados da saúde pública.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: Organizado totalmente.
<b>4 Área de condições de acesso e uso</b>	
4.1 Condições de Acesso	Sem Restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem Restrição
<b>5 Área de fontes relacionadas</b>	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
<b>6 Área de notas</b>	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
<b>7 Área de controle da descrição</b>	
7.1 Nota do arquivista	Fichário 03 (gav. 5). Fichário 89 (gav. 4). Responsável da descrição: Cyntia Mendes Aguiar
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.1.1.3 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IS4)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJANRIO BF
1.2 Título	Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IOC) (IS4)
1.3 Data (s)	1809 - 1919
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Textual (is) -sem especificação - 8,16 m
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História administrativa/Biografia	Não disponível.
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios, e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Higiene e saúde pública e Instituto Oswaldo Cruz (IOC), por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE SAÚDE.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1932 - recolhimento - 10 Secretaria dos Negócios do Império - 1861 - recolhimento - 43 Secretaria dos Negócios do Império - 1870 - recolhimento - 45 Secretaria dos Negócios do Império - 1871 - recolhimento - 50
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Apontamentos sobre a necessidade de organização de um serviço de saúde dos portos e do interior do reino de Portugal. Ofícios sobre estado de contágio dos portos portugueses. Certidões de navios portugueses para entrada no Rio de Janeiro. Reflexões sobre a obrigação e necessidade de visita de saúde em todos os navios que entrarem nos portos do Brasil. Plano de inspeção de saúde. Necessidade de embarcação para enfermos de navios estrangeiros. Criação de lazaretos. Folhas dos vencimentos de empregados, orçamentos e despesas de diversos órgãos da saúde e higiene pública. Mapas de vacinação do Império. Relatórios dos trabalhos da Junta Central de Higiene Pública relativos à comissão médica para visitas a cortiços, "public-houses", casa de pobres e limpeza e desinfecção das valas de esgotos do Rio de Janeiro. Relatórios sobre condições de higiene dos matadouros. Mapas demonstrativos dos serviços relativos à peste

	bubônica. Vacinação dos índios de Guarapuava, em São Paulo. Relação dos vacinados na capitania de São Paulo. Relatório das ocorrências da Comissão Vacínico-sanitária: vacinação e consultas nas paróquias e desinfecções de moradias e estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: A revisar.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem Restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem Restrição
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Fichário 03 (gav. 5). Fichário 89 (gav. 4). Responsável da descrição: Cyntia Mendes Aguiar
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.1.1.4 Série Justiça- Administração (IJ 2)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJANRIO AF
1.2 Título	Série Justiça- Administração (IJ 2)
1.3 Data (s)	1840-1956
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Dimensão: 241,71 m Suporte: Textual
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História administrativa/Biografia	Não disponível.
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios, e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Administração, por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE JUSTIÇA.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça (Brasil) - 1971- recolhimento- 7
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Registro de decretos referentes à Polícia Militar do Distrito Federal e Ministério da Fazenda sobre promoção de pessoal por merecimento, licenças, exoneração, designação e liberação de verbas. Ofícios da Casa de Correção, da Brigada Policial e Secretaria de Polícia do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros e outros para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Diretoria de Contabilidade) sobre pagamentos de aluguéis dos prédios

	ocupados pelas delegacias urbanas e suburbanas. Folhas de pagamento de pessoal e despesas de material (anexadas as notas fiscais). Minutas de ofícios da Diretoria Geral de Estatísticas enviados a diversas autoridades solicitando informações para trabalhos estatísticos. Ofícios das tesourarias da fazenda das províncias para o Ministério dos Negócios da Justiça sobre prestação de contas e orçamento da despesa futura financeira, com mapas demonstrativos. Resumo dos orçamentos das obras relacionadas às penitenciárias, contendo plantas baixas, folhas de pagamento de pessoal e outras despesas.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: Organizado totalmente.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Com restrição (estado de conservação).
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	Há plantas que estão incluídas na mensuração da documentação textual.
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Cyntia Mendes Aguiar
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	10/03/2006.

### 3.2 CASA DE OSWALDO CRUZ

#### 3.2.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOOC OC
1.2 Título	Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1889-1972 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2,52 m Documentos iconográficos: 1 item (fotografia)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	Nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luís do Paraitinga (SP), filho de Bento Gonçalves Cruz e Amália Bulhões Cruz. Em 1887 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1892, apresentando a tese de doutoramento “A vehiculação microbiana pelas águas”. No ano seguinte instalou em sua residência um pequeno laboratório de microbiologia. Nesse período, assumiu tanto a clínica que pertencera a seu pai como o ambulatório em que ele cuidava dos funcionários da Fábrica de Tecidos Corcovado. Em 1894, a convite de Egydio Salles Guerra, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro como responsável pela montagem e chefia do laboratório de análises clínicas que apoiava o Serviço de Moléstias Internas. No mesmo ano, auxiliou o Instituto Sanitário Federal, chefiado por Francisco Fajardo, a diagnosticar o cólera como a epidemia reinante no vale do Paraíba. Em 1897 foi para Paris, onde estudou microbiologia, soroterapia e imunologia no Instituto Pasteur e medicina legal no Instituto de Toxicologia. Retornou em 1899, reassumiu seu cargo na Policlínica e foi convidado para fazer parte da comissão chefiada por Eduardo Chapot-

---

Prévost a fim de verificar a mortandade de ratos responsável pelo surto de peste bubônica em Santos. De volta ao Rio de Janeiro, foi convidado a ocupar a direção técnica do Instituto Soroterápico Federal que estava sendo construído na Fazenda Manguinhos, comandado pelo barão de Pedro Affonso, proprietário do Instituto Vacínico Municipal, e cujo funcionamento se iniciou em 1900. Em 1902, após divergências internas que provocaram a exoneração do barão, passou a dirigir sozinho a instituição. No ano seguinte, assumiu o comando da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) com o desafio de empreender uma campanha sanitária para combater as principais doenças que grassavam na capital federal: febre amarela, peste bubônica e varíola. Os métodos utilizados em relação às epidemias abarcaram desde o isolamento dos doentes, a notificação compulsória dos casos positivos, a captura dos vetores – mosquitos e ratos –, até a desinfecção das moradias situadas em zonas de focos. Em 1904, após a aprovação da lei da vacinação antivariólica obrigatória, ocorreu uma revolta popular, seguida da tentativa de golpe por parte dos militares – episódio denominado de Revolta da Vacina. Durou uma semana e foi sufocada com saldo de mortos, feridos e presos, o que levou à revogação da obrigatoriedade. Entre 1905 e 1906 realizou, pela DGSP, uma expedição a trinta portos marítimos e fluviais de Norte a Sul do país com o objetivo de estabelecer um código sanitário de acordo com os preceitos internacionais. Em 1907 recebeu a medalha de ouro em nome da seção brasileira presente no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Terminado o evento, foi a Paris, com o objetivo de estreitar laços científicos com o Instituto Pasteur, e em seguida a Nova York, onde conheceu o Instituto de Pesquisas Médicas. Nesse período, cumprindo missão delegada pelo governo brasileiro, reuniu-se com o presidente Theodore Roosevelt para lhe garantir que a

---

	<p>esquadra norte-americana poderia desembarcar na capital federal sem temer a febre amarela. Encontrava-se ainda no exterior quando, em 1907, o presidente Afonso Pena transformou o Instituto Soroterápico em Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Em sua volta ao país, no início de 1908, foi recepcionado como herói nacional, e não mais criticado por sua conduta à frente das campanhas sanitárias. Em 1909 solicitou sua exoneração e optou pela direção do instituto que passou a levar seu nome. Em Manguinhos realizou o levantamento das condições sanitárias do interior do país por meio de expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), tais como, em 1910, os combates à malária durante a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, para onde viajou em companhia de Belisário Penna, e à febre amarela, a convite do governo do Pará. Em 1913 ingressou na Academia Brasileira de Letras, e um ano depois foi agraciado com o título de oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra da França. Após deixar o comando do IOC no início de 1916, em consequência do agravamento de sua doença renal, foi residir em Petrópolis (RJ), onde ocupou o cargo de prefeito por nomeação de Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro. Morreu em 11 de fevereiro de 1917, em Petrópolis.</p>
2.3 História arquivística	<p>O fundo foi constituído, em primeiro lugar, por documentos que permaneceram no Instituto Oswaldo Cruz após a morte do titular, organizados pelo arquivista Albino Antônio Taveira durante a década de 1940. No início da década de 1970, como parte das comemorações do centenário de seu nascimento, o museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, sob a orientação da chefe da Biblioteca de Manguinhos, Lucília Meyer Friedmann, elaborou uma lista de tombamento dos documentos, que foram novamente abertos à consulta. Alguns ficaram expostos, a partir de 1972, na Sala de Oswaldo Cruz, situada no Pavilhão Mourisco. Posteriormente foram levados para o</p>

	<p>prédio da Cavalaria, onde se instalou em 1986 o Museu de Oswaldo Cruz, responsável pela preservação da memória institucional. Em 1990 os documentos passaram à custódia do Departamento de Arquivo e Documentação. Além disso, o fundo recebeu doações de documentos que se encontravam sob a guarda de Roberto Marinho de Azevedo Neto e de Stella Oswaldo Cruz Penido, descendentes do cientista.</p>
2.4 Procedência	Transferência do Museu de Oswaldo Cruz e doação de Roberto Marinho de Azevedo Neto.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	<p>Reúne cartas, cartões, bilhetes, ofícios, telegramas, certidões, nomeações, conferências, discursos, relatórios, decretos, prospectos, catálogos, cadernos de aulas, resumos, textos e artigos científicos, orçamentos, projetos, recibos, desenhos e recortes de jornais, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública e prefeito de Petrópolis, bem como representante do Brasil em eventos no exterior.</p>
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	<p>Organização:</p> <p>Série Documentos Pessoais</p> <p>Série Correspondência</p> <p>Série Instituto Oswaldo Cruz</p> <p>Série Diretoria Geral de Saúde Pública</p> <p>Série Produção Intelectual</p> <p>Série Prefeitura de Petrópolis</p> <p>Série Memórias do Instituto Oswaldo Cruz</p> <p>Série Recortes de Jornais</p> <p>Série Documentos Complementares</p>
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição
5 Área de fontes relacionadas	

5.1 Existência e Localização dos Originais	Fundo Instituto Oswaldo Cruz Arquivo Oswaldo Cruz – Arquivo da Academia Brasileira de Letras
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo Histórico, série Projetos de Pesquisa, A Revolta da Vacina, documentário Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo Histórico, série Projetos de Pesquisa, O Brasil no microscópio, documentário Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo Histórico, série Projetos de Pesquisa, Oswaldo Cruz na Amazônia, documentário Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Direção, série Projetos de Pesquisa, Oswaldo Cruz, o médico do Brasil, documentário Fundo Instituto Oswaldo Cruz Fundo Carlos Chagas Fundo Belisário Penna Fundo Clementino Fraga Fundo Luiz de Moraes Arquivo Adolpho Lutz – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional Coleção Bibliográfica Oswaldo Cruz Coleção de Objetos de Oswaldo Cruz
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010

### 3.2.1.1 Série Correspondência (COR)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-COR
1.2 Título	Correspondência
1.3 Data (s)	1889-1922 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 1.777 itens (1.184 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Possui 1.184 itens documentais divididos em três subséries. A Subsérie Pessoal, com 342 documentos, subdivididos em 12 dossiês, enviados pelo titular a sua esposa, como também aos filhos e entre estes personagens. A Subsérie Científica que está subdividida em 17 dossiês por missivas, possui 259 itens documentais. A Subsérie Político-Administrativa com 583 documentos subdivididos em 5 dossiês representados por cada um dos cadernos em que o titular deixava cópias de telegramas e cartas emitidos tanto a partir do IOC, da DGSP e da Prefeitura de Petrópolis.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida e organizada em três subséries.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

### 3.2.1.2 Série Documentos Complementares (DC)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOOC OC-DC
1.2 Título	Documentos Complementares
1.3 Data (s)	1917 - 1972 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 180 itens (813 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Seus três dossiês somam 180 documentos. Possui como datas-limite os anos 1917 a 1972. O primeiro refere-se às condolências e manifestações de pesar proferidas imediatamente após o falecimento do titular. O segundo, às homenagens póstumas prestadas por médicos e cientistas, em especial aqueles que conviveram com Oswaldo Cruz em Manguinhos, e o último, ao concurso de monografias comemorativo do centenário do nascimento, promovido pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Euvaldo Lodi em 1972.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.1.3 Série Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-DGSP
1.2 Título	Diretoria Geral de Saúde Pública
1.3 Data (s)	1903-1909 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 502 folhas (84 itens)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Os 84 itens documentais que compõem esta série relatam as campanhas de saúde pública contra as doenças epidêmicas (febre amarela, varíola e peste bubônica) que grassavam no Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX. Tem como datas-limite os anos de 1903-1909, cobrindo todo o período em que Oswaldo Cruz esteve à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública. A série está dividida em 3 dossiês: o primeiro refere-se aos documentos administrativos da Diretoria, o segundo descreve a organização dos serviços sanitários da capital e o terceiro possui documentos relativos às principais campanhas sanitárias do período de combate às epidemias acima referidas. Documento referente à campanha de saneamento dos portos, onde o titular descreve os portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
3.3 Incorporações	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	

6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.1.4 Série Documentos Pessoais (DP)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-DP
1.2 Título	Documentos Pessoais
1.3 Data (s)	1889-1915 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 72 itens
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Possui documentos que espelham boa parte da vida privada e trajetória profissional titular. Contém desde recibos de aluguel a nomeações para cargos que ocupou, livros caixa onde o titular anotava seu orçamento doméstico aos quais chamava de "Livro da Verdade". Neles também escrevia pensamentos, frases filosóficas e registrava datas importantes de sua vida.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida e organizada em três dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

### 3.2.1.5 Série Instituto Oswaldo Cruz (IOC)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOOC OC-IOC
1.2 Título	Instituto Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1899 - 1941 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 1.044 itens (2.558 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos espelham a criação do Instituto de Manguinhos, bem como seu desenvolvimento político, científico e administrativo. Os temas contemplados referem-se principalmente à construção da filial de Belo Horizonte; ao XIV Congresso de Higiene e Demografia de Berlim, em 1907; e à Exposição Internacional de Higiene e Demografia de Dresden, em 1911; à construção do conjunto arquitetônico de Manguinhos; à produção de soros e vacinas; à transformação do Instituto Soroterápico Federal em Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos e posteriormente Instituto Oswaldo Cruz; às expedições científicas na Amazônia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida e organizada em 10 dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

### 3.2.1.6 Série Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (MIOC)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOOC OC-MIOC
1.2 Título	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1912 - 1918 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 27 itens (422 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Os 27 itens desta série receberam tratamento individual. Trata-se de trabalhos científicos de Henrique de Beaurepaire Aragão, Arthur Neiva, Adolpho Lutz, Alcides Godoy, Arthur Moses, Costa Lima, entre outros, enviados para publicação nas 'Memórias do Instituto Oswaldo Cruz'. Suas datas-limite situam-se entre 1912 e 1918.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Fevereiro de 2011.

### 3.2.1.7 Série Prefeitura de Petrópolis (PET)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-PET
1.2 Título	Prefeitura de Petrópolis
1.3 Data (s)	1916 - 1917 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 05 itens (22 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Seus cinco documentos são representativos da passagem do titular pela prefeitura de Petrópolis. Entre estes encontra-se o documento de nomeação do titular para o cargo de prefeito da cidade. Tem como datas-limite os anos de 1916 e 1917.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Fevereiro de 2011.

### 3.2.1.8 Série Produção Intelectual (PI)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-PI
1.2 Título	Produção Intelectual
1.3 Data (s)	1886 - 1963 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 147 itens (5.659 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos receberam tratamento individual. São representativos de toda obra científica do titular, bem como trabalhos enviados a ele por outros cientistas. Divide-se em duas subséries. A Subsérie Trabalhos Próprios, com datas limite que vão de 1890 a 1917 e cobre o período em que o titular ainda era estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, até o fim de sua vida. Cadernos de anotações de aula, bem como manuscritos referentes aos estudos realizados na França, que não foram publicados. A Subsérie Trabalhos de Terceiros com datas limite entre os anos de 1886 e 1963. Os documentos mais antigos deste conjunto, de autoria de Bento Gonçalves Cruz, pai do titular, versa sobre o saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, e o Relatório Semestral do Instituto Bacteriológico de São Paulo, datado de 1894 e enviado por Adolpho Lutz ao titular, informando sobre os casos de febre amarela e de outras febres não identificadas em São Paulo, no momento que uma das maiores epidemias de febre amarela explodia também no Rio de Janeiro. Este é, provavelmente, o primeiro registro que se tem do intercâmbio de informações entre o titular e o grupo de bacteriologistas de São Paulo, chefiado por Emílio Ribas e do qual também vazia parte Vital Brazil. O intercâmbio intensificar-se-ia no segundo semestre deste mesmo ano quando, juntos, trabalharam no combate à epidemia de cólera do Vale do Paraíba.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	

5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

### 3.2.1.9 Série Recortes de Jornais (RJ)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOOC OC-RJ
1.2 Título	Recortes de Jornais
1.3 Data (s)	1893-1917 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 10 itens.
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	É formada por dez cadernos com recortes de jornais e revistas, com datas-limite que vão de 1893 a 1917. Estes cadernos possuem informações sobre a atuação política e científica de Oswaldo Cruz no comando da saúde pública na capital federal e no Instituto de Manguinhos.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Fevereiro de 2011.

### 3.2.2 Arquivo pessoal Carlos Chagas

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC CC
1.2 Título	Carlos Chagas
1.3 Data (s)	1842-1959 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 3,22 m Documentos iconográficos: 253 itens (247 fotografias, 2 cartões-postais, 3 caricaturas e 1 ilustração)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	<p>Nasceu em 9 de julho de 1878, numa fazenda próxima à cidade de Oliveira (MG), filho de José Justiniano Chagas e Mariana Candida Ribeiro de Castro Chagas. Formou-se em 1903 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua tese de doutoramento para conclusão do curso médico, abordando os aspectos hematológicos da malária, foi desenvolvida no Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 e denominado, a partir de 1908, Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Em 1904 abriu consultório no centro do Rio de Janeiro e, como médico da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), trabalhou no hospital de Jurujuba, Niterói. Em 1905 foi encarregado, por Oswaldo Cruz, de combater uma epidemia de malária em Itatinga (SP) que prejudicava as obras da Companhia Docas de Santos. Dois anos depois, coordenou a profilaxia da malária em Xerém (RJ), onde a Inspetoria Geral de Obras Públicas realizava a captação de águas para a capital federal. Constatando que a transmissão da doença ocorria fundamentalmente no interior dos domicílios, defendeu que os mosquitos deveriam ser combatidos mediante aplicação de substâncias inseticidas, nesses ambientes. A teoria da infecção domiciliária da malária e o método profilático a ela associado seriam reconhecidos como importantes contribuições à malariologia. Em 1907 atuou no combate à epidemia de malária que afetava as obras da Estrada de Ferro Central do Brasil entre Corinto e Pirapora (MG). No povoado de São Gonçalo das Tabocas – que, a partir de 1908, com a inauguração da ferrovia, ganhou o nome de Lassance – improvisou um laboratório num vagão de trem. Por intermédio do chefe dos engenheiros, Cornélio Cantarino Motta, tomou conhecimento da existência de um inseto hematófago que proliferava nas frestas das paredes das casas de pau a pique, conhecido como barbeiro. Examinando-lhes o intestino, identificou uma nova espécie de tripanossoma, que denominou de <i>Trypanosoma cruzi</i>, em homenagem a Oswaldo Cruz. No ano de 1909, em Lassance, identificou o novo parasito no sangue de uma criança de dois anos,</p>

	<p>chamada Berenice, que seria considerada o primeiro caso de tripanossomiase americana ou doença de Chagas. A descoberta e os estudos sobre a nova doença trouxeram grande prestígio ao cientista, que se tornaria membro de importantes associações médicas e científicas no Brasil e no exterior, e ao IOC, a cuja equipe ele se integrara como pesquisador em 1908. Em 1910 a Academia Nacional de Medicina abriu vaga extraordinária para recebê-lo como membro titular. Em 1912 foi agraciado com o prêmio Schaudinn de protozoologia, concedido pelo Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo. Por duas vezes foi indicado ao prêmio Nobel, em 1913 e 1921. Com a colaboração de outros cientistas do IOC, investigou os vários aspectos da nova doença, como as características biológicas do vetor e do parasito, o quadro clínico e a patogenia da infecção, a transmissão e o diagnóstico. Entre 1912 e 1913 chefiou uma expedição ao vale do rio Amazonas para estudar as condições sanitárias da região. Foi uma das lideranças do movimento sanitarista que, entre 1916 e 1920, reuniu médicos, cientistas e intelectuais em torno da ideia de que o atraso do país era fruto das endemias que assolavam seu interior, e que o combate a tais enfermidades deveria ser prioridade do Estado. Em 1917, por ocasião da morte de Oswaldo Cruz, assumiu a direção do IOC, cargo que ocuparia até o final de sua vida. Em 1918 coordenou o combate à epidemia de gripe espanhola na capital federal. Em 1919 foi nomeado para a DGSP, transformada, em 1920, no Departamento Nacional de Saúde Pública, que dirigiu até 1926. No cenário internacional, destacou-se como membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações, a partir de 1922, e idealizador e primeiro diretor do Centro Internacional de Leprologia, instalado em 1934. Foi professor do Curso de Aplicação do IOC e, em 1925, tornou-se o primeiro titular da cadeira de medicina tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Morreu em 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro.</p>
2.4 Procedência	Doação de Carlos Chagas Filho e Anna Leopoldina de Mello Franco Chagas.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	<p>Reúne cartas, telegramas, ofícios, relatórios de atividades, atas, nomeações, currículos, textos e artigos científicos, discursos, conferências, diplomas, designações, declarações, apostilas, fotografias, caricaturas, periódicos, recortes de jornais e folhetos, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador assistente, chefe de serviço e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, professor catedrático da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do Centro Internacional de Leprologia, membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações e de diversas sociedades e associações científicas,</p>

	bem como representante do Brasil em eventos no exterior.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Organização: Grupo Vida Pessoal Grupo Formação Acadêmica Grupo Administração da Carreira Grupo Docência Grupo Pesquisa Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	SEM RESTRIÇÃO
4.2 Condições de Reprodução	SEM RESTRIÇÃO
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo Histórico, série Projetos de Pesquisa, Chagas do Brasil, documentário _____. Chagas na Amazônia, documentário _____. Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade, rios Negro e Branco, documentário _____. Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade, rios Acre e Purus, documentário Fundo Instituto Oswaldo Cruz Fundo Centro de Pesquisas René Rachou Fundo Oswaldo Cruz Fundo Evandro Chagas Fundo Carlos Chagas Filho Fundo Clementino Fraga Fundo Cantarino Motta Coleção Bibliográfica Carlos Chagas Coleção de Objetos de Carlos Chagas Fundo Adolpho Lutz. Museu Nacional. Seção de Memória e Arquivo
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

### 3.2.2.1 Grupo Administração Da Carreira (AC)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-AC
1.2 Título	Administração da Carreira
1.3 Data (s)	1904-1935 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 168 itens Documentos iconográficos: 31 itens (fotografias)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos produzidos e acumulados pelo titular nas atividades relativas aos seus estudos, participações em concursos, comissões avaliadoras, assim como homenagens, congratulações, premiações e visitas.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Participação em Concurso Subgrupo Participação em Comissões Avaliadoras Subgrupo Participação em Homenagens, Congratulações, Premiações e Visitas Subgrupo Sistematização da Trajetória
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011.

### 3.2.2.2 Grupo Docência (DC)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOCC-DC
1.2 Título	Docência
1.3 Data (s)	1911-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 83 itens Documentos iconográficos: 6 itens (fotografias)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referente às atividades do titular como docente, palestrante e coordenador de cursos.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Realização de Aulas, Cursos, Palestras e outras Atividades Didáticas Subgrupo Coordenação de Cursos Subgrupo Participação em Comissões Avaliadoras Subgrupo Elaboração de Políticas Educacionais
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

### 3.2.2.3 Grupo Formação Acadêmica (FC)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOCC-FC
1.2 Título	Formação Acadêmica
1.3 Data (s)	1897-1904 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 64 itens
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos do titular referentes à sua formação acadêmica.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Administração da Vida Acadêmica Subgrupo Produção e Avaliação Acadêmica
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011.

### 3.2.2.4 Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública (GE)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOCC-GE
1.2 Título	Gestão de Ciência e Saúde Pública
1.3 Data (s)	1908-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 437 itens Documentos iconográficos: 113 itens (fotografias)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes às atividades do titular no âmbito da gestão de ciência e saúde pública.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Administração Institucional Subgrupo Formulação e Implantação de Políticas Públicas e Institucionais Subgrupo Cooperação Técnico-Científica Subgrupo Coordenação de Serviço de Atendimento Subgrupo Participação em Eventos, Recepções e Visitas
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

### 3.2.2.5 Grupo Pesquisa (PQ)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOCC-PQ
1.2 Título	Pesquisa
1.3 Data (s)	1905-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 295 itens Documentos iconográficos: 21 itens (fotografias) Documentos cartográficos: 1 item (mapa)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos do titular referentes a programação da pesquisa, formalização de procedimentos técnicos e métodos, realização de exames e experiências, registros visuais no trabalho de campo, divulgação de resultados, debate sobre doença de Chagas e intercâmbio com outros cientistas.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Divulgação de Atividades Realizadas em Malária Subgrupo Debate sobre a Doença de Chagas Subgrupo Divulgação de Resultados em Malária Subgrupo Divulgação de Resultados sobre Outras Doenças Subgrupo Divulgação de Resultados sobre a Doença de Chagas Subgrupo Formalização de Procedimentos Técnicos e Métodos em Outras Doenças Subgrupo Formalização de Procedimentos Técnicos e Métodos em Doença de Chagas Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas em Malária Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas sobre a Doença de Chagas Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas sobre Outras Doenças Subgrupo Participação em Expedições sobre Outras Doenças Subgrupo Programação da Pesquisa em Outras Doenças Subgrupo Programação da Pesquisa em Doença de Chagas Subgrupo Realização de Exames e Experiências em Doença de Chagas Subgrupo Registros Visuais no Trabalho de Campo sobre Doença de Chagas
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.

5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	Notação anterior: BR RJCOC CC.05.01.001 a CC.05.03.025
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

### 3.2.2.6 Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos (RI)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-RI
1.2 Título	Relações Interinstitucionais e Intergrupos
1.3 Data (s)	1909-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 99 itens Documentos iconográficos: 31 itens (fotografias)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes a participação do titular em sociedades e associações científicas e em missões oficiais.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Participações em Missões Oficiais Subgrupo Participação em Sociedades e Associações Científicas
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

### 3.2.2.7 Grupo Vida Pessoal (VP)

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-VP
1.2 Título	Vida Pessoal
1.3 Data (s)	1842-1942 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 940 itens Documentos iconográficos: 45 itens (fotografias)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O grupo está organizado em quatro dossiês temáticos.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011.

### 3.2.3 Arquivo pessoal Belisário Penna

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP
1.2 Título	Belisário Penna
1.3 Data (s)	1870-1985 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2,8 m Documentos iconográficos: 2.721 itens (1.686 fotografias, 6 caricaturas/charges, 4 imagens impressas e 1.025 fotogramas de negativos flexíveis) Documentos cartográficos: 5 itens (4 mapas e 1 planta)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	Nasceu em 29 de novembro de 1868, em Barbacena (MG), filho de Belisário Augusto de Oliveira Penna e Lina Leopoldina Laje Duque Penna. Iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, graduando-se em 1890 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi vereador pelo município de Juiz de Fora até 1903, quando se mudou para o Rio de Janeiro para prestar concurso para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Foi nomeado inspetor sanitário na 4ª Delegacia de Saúde, atuando no combate à varíola. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação da doença no Rio de Janeiro. A partir de então e até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Em 1914 reassumiu o cargo de inspetor sanitário no Rio de Janeiro, instalando, dois anos depois, o primeiro Posto de Profilaxia Rural do país, no subúrbio carioca de Vigário Geral. Através do jornal Correio da Manhã iniciou uma campanha pelo saneamento físico e moral do país. Em 1918 publicou o livro Saneamento do Brasil, foi nomeado para dirigir o Serviço de Profilaxia Rural e presidiu a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Entre 1920 e 1922 foi diretor de Saneamento e Profilaxia Rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalando em 15 estados os serviços de profilaxia rural. Em 1924, em virtude de seu apoio ao movimento contra o governo do presidente Arthur Bernardes, foi preso e suspenso de suas funções, às quais foi reintegrado apenas em 1927. Um ano depois, ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele estado. Em 1930 assumiu a chefia do DNSP, em substituição a Clementino Fraga, que se exonerou em razão da vitória da

	Revolução de 1930. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde. Ao final desse ano deixou o DNSP. Nessa época filiou-se à Ação Integralista Brasileira e tornou-se membro da Câmara dos 40, órgão máximo do integralismo. Morreu em 4 de novembro de 1939, no Rio de Janeiro.
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Doação de João Carlos Penna.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne cartas, bilhetes, projetos, relatórios, conferências, discursos, artigos, recortes de jornais, folhetos, fotografias e mapas, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular na política de saúde pública brasileira, nas campanhas de saneamento rural e em questões sobre eugenia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Série Documentos Pessoais Série Correspondência Série Trajetória Profissional Série Produção Intelectual Série Recortes de Jornais Série Fotografias
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	SEM RESTRIÇÃO
4.2 Condições de Reprodução	SEM RESTRIÇÃO
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, série Depoimentos Avulsos, depoimento oral de Maria Penna. Fundo Instituto Oswaldo Cruz Fundo Oswaldo Cruz Fundo Carlos Chagas Fundo Clementino Fraga Fundo Renato Kehl
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	Notação anterior: BP1920
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.1 Série 01 - Documentos Pessoais

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-01
1.2 Título	Documentos Pessoais
1.3 Data (s)	1890-1964 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 910 itens (2.345 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos sobre a vida funcional do titular; inventário, certidão de óbito, recibos e convites.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.2 Série 02 - Correspondência

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-02
1.2 Título	Correspondência
1.3 Data (s)	1915 - 1939 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 831 itens (1.763 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Cartas e bilhetes enviados por instituições e missivistas brasileiros e estrangeiros referentes às atividades profissionais e políticas do titular.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.3 Série 03 - Trajetória Profissional

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-03
1.2 Título	Trajetória Profissional
1.3 Data (s)	10/10/1911-junho/1948 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 633 itens (3.170 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Projetos de lei, relatórios, referentes às atividades como membro de campanhas pelo saneamento rural, campanhas contra hanseníase, alcoolismo, e como diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública durante o Estado Novo.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.4 Série 04 - Produção Intelectual

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-04
1.2 Título	Produção Intelectual
1.3 Data (s)	30/01/1897-07/1985 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Séries
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 288 itens
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está organizada em duas subséries: Trabalhos Próprios e Trabalhos de Terceiros. Totalizando 288 dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.5 Série 05 - Recortes de Jornais

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-05
1.2 Título	Recortes de Jornais
1.3 Data (s)	08/02/1917 - 03/05/1965 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2.144 folhas
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Recortes de jornais relativos a vida profissional do titular; integralismo, saneamento e profilaxia rural.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Notação anterior: BP/RJ/19170208.
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.6 Série 06 - Fotografias

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-06
1.2 Título	Fotografias
1.3 Data (s)	1870-1961 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos iconográficos: 2.721 itens (1.686 fotografias, 162 cópias, 6 caricaturas/charges, 4 imagens impressas, 2 cópias, 1.025 negativos flexíveis, 40 cópias).
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne imagens do titular, familiares e amigos, bem como de sua atuação política e profissional, como médico sanitário, no Brasil.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está organizada em duas subséries: Documentos Pessoais e Trajetória Profissional. Totalizando 24 dossiês. A subsérie Documentos Pessoais está dividida em 5 dossiês. A subsérie Trajetória Profissional está dividida em 19 dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.4 Arquivo pessoal Clementino Fraga

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOCL
1.2 Título	Clementino Fraga
1.3 Data (s)	1911-1980 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 0,42 m Documentos iconográficos: 30 itens (fotografias)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)
2.2 História administrativa/Biografia	Nasceu em 15 de setembro de 1880, em Muritiba (BA), filho de Clementino Rocha Fraga e Córdula Magalhães Fraga. Em 1898 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1903 com a tese "A vontade – estudo psicofisiológico". Nos dois anos seguintes atuou como professor assistente nessa faculdade. Em 1906 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor sanitário na campanha contra a febre amarela empreendida pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), chefiada por Oswaldo Cruz. Nesse período clinicou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia sob a orientação de Miguel Couto. Retornou à Bahia em 1910 como professor substituto de clínica médica da Faculdade de Medicina, e tornou-se catedrático quatro anos depois. Em 1917 chefiou a Comissão Sanitária Federal do Rio de Janeiro encarregada do combate à febre amarela. Em 1918 trabalhou com Carlos Chagas na DGSP, onde assumiu a direção do Hospital Deodoro e organizou os serviços emergenciais de assistência médica às vítimas da epidemia de gripe espanhola. Em 1921 foi eleito deputado federal pela Bahia, e em 1924 foi reeleito para a mesma cadeira. Em função de suas atividades parlamentares, transferiu-se, em 1925, definitivamente para a capital federal, onde passou a lecionar na cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Após o encerramento de seu mandato na Câmara Federal, em 1926, assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), substituindo Carlos Chagas, e destacou-se pelas ações que empreendeu no combate à epidemia de febre amarela que grassou no Rio de Janeiro entre 1928 e 1929. Com a Revolução de 1930 exonerou-se da direção do DNSP e foi substituído por Belisário Penna. Dedicou-se, então, ao estudo da tuberculose: criou e dirigiu por 12 anos um curso de aperfeiçoamento sobre o tema na cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina. Em 1937, atendendo ao convite do prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, retornou à administração pública para assumir a Secretaria de Saúde e Assistência, onde permaneceu até 1940. Em 1939 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na cadeira que pertencera a Afonso Celso. Após

	sua aposentadoria, em 1942, dedicou-se à clínica e ao magistério, não mais como professor da faculdade e sim na qualidade de conferencista. Morreu em 8 de janeiro de 1971, no Rio de Janeiro.
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Doações de Clementino Fraga Filho em 1988 e 2004.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne cartas, telegramas, cartões, discursos, relatórios, demonstrativos financeiros, folhetos, artigos, recortes de jornais e fotografias, entre outros documentos referentes à trajetória profissional do titular nos processos de formulação e implantação de políticas de saúde pública no Brasil.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Organização: Série Correspondência Série Departamento Nacional de Saúde Pública Série Produção Intelectual Série Recortes de Jornais Série Documentação Complementar
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	SEM RESTRIÇÃO
4.2 Condições de Reprodução	SEM RESTRIÇÃO
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	Arquivo Clementino Fraga – Arquivo da Academia Brasileira de Letras Academia de Letras da Bahia Memorial da Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia Academia Nacional de Medicina
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Fundo Fundação Rockefeller Fundo Oswaldo Cruz Fundo Carlos Chagas Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, série Projetos de Pesquisa, projeto História da Associação Brasileira de Ensino Médico, depoimentos orais.
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.4.1 Série 01 – Correspondência

<b>Campo</b>	<b>Informações</b>
1 Área de identificação	BR RJCOC CL-01
1.2 Título	Correspondência
1.3 Data (s)	1911-1932 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 66 itens (122 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)
2.2 História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida em quatro dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Agosto de 2010.

























































6.3 Notas Gerais	O acervo está organizado e identificado, tendo passado por ações de higienização e restauro e estando adequadamente acondicionado.
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	A organização da série, a descrição dos dossiês e a identificação do acervo seguiram as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).
7.2 Regras ou Convenções	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	10/08/2014 a 05/12/2014
7.4 Gerência de Documentação Escrita e Especial (GDEE)	Gerência de Documentação Escrita e Especial (GDEE)
7.5 Responsável da Descrição	Raphael Camelo Caldas (Gerente)
7.6 Arquivo Digital	NÃO







	<p>Governo do Estado  PE 3- Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas  PE 4- Diretoria de Obras Públicas e Estatísticas  PE 5- Diretoria de Polícia e Assistência Pública  PE 6- Diretoria da Fazenda  PE 7- Diretoria de Negócios do Interior, Justiça e Instrução  PE 8- Diretoria de Finanças do Estado  AL- Assembléia Legislativa  Estágio de tratamento: Parcialmente tratado.</p> <p>No APERJ não há descrição arquivística das séries baseadas na NOBRADE, visto que o sistema de arranjo está parcialmente tratado.  <b>VEJA ANEXO 4 DO GUIA.</b></p>
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Restrição de acesso devido ao estado de conservação dos documentos.
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	O fundo encontra-se em tratamento técnico visando integrar a parcela não tratada ao arranjo estabelecido.
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Ponto de Acesso: Presidência do Estado do Rio de Janeiro (Produtor)
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	











6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	





	sanitária, publicações sobre o Instituto do Cacau da Bahia e homenagens prestadas ao titular. Período abrangido: 1905-1944.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O arquivo está organizado em quatro séries. Documentos pessoais, Correspondência, Produção Intelectual e Recortes de Jornais.  Este é um arranjo arquivístico próprio baseado nas normas da NOBRADÉ, pois a informação descritiva original desta instituição encontra-se desnormalizada. <b>VEJA ANEXO 5 DO GUIA.</b>
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	





	Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	relatórios.	
IS 4. 68	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1913- 2º trimestre
IS 4. 69	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1913- 3º trimestre
IS 4. 70	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública.	Ofícios, processos e relatórios	1913- 4º trimestre
IS 4. 71	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública.	Ofícios, processos e relatórios	1914
IS 4. 72	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1915
IS 4. 73	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1917-1919
IS 4. 74	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Relatório dos serviços da Inspetoria de Saúde dos Portos de diversos Estados	1919

























			Sr Harry Fortlounge, sobre requisição de aves durante a epidemia da gripe.		
--	--	--	--	--	--





























2	38.3.14	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em 9/8/1904	1904
2	38.3.15	Relatório-Higiene Assistência Pública que cabem à Municipalidade.	1904
2	38.3.16	Relatório da Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em agosto de 1905.	1905
2	3.3.17	Relatório da Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em 01/03/1906	1905
2	38.3.18	Relatório da Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em 1905.	1905
2	38.3.19	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. De agosto de 1906.	1906
2	38.3.20	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, e repartições anexas. Apresentado em 18/3/1907 e referente ao mesmo ano de 1906, e 2 meses de 1907.	1906-1907
2	38.3.22	Relatório do Laboratório Municipal de Análises. Referente a 8 meses do ano de 1907.	1907
2	38.3.38	Relatórios do Instituto Vacínico.	1892-1901
2	38.3.39	Relatório do Instituto Vacínico Municipal. Apresentado em 13/1/1902. Relativo a 1901.	1901
2	38.3.40	Relatório do Instituto Vacínico. Apresentado em 22/2/1902, referente ao ano de 1901.	1901





	Processo, Relatório (manuscrito)	Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Caridade, Hospital, Asilo, Irmandades		188- Anexos: 289- Peças:15
PE 7.3.1	Balancete, Relatório, Ofício, Mapa, Requerimento, Atestado (manuscrito)	Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Provedorias de Casas de Caridade	1884/1932	Documentos : 227- Anexos: 271- Peças:11
PE 7.5.2	Ofícios, Relatórios (manuscritos)	Correspondência recebida pela Diretoria de Polícia e Assistência Pública	Diretoria de Obras Públicas / Associação Comercial de Campos	1894/1900	Documentos : 8- Anexos: 33- Peças:6
PE 7.5.3.1	Ofício, Folhas de Pagamento, Requerimento, Projeto (manuscrito)	Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Diretoria de Assistência Pública	1891/1903	Documentos : 62- Anexos: 15
PE 7.5.6	Ofício (manuscrito)	Correspondência recebida pela Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Assembléia legislativa	1893/1954	Documentos : 119- Anexos: 41- Peças:8
PE 8.6	Ofício, Comunicado, Notas Fiscais (manuscritos)	Diretoria de Finanças do Estado	Interno/Dívidas, Rendas, Receitas, Despesas Públicas	1888/1927	Documento: 162- Anexos: 92- Peças:9

#### 4.1.5 ANEXO 5: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

##### 4.1.5.1 Fundo: Arquivo Arthur Neiva

<b>TÍTULO</b>	<b>DATA LIMITE</b>	<b>TOTAL DE DOCUMENTOS</b>
Correspondência	1903 a 1947	2055
Correspondência (rem. supl.)	1919 a 1942	64
Documentos complementares	1980 a 1980	2
Documentos pessoais	1909 a 1942	77
Documentos pessoais (rem. supl.)	1918 a 1941	6
Fotografias	1913 a 1945	133
Post mortem (rem. supl)	1943 a 1943	1
Produção intelectual	1921 a 1935	2
Produção intelectual (rem. supl.)		0

